

ESTADO DO PARANÁ

# MENSAGEM

APRESENTADA PELO

*Como. Sr. Governador Manoel Ribas*

A'

ASSEMBLÉA LEGISLATIVA DO ESTADO,  
AO INSTALLAR-SE A 2.<sup>a</sup> SESSÃO ORDI-  
NARIA DA 1.<sup>a</sup> LEGISLATURA DA SE-  
GUNDA REPUBLICA, EM 1.<sup>o</sup> DE  
SETEMBRO DE 1936.



EMPRESA GRÁFICA PARANAENSE  
CURITIBA



113.0313  
P223  
1-936



*Senhores Membros da  
Assembléa Legislativa*

**COMPARECENDO** perante essa Assembléa, no momento em que se vão iniciar os trabalhos da 2.<sup>a</sup> Sessão ordinária da 1.<sup>a</sup> Legislatura, em obediência ao que prescreve o n.º 4 do artigo 27 da Constituição Política do Estado, promulgada a 16 de maio de 1935, congratulo-me com todos vós, Senhores Deputados, por fâto de tão grande relêvo na vida constitucional do Estado, e reconhecendo a vossa dedicação, confiante em vossa cultura e em vosso patriotismo, aguardo a solução dos problemas que mais dirétamente dizem respeito aos vitais interesses do Paraná.

A harmonia sempre mantida entre essa Assembléa e o Governo, harmonia indispensavel á colaboração que visa atender, com superioridade de vista, aos desejos da comunhão, é a prova de que só agindo de comum acórdo, os Poderes Públicos, como determina a nossa Lei básica, em seu artigo 3.º, podem ser vencidos os impecilhos opóstos á administração publica, resultando ainda dessas relações reciprocas o realce e o valôr das medidas tomadas, com a vitória dos interêsses supremos do Estado sobre quaisquer paixões pessoais ou partidarias.

O apoio franco e decidido que, em todas as ocasiões, me tem sido prestado por essa Assembléa, para a realização de tudo quanto concerne ás mais palpitantes necessidades de nossa terra, é uma demonstração eloquente e confortadora do vosso civismo e a garantia mais segu-

ra de que não me hei afastado do programa de governo que me tracei ao assumir o cargo de primeiro Governador Constitucional do Paraná.

E o meu programa outro não poderia ser senão o que se acha consubstanciado na promessa prestada perante essa mesma Assembléa, nos termos precisos e taxativos do artigo 41.º da nossa Constituição: — cumprir e fazer cumprir a Constituição da Republica e a do Estado; observar e fazer observar as leis, procurando o bem do Paraná e desempenhando com lealdade e patriotismo as funções do cargo que óra exerceo por delegação do povo, desde que sois os seus legítimos representantes.

Tenho procurado, com todas as minhas energias, propugnar pelo engrandecimento do Paraná, cuidando com especial sollicitude do crédito público, pois “não ha crédito se faltam a confiança e os capitais, nem quando ha capitais sem confiança, ou confiança sem capitais”, afim de que auscultando as suas necessidades e dando-lhe os meios precisos ao seu crescente progresso, mantenhamos ou ultrapassemos o lugar de real destaque que mui justamente ocupamos entre as demais Unidades da Federação Brasileira.

Essa obra construtora, para a qual devem convergir os esforços de todos os paranaenses e paranistas, porque d'ela dependerá o futuro do Estado e a prosperidade de seu generoso, nóbre e laborioso povo, muito tem a esperar da vossa dedicação, do vosso largo descortino e do vosso patriotismo sadio qualidades essas que muito vos recomendam á consideração pública.

Representantes lídimos que sois do povo paranaense, possuindo como este a altivez e os mais b'elos sentimentos de cavalheirismo, conhecedores de seus justos anélos e anseios, e das mais inadiáveis aspirações, certamente tudo fareis no sentido de, em perfeita harmonia de vista, dotar o Governo de leis que, regulando a execução de medidas indispensáveis á paz, á tranquillidade e ao bem estar no presente, constituam, entretanto, a mais perfeita e sólida garantia de um futuro que se nos afigura de intenso progresso, em todos os setóres da atividade humana.

Com a consciência de quem tem cumprido fielmente os seus deveres, sem desfalecimentos, e com a responsabilidade do cargo que me confiou o povo paranaense, eu afirmo perante vós, Senhores Deputa-

dos, e perante o Estado, que a liberdade tem sido por mim acatada e respeitada, dentro dos limites que lhe são traçados por lei, assim procedendo porque “à parte a defesa externa, o Estado se constitui para que possa cada homem fazer, ou deixar de fazer, o que todos puderem, sem destruição da vida coletiva, nem entraves à sua prosperidade”.

Entretanto, desde que se trate de combater a propaganda de idéas subversivas, contrárias ao regime em que temos vivido e prosperado sob a égide do direito e da justiça, impossível será deixar de sacrificar a liberdade, estabelecendo-se as restrições exigidas pelo momento, pois acima dela pára o interesse sagrado da coletividade.

Dessa maneira, creio bem servir ao Estado, atendendo ao patriótico apelo, cheio de vibração cívica, do preclaro e eminente brasileiro, que, sob os aplausos e mais merecidos louvores do povo, vem desempenhando, com alta visão político-social e completo conhecimento das coisas públicas, a elevada investidura de Presidente da Republica.

O Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, após os lutuócos acontecimentos que abalaram a patria, no mês de novembro, em cujos momentos não lhe faltaram a solidariedade das classes armadas e do povo, falando aos brasileiros, deu mais uma demonstração edificante do seu grande amor ao Brasil, da energia desassombrada com que se empenha na luta contra os inimigos da Republica, da ponderação admirável que preside a todos os seus atos, quando, com a franqueza que é peculiar aos caracteres ímpolutos, afirmou de maneira veemente, clara e incisiva: — “Tenho deveres a cumprir, deveres amargos ou gratos, que desempenharei com alegria ou doloroso pesar — mas imprescritíveis, perante a Nação. Não os sacrificarei jamais aos imperativos da amizade e do afeto pessoal, porque amigos serão todos os que me seguirem na defesa do Brasil e parentes todos os que pertençam à grande familia Cristã que o comunismo pretende destruir”.

E a nós, Governo e representantes do povo paranaense, na hora que vivemos, unidos e coesos, constituindo uma unica força e uma unica vontade, concios das nossas obrigações e responsabilidades, tendo em vista unicamente os mais altos e sagrados interesses do Brasil e o combate aos que tentam destruir as instituições existentes, só nos resta dizer como o chefe do Governo da União — no desempenho de nossas atribuições não costumamos medir responsabilidade nem consequências.



## ORDEM PÚBLICA

A ordem pública, apesar da infiltração de elementos incumbidos da propaganda de idéas comunistas em nosso meio, foi mantida de maneira absoluta em todo o Estado, sem violencias ou paixões, devido ás enérgicas providencias tomadas pelo Governo, na mais perfeita harmonia de vista com o ilustre e então comandante desta Região, o bravo General Paes de Andrade.

Assim, os movimentos extremistas que tão profundamente abalarão os Estados de Pernambuco e Rio Grande do Norte e a Capital Federal, felizmente não lograram manifestação entre nós, continuando o povo entregue ao trabalho proffico e construtor, dando um exemplo bem significativo de confiança e apoio ás autoridades constituídas, provando assim, eloquentemente, que profliga o procedimento daquêles que, ignorando os perigos das doutrinas marxistas, que inconscientemente tentam pregar, querem emprestar o seu esforço á destruição da familia, da liberdade, do direito e da justiça, esquecidos de que, agindo dessa fórma, se tornam inimigos da Patria, a qual, como brasileiros, lhes competia defender, mesmo com risco da propria vida.

O Governo, mantendo-se dentro dos limites traçados por suas atribuições, observando e fazendo observar as leis em vigor, sem odios nem partidarismo, com animo firme e serenidade, visando exclusivamente assegurar ao povo paranaense as garantias indispensaveis á vida e ao patrimônio pessoal, afim de que não venha a ser êle perturbado em seus labores honestos, jamais deixou e jamais deixará de aplicar a maxima energia na repressão de idéas contrarias ao regime, dando assim cabal desempenho ao cargo que ocupo e cumprindo lealmente os meus deveres de cidadão e de brasileiro.

Todas as medidas tendentes a assegurar a mais perfeita ordem serão executadas em bem da coletividade, sem temor nem receio, desde quando a dissimulação, a mentira, a felonía constituem as armas dos comunistas, chegando, não raro, á audacia e ao cinismo de se proclamarem nacionalistas e de receberem o dinheiro da traição para entregar a Partia ao dominio estrangeiro como declarou, com nitidez, a palavra autorisada do benemerito chefe da Nação.

Em tais condições, eu vos posso asseverar que não haverá trégua no combate travado contra os máus brasileiros e contra todos os que,

desrespeitando os vitais interesses do Brasil, procuram aviltá-lo, o que se não verificará, dada a repulsa natural da coletividade, que, como castigo, os aponta á execração pública, como inimigos perigosos da Família, da Pátria e da Religião.

#### RELAÇÕES DE GOVERNO

O meu Governo tem mantido e procurado estreitar cada vez mais as cordiais relações já existentes com o Governo Federal, recebendo deste inequívocas demonstrações de prestígio, prova de que o Paraná merece do benemerito Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas, o maior carinho e as maiores simpatias, o que tem facilitado a solução favorável de magnos problemas atinentes ao progresso do Estado.

Com os demais Estados da Federação, as relações cultivadas pelo meu Governo são também as melhores, advindo desse intercambio um entendimento mais perfeito e necessario aos superiores destinos do Brasil, cuja defesa exige uma completa solidariedade e unidade de vista entre todos os Estados, ou melhor entre todos os brasileiros.

#### CORPO CONSULAR

O Governo continúa a manter as melhores relações com o Corpo Consular acreditado neste Estado, resultando desse fato maior facilidade para o conhecimento de tudo quanto pôde interessar á vida do Paraná, e para o desempenho das funções dos diversos Representantes de Nações estrangeiras, em nossa Terra.

Tomando na devida consideração as solicitações feitas pelo Ministerio das Relações Exteriores, no decurso de que me ocupo, foram baixados os seguintes Decretos:

N.º 873, de 31 de maio, reconhecendo como Vice-Consul da República da Polonia, nesta Capital, o Dr. Josef Gruja;

N.º 1097, de 15 de julho, reconhecendo como Vice-Consul da Inglaterra, nesta Capital, o Senhor William Sims Tate;

N.º 1924, de 4 de setembro, reconhecendo como Consul da Belgica, nesta Capital, o Senhor Marcel Godefroid.

Os países que têm representantes acreditados junto ao Governo, neste Estado, são os seguintes: Italia e Polonia, Consulados Gerais; Austria, Suissa, Tcheco Slovaquia, Países Baixos, Belgica e Paraguai, Consulados; Alemanha, Inglaterra, Portugal, Espanha e Uruguai, Vice-Consulados, e França, agente Consular.

### **ELEIÇÕES MUNICIPAIS**

De acôrdo com o prescrito no artigo 6.º das disposições transitorias da Constituição Política do Estado, realizaram-se, no dia 12 de setembro, em todo o Estado, as eleições para Prefeitos e Vereadores Municipais, sem que se verificasse qualquer perturbação da ordem.

Nesta Capital, só se procedeu á eleição de Vereadores, sendo o Prefeito nomeado por Decreto n.º 1377, de 17 de setembro, nomeação essa que, na fórmula constitucional, foi aprovada por essa Assembléa.

Ficou, mais uma vez, evidenciada a excelencia da lei eleitoral, posta em execução depois de 1930, assegurada, como é, a maior liberdade no exercício cívico do voto.

A Justiça Eleitoral tem sido a maior garantia da lei, que, se falhas pôde ter quanto á marcha processual, é, não resta duvida alguma, a unica capaz de evitar fraudes, que tanto concorreram para o desprestígio do voto, determinando o afastamento dos eleitores das eleições, que eram feitas á vontade dos que dispunham do Poder.

### **ELEIÇÃO CLASSISTA**

Fixando a Constituição Política do Estado, em seu artigo 6.º, em 3 o numero de representantes de organizações profissionais, o Tribunal Regional de Justiça Eleitoral estabeleceu que esses representantes seriam eleitos pelos grupos das profissões liberais, empregadores e empregados.

Destarte, procedida á eleição dos Delegados Eleitores e decididos os recursos interpostos, foi a eleição realizada nos dias 16, 17 e 18 de outubro, dando o seguinte resultado: Dr. Eurípedes Garcez do Nascimento, Ildefonso Stockler de França e Elbe Lauro Pospissil, eleitos Deputados respectivamente, pelos grupos de profissões liberais, emprega-





Apesar do grande volume de papeis dependentes de estudo, todos, entretanto, foram solucionados com a celeridade possível, não se registando reclamação a respeito.

Foram expedidos 9.048 officos sobre assuntos vários.

A' Secretaria do Interior e Justiça, nos termos da Lei n.º 26, de 21 de outubro, ficaram subordinados os serviços de Justiça Pública, Polícia Militar, Polícia Civil, Educação, Saúde Pública e Arquivo Público, conforme decreto n.º 1778, de 31 de dezembro, baixados em inteira observância á lei citada.

### **MINISTRO DA VIAÇÃO**

No dia 16 de agosto, o Paraná recebeu a honrosa visita do illustre Ministro da Viação, Dr. Marques dos Reis ao qual, desde a sua chegada a Paranaguá, foram prestadas as mais significativas homenagens por parte do Governo, altas autoridades federais, estaduais e municipais e povo.

E' de esperar que o Estado venha a vêr realizados os seus anseios de progresso, desde que o eminente visitante procurou conhecer pessoalmente os problemas concernentes á sua Pasta e que mais interessam ao futuro do Paraná.

Assim é que, não deixando de visitar estabelecimentos públicos nesta Capital, procurou ver tambem os serviços da Estrada da Ribeira e fez uma viagem de observação e inspeção ao interior do Estado, especialmente na região norte, de tão grandes possibilidades de expansão.

Impossivel, portanto, será deixar de confiar na ação desse inteligente e dedicado estadista, que com tanto brilho vem desempenhando as altas funções de Ministro da Viação.

### **FERIADOS**

CINCOENTENARIO DA ESTRADA DE FERRO DO PARANA' — Passando a 5 de fevereiro, o cincoentenario da Estrada de Ferro do Paraná, o Governo, em comemoração a tão grande acontecimento, decretou feriado aquêle dia, por Decreto n.º 32, de 26 de janeiro.

## ALIMENTAÇÃO PÚBLICA

A fiscalização exercida teve como escôpo principalmente melhorar as condições higienicas dos generos de primeira necessidade, problema que sempre interessou á Saúde Publica, sendo por isso mesmo encarado com especial atenção.

Assim, foram fiscalizadas as casas de sêcos e molhados, exigindo-se condições que tornassem os generos alimenticios mais apropriados á alimentação. Os restaurantes, bares e confeitarias, hotéis, fabricas de balas, de dôces e confeitos e de café, foram visitadas com frequencia, o mesmo sucedendo em relação ás casas de frutas, obrigando-se todas a cumprir os necessarios principios de higiene.

Todas as pãdarias desta Capital estão em boas condições para o fabrico do pão, o qual é transportado em veiculos bem fechados.

O Matadouro Municipal foi fiscalizado pela Saúde Publica, até o dia 6 de agosto, passando, então, esse serviço para a Prefeitura Municipal.

Os açougues são constantemente visitados, sendo submetida a exame, no Laboratorio de Bromatologia e Análises Quimicas, a carne que porventura apresente sinais de deterioração.

A fiscalização das fabricas de banha, xarqueadas e matadouros particulares, foi, em grande parte, feita por funcionarios municipais.

## O LEITE

Este importante problema alimentar foi encarado sob o duplo aspecto da fiscalização e do exame quimico-bromatologico, cabendo o primeiro á Inspetoria Geral e o segundo ao Laboratorio de Bromatologia e Análises Quimicas.

O método de exame que vinha sendo praticado, tomou, no curso do ano ultimo, um novo rumo, de sorte que todo o leite fornecido ao consumidor passou a ser sistematicamente submetido a exame, antes da entrega.

Para esse fim, foram instalados 7 pequenos laboratorios devidamente aparelhados e que funcionam em outros tantos pontos diversos, no quadro urbano.

Para oficiais de farmacia, submeteram-se a exame 3 candidatos, que foram aprovados, e para enfermeiros praticos, 25 candidatos.

A Sub-Inspetoria visitou 34 farmacias, visou 869 receitas e 80 guias de pedido de entorpecentes e concedeu 182 renovações de licença.

A renda proveniente de renovação de licença, registo de livros, aferição de pesos, taxas de exame, títulos de enfermeiros e de licença, foi de Rs. 13:710\$800.

**SUB-INSPECTORIA DE ODONTOLOGIA** — Dando cumprimento aos dispositivos legais reguladores da profissão odontologica, esta Sub-Inspetoria vem dando cabal desempenho ás suas obrigações.

Os gabinetes dentarios existentes no Estado são em numero de 172, dos quais 73 nesta Capital, 6 no Litoral e 93 no Interior.

Esta Sub-Inspetoria trabalha ativamente no sentido de compellir os proprietarios de gabinetes dentarios a satisfazer as exigencias prescritas em lei, já tendo sido fechados 3 gabinetes.

Foram concedidas 6 transferencias e negadas 2.

Os pedidos para a habilitação de dentistas praticos, foram indeferidos, em virtude de não se encontrarem os mesmos nas condições exigidas por lei.

Com o fim de tornar eficiente a fiscalização, foram visitados 67 gabinetes, expedidos 69 títulos de licença, e 110 circulares, e praticados outros atos que lhe são inerentes.

As licenças concedidas para o funcionamento de gabinetes produziram a quantia de Rs. 3:500\$000.

#### **FISCALIZAÇÃO DO EXERCICIO DE MEDICINA**

Procurando cumprir o que é estatuído no Decreto Federal n. 20.931 e no Regulamento da Saúde Publica, foi mandado proceder ao levantamento do cadastro dos médicos residentes no Estado, serviço esse começado no fim do ano e que em breve estará concluído.

Até 31 de dezembro foram cadastrados 75 medicos.

Igual medida foi adotada com relação ás parteiras, achando-se já cadastradas 51.





Não se registou nenhum surto grave de forma epidêmica, havendo apenas recrudescências de doenças endêmicas, em varios pontos do Estado, tais como: varicéla, com caráter benigno, e desintéria, nas localidades marginaes do Iguaçú.

Das endemias rurais, houve um surto intenso de paludismo nas zônas que ficam ás margens do Paranapanema e Ivaí, logo combatido pelas equipes medicas organizadas pela Diretoria Geral de Saúde Pública, as quais se dirigiram áquelas zônas levando o material necessario á defesa da saúde daquêlas populações.

Esse surto, que se acentuou mais sensivelmente nos meses de janeiro a abril, decresceu, entretanto, nos meses seguintes.

No Litoral, foram registados tambem numerosos casos de paludismo, sendo as populações atendidas por intermedio das Sub-Inspetorias de Profilaxia de Paranaguá e Antonina e sub-póstos de Alexandra e Serra Negra, o mesmo ocorrendo em Fóz do Iguaçú, onde os serviços estiveram confiados á Sub-Inspetoria de Profilaxia daquêla localidade.

SUB-INSPECTORIA DE PROFILAXIA RURAL DE PARANAGUÁ —  
Esta sub-Inspetoria prestou serviços profissionais a 4.540 doentes de impaludismo, sendo dadas 23.759 medicações, distribuidos 82.677 comprimidos de quinino e empregadas 1.039 empôlas de paludan.

Contra a verminose, foram medicadas 1.997 pessoas e distribuidas 2.013 medicações.

A sífilis mereceu igualmente o cuidado desta sub-Inspetoria, que ministrou 1.510 injeções a pessoas portadoras desse mal.

No ambulatorio medico, destinado a pessoas pobres, foram fornecidas 1.332 receitas, para diversas molestias e efetuados 423 curativos.

Para o fim de obtenção de carteira de saúde, esta sub-Inspetoria examinou 1.136 pessoas, expedindo 658 carteiras, revalidando 471 e negando 7.

Atendeu a 385 doentes de escabiose, dando 1.209 medicações.

A vacinação contra a febre tifóide e a variola foi feita regularmente, tendo sido respectivamente de 95 e 245 pessoas, além de 1.064, que foram revacinadas contra a variola.

ros alimentícios, sem descuidar-se do estado sanitario, procurando, por todos os meios, melhorar as condições higiênicas dos artigos de primeira necessidade.

Essa atitude, que seria bastante para que essa Diretoria merecesse os mais francos aplausos da população, tem sido, entretanto, combatida, embora sem resultado, por aquêles que, com a ambição de maiores lucros, não trepidam em fraudar os generos alimentícios, principalmente o leite.

Ainda devido aos esforços da Saúde Pública, sempre apoiados pelo Governo, todos os serviços que lhe são atribuídos por lei, tem sido levados a efeito com energia, perseverança e grande ponderação.

O acerto das medidas póstas em pratica se encontra comprovado pelo bom estado sanitario do Paraná, mui especialmente desta capital.

Com o intuito de fornecer esclarecimentos precisos e exátos sobre os serviços da Diretoria Geral de Saúde Pública, mencionarei em seguida os fatos mais importantes ocorridos nos Departamentos que lhe são subordinados.

INSPETORIA GERAL — Póde-se dizer que a Inspetoria Geral é a coordenadora da atuação geral da fiscalização sanitaria, tendo a seu cargo tambem o serviço de assistência aos Abrigos, Escolas de Refórma e Asilo São Vicente de Paulo, bem como o de inspeções de saúde e exame para a expedição de carteiras.

As inspeções de saúde foram em numero de 743, para fins diversos, sendo expedidas 5.106 carteiras de saúde e revalidadas 770.

O estado sanitario geral dos estabelecimentos referidos foi bom, verificando-se, apenas, na segunda quinzena de dezembro, um pequeno surto de febre tifóide, na Escola de Trabalhadores Rurais "Dr. Carlos Cavalcanti", felizmente logo debelado.

A profilaxia das doenças infecto-contagiosas foi feita na medida do possivel, intensificando-se, cada vez mais, a vacinação anti-variólica e anti-tífica, esta fabricada nos laboratorios da Saúde Pública, competindo esse serviço aos postos organizados pela Inspetoria Geral.

Além disso, ainda foi feita distribuição da vacina anti-tífica não só a particulares, nos proprios domicilios, como a estabelecimentos industriais, tanto nesta Capital como no Interior do Estado.

## NATURALIZAÇÃO

Preenchidas todas as formalidades legais, foram encaminhados ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 55 processos de naturalização de cidadania brasileira, dos quais 30 obtiveram despacho favorável, conforme decretos enviados ao Governo.

Tais decretos, observada a recomendação inserta em Aviso Circular de 21 de agosto de 1923, foram entregues ao naturalizados, com exceção de 2, que não foram procurados.

Tem aumentado o numero de pedidos de naturalização, como se evidencia dos algarismos abaixo:

1933	1934	1935
35	46	55

## IMPrensa OFICIAL

Não possuindo o Estado, até o presente momento, o serviço de Imprensa Oficial, devidamente organizado, como existe em quasi todos os Estados, necessario se faz tratar desse assunto que tanto interessa á economia estadual.

O Diario Oficial é ainda impresso mediante contrato, cujo valor é de Rs. 30:000\$000, anuais.

Pensa o Governo que, com o material tipografico que se acha em uso na respectiva officina da Penitenciaria do Estado, e adquirindo o mais que se fizer indispensavel ao myster, poder-se-á, sem grandes despesas, organizar a Imprensa Oficial, de maneira a satisfazer plenamente aos fins visados, resultando dessa iniciativa economia não pequena aos cofres estaduais.

## SAUDE PÚBLICA

A Diretoria Geral de Saúde Pública, ora dirigida pelo distinto medico paranaense Dr. Eduardo Virmond de Lima, e dotada dos elementos que se tornam indispensaveis ao seu funcionamento, tem tomado providencias tendentes a exercer uma rigorosa fiscalização dos gene-





lho Superior de Defesa do Patrimônio Cultural do Paraná, tendo, por Decreto n.º 2459, de 1.º de abril do corrente ano, nomeado os respectivos Membros, que já estão trabalhando para o bom êxito da importante missão lhes confiada. Devo lamentar o trágico falecimento de um desses elementos, o doutorando Ciro Sans Duro, que foi vitimado pela explosão da Casa Palva, de tão lamentáveis consequências.

São os seguintes os atuais Membros do referido Conselho: Romário Martins, Francisco Ferreira Leite, Cáo Machado, Dr. Gaspar Duarte Veloso, Dr. Manoel de Oliveira Franco, Benedito Nicolau dos Santos, Dr. Pedro Ribeiro de Macedo, Dr. Osvaldo Piloto, Dr. Julio Estrela Moreira e Dr. Mario Braga de Abreu.

#### ASSISTENCIA SOCIAL

Todos os estabelecimentos de Assistencia Social mantidos pelo Estado, têm funcionado regularmente, o que atesta o esforço do Governo no sentido de ampliar e melhorar tão benemeritas instituições.

Dessa maneira, o amparo aos menores abandonados e aos que enveredam pelo caminho do crime, bem como aos velhos que se tornam inválidos e aos enfermos, é uma vitoriosa realidade em nosso Estado.

Para maior clareza, passo a dar o movimento dos seguintes estabelecimentos:

#### ASILO SÃO VICENTE DE PAULO

##### Indigentes:

##### Homens:

Existiam em 1.º de janeiro .. . . . .	102	
Entraram .. . . . .	20	122

Saíram .. . . . .	15	
Faleceram .. . . . .	12	27

Existentes em 31 de Dezembro .. . . . .		95
---	--	----

##### Mulheres:

Existiam em 1.º de janeiro .. . . . .	80	
Entraram .. . . . .	19	99

seu patrimonio sendo aumentado de maneira sensivel, graças aos louvaveis esforços do seu átual dirigente.

A Secção Etnografica foi enriquecida com uma magnifica coleção de armas e adórnos dos indios "Tucanos" e "Macús", da região Amazonica, oferecida pelo Sr. Coronel Themistocles Paes de Souza Brasil.

Todas as coleções que possui o Museu, se encontram em bom estado de conservação, expostas em mostruários, alguns dos quais um tanto antiquados.

O Museu foi visitado por 9.292 pessoas, isto é, mais 4.124 que em 1934, quando o número de visitantes foi de 5.168.

Esse fato é, devéras, auspicioso e põe em evidencia o interesse que o povo demonstrando pelo conhecimento de coisas da nossa historia, da nossa arte e da nossa natureza, de que é o Museu um verdadeiro repositório.

#### BIBLIOTECA PÚBLICA

A Bibliotéca Pública, instalada em uma das salas do Ginásio Paranaense, encontra-se devidamente conservada, possuindo estantes novas, construidas de imbuia, nas quais figuram obras de valór.

A frequéncia, no decurso do ano ultimo, foi de 965 pessoas, que, procurando o cultivo do espirito, consultaram 965 obras, escritas:

Em portgués . . . . .	863	
" Francés . . . . .	51	
" espanhol . . . . .	25	
" inglés . . . . .	11	
" latim . . . . .	10	
" italiano . . . . .	4	
" alemão . . . . .	1	965

#### CONSELHO SUPERIOR DE DEFESA DO PATRIMONIO CULTURAL DO PARANA'

Interessado na defesa do nosso patrimonio artistico sancionei, a 31 de outubro do ano ultimo, a lei que tomou o n.º 38, instituindo o Conse-

A construção dessa estrada, traçada por Antonio Pereira Rebouças e executada pelo inolvidavel engenheiro Teixeira Soares, foi um dos principais fatores do desenvolvimento do nosso Estado, sob seus aspectos economico, social e politico.

Diversas festividades foram levadas a efeito nesta Capital, destacando-se dentre ellas, a inauguração da herma do Dr. Teixeira Soares, na Praça Eufrasio Correia, depois da missa campal ali realizada, e a abertura da Exposição Rodo-Ferrovial, nos pavilhões armados á Praça Rui Barbosa.

INDEPENDENCIA DA REPUBLICA ARGENTINA — Por Decreto n.º 835, de 24 de maio, foi decretado feriado o dia 25 do mesmo mês, em homenagem á data da Independencia da Republica Argentina, que, cumulado o nosso Presidente da Republica de significativas prúvas de distincção e amizade, tem dado sempre ao Brasil a demonstração firme e segura da mais perfeita solidariedade á politica de paz internacional, seguida pelos nossos Governos.

#### CONSELHO DO ESTADO

Instituido pelo artigo 83.º da Constituição Política do Estado, como órgão de coordenação de poderes, foram, em sessão dessa Assembléa, de 21 de maio, eleitos os sete Membros, recaíndo a escolha nos Senhores Dr. Joaquim Miró, Coronel Ottoni Maciel, Dr. Rivadavia Macedo, Dr. Flavio Supplicel de Lacerda, Capitães Idalio Sardenberg e Catão Menna Barreto Monelaro e Dr. Marins Alves de Camargo.

Os conselheiros eleitos se empossaram no dia 23 de maio, instalando-se, em sessão solene, o Conselho, no dia 24 de outubro.

Procedida á eleição da Mesa, no dia 31 de outubro, ficou a mesma assim constituída: Presidente — Dr. Joaquim Miró; Vice-Presidente — Coronel Ottoni Maciel, e Secretario — Dr. Rivadavia de Macedo.

O Conselho tem funcionado regularmente, sendo honorifico o cargo de Conselheiro e considerado o seu desempenho relevante serviço prestado ao Estado.

#### MUSEU PARANAENSE

Não obstante continuar instalado em prédio inadequado ao fim a que se destina, por não ter sido possível um edificio proprio, vai todavia, o



## Quadro demonstrativo da despesa efetuada durante os exercicios de 1931 a 1935

TITULOS	1931	1932	1933	1934	1935
Palacio do Governo .....	132:716\$728	136:808\$190	148:594\$070	168:992\$750	155:040\$000
Desp. Gerais da Secretaria do Interior .....	210:164\$272	111:603\$928	71:335\$352	190:199\$420	6:893\$400
Assembléa Legislativa .....	10:693\$926	9:720\$692	57:373\$472	68:897\$002	1.144:862\$100
Magistratura .....	849:113\$175	856:322\$575	850:114\$704	830:206\$190	968:104\$300
Procuradoria da Justiça .....	11:051\$000	24:257\$570	40:375\$000	48:275\$790	58:067\$600
Foruns .....	37:806\$246	36:839\$246	42:425\$321	24:043\$600	31:593\$400
Justiça .....	623:265\$017	552:804\$600	561:742\$962	573:792\$875	572:892\$200
Policia Civil .....	1.816:672\$112	1.659:025\$420	1.779:405\$030	1.523:155\$300	989:215\$600
Policia Militar .....	3.207:892\$378	2.316:417\$251	3.699:439\$615	3.607:218\$049	2.917:651\$200
Companhia de Bombeiros .....	688:883\$856	425:246\$555	517:716\$495	270:697\$154	260:991\$900
Saúde Pública .....	969:833\$688	905:962\$376	822:678\$047	976:249\$636	386:362\$200
Despesas Gerais da Saúde Publica .....	39:611\$710	22:197\$763	55:583\$126		760:835\$400
Instrução Pública .....	5.046:403\$051	4.854:424\$232	5.105:486\$029	5.542:981\$738	5.671:183\$000
Assistencia Social .....	288:813\$420	300:271\$751	372:616\$636	470:009\$960	461:200\$000
Museu Paranaense .....	29:866\$334	19:376\$326	19:459\$620	12:294\$823	15:270\$400
Conselho Penitenciario .....	2:079\$230	2:400\$000		230\$000	
Inspetoria Geral das Rendas .....	2.266:535\$583	2.140:174\$422	653:515\$379	1.068:604\$672	3.197:545\$700
Departamento de Agricultura .....	160:998\$556	129:453\$198		158:744\$618	415:969\$700
Departamento de Terras e Colonização .....	74:003\$660	95:700\$000			115:279\$100
Departamento de Agua e Esgotos .....	201:390\$431	368:019\$267	558:614\$848	750:194\$725	1.684:462\$300
Departamento de Obras e Viação .....	1.400:649\$468	2.135:332\$239	3.767:282\$437	3.327:319\$295	3.473:293\$000
Junta Commercial .....	30:186\$197	30:066\$872	24:823\$130	19:882\$000	13:258\$300
Teatro Guaira .....	5:464\$992	6:000\$000	4:122\$750	3:500\$000	4:433\$400
Gratificação a Funcionarios com mais de 25 anos de serviço .....	98:168\$099	78:743\$510	57:075\$781	60:300\$213	110:744\$900
Passal Inativo .....	1.211:031\$244	1.614:355\$829	1.871:063\$988	1.994:390\$165	2.253:141\$800
Quadro Suplementar .....	47:612\$262	10:120\$530	6:590\$000		28:925\$000
Pensões .....	52:793\$422	54:061\$639	70:382\$368	52:022\$593	53:463\$300
Seguros de Proprios do Estado .....	37:424\$600	53:125\$600	43:622\$800	45:309\$100	40:000\$000
Exercicios Findos .....	1.968:601\$788	2.866:594\$990			887:604\$300
Desp. Gerais da Secretaria de Fazenda .....	236:726\$943	318:660\$557	452:333\$753	487:952\$321	157:928\$500
Serviço da Divida (Interna e Externa) .....	7.938:033\$331	682:979\$349		6.638:996\$826	7.127:955\$900
Secretaria do Interior, J. e I. Pública .....	851:615\$743	327:977\$736	206:849\$104	206:914\$166	
Secretaria de Fazenda e Obras Públicas .....	180\$000	361:836\$227	2.251:093\$325	2.267:568\$479	
Restituição de Dinheiro de Orçãos .....	180\$000	1:804\$000			
Eventuais .....	11:846\$200	80:497\$610		49:308\$008	
Restituição de Impostos .....	17:694\$032			260:546\$579	26:929\$100
Defeza do Café .....	15:549\$742			4:129\$941	
Obras do Porto de Paranaguá .....	356:287\$639				
Comissões de Sindicancias .....	66:332\$190				
Estrada de Rodagem S. Paulo — Paraná .....	6:510\$000				
Aos Sem Trabalho .....	3:443\$000				
Custelo de Ações .....	110\$500				
Caixa de Aposentadorias e Pensões .....				94:900\$812	88:632\$300
Terrenos da Rua Barrão do Rio Branco .....				65:000\$000	
Construção e Conservação da Estrada de Ferro Norte do Paraná .....				1.000:000\$000	
Secretaria da Corte de Apelação .....					58:143\$900
Gabinete do Secretario do Interior .....					37:200\$000
Departamento do Expediente e Protocolo .....					53:456\$800
Departamento do Interior .....					44:672\$800
Departamento da Justiça .....					57:172\$200
Portaria do Interior .....					21:183\$000
Gabinete do Secretario de Fazenda .....					38:200\$000
Portaria da Fazenda .....					13:595\$800
Departamento do Exped. e Protocolo — Fazenda .....					66:796\$300
Departamento de Contabilidade .....					84:481\$000
Departamento de Tezouro e Pagadoria .....					85:287\$700
Departamento de Tomadas de Contas .....					44:450\$600
Procuradoria da Fazenda .....					93:522\$900
Almoxarifado Geral .....					44:356\$200
Comissão de Estudos Financeiros e Economicos Aérolloyd Iguacu' .....					20:000\$000
Estrada Curitiba—Jacarezinho .....					50:000\$000
Publicação da Mensagem e Constituição .....					5:550\$000
Construção da Escola de Aprendizizes Artifices .....					300:000\$000
Exposição Farroupilha .....					90:000\$000
Justiça Eleitoral .....					40:000\$000
Chefatura de Policia .....					62:100\$000
Despesas Hospitalares da Policia Militar .....					1:800\$000
<b>TOTAL .....</b>	<b>31.523:811\$800</b>	<b>23.572:150\$200</b>	<b>24.111:787\$200</b>	<b>32.800:859\$800</b>	<b>35.864:853\$800</b>

Os exames realizados por esses laboratorios consistem na determinação da gordura, acidez, em graus Dornic, densidade, extratos, peroxidases e agentes conservadores, nas amostras colhidas de cada um dos leiteiros, grandes ou pequenos produtores, os quais contribuem com a taxa de vinte réis por garrafa, desde que vendam mais de dez garrafas por dia.

Além desses postos, existe um laboratorio na séde da Usina Astra, onde trabalham um analista e um guarda, por conta da Saúde Publica e sob a direção do respectivo Diretor do Laboratorio de Bromatologia e Análises Químicas.

Completando este sistema, ainda ha o Laboratorio Central, que, nos casos indicados, realiza a análise completa do leite.

A fiscalização se estende não só ao leite da Usina, mas tambem ao leite cru, engarrafado, atingindo ainda o leiteiro, o gado e os estabulos.

Periodicamente são examinados os leiteiros, isto é, todas as pessoas que lidam com o leite, aos quais é expedida a carteira de saúde, quando aptos para a manipulação deste alimento.

A inspeção do gado leiteiro, levada a efeito por veterinarios, dentro das possibilidades do momento, vai dando bons resultados, pois, demonstrando os animais doentes, desnutridos, permite afastá-los, melhorando dessa maneira as condições do leite.

Das inspeções feitas surge a imperiosa necessidade de se iniciar uma campanha ainda mais intensa de verificação de todo o gado estabulado, procedendo-se ao mesmo tempo á intradermo reação, affim de assinalar se o gado reage positivamente á tuberculina, além dos demais exames clinicos, para que sejam sacrificadas as vacas tuberculosas, como recentemente se procedeu no Rio de Janeiro, medida essa que será um grande passo em beneficio da campanha contra a peste branca.

Por esses motivos foi determinada a pasteurização do leite pelo processo de pasteurização baixa a 63° c., durante 30 minutos, desde quando autoridades competentes e experimentadas na materia estão acórdes quanto á eficiencia desse meio de beneficiamento, considerando-o excelente com relação ao gérme da tuberculose.

Os inconvenientes oriundos dessa maneira de pasteurização, apontados pelos que a combatem, podem ser removidos quando as operações são criteriosamente dirigidas e controladas.

Visando evitar esses inconvenientes, a Saúde Publica designou um técnico de Laboratorio para vigilar permanentemente a Usina, com o objetivo de orientar cientificamente as operações, defendendo, assim, com mais segurança, os interesses dos consumidores.

Em cada posto de exame trabalham igualmente um analista e um guarda, aquêlê procedendo a constantes exames fisico-químicos do leite e este verificando o seu acondicionamento, colhendo amostras e observando as condições higienicas dos carros de transporte.

Esse serviço é custeado com a propria renda dos exames, com a qual são pagos os funcionarios contratados e feita aquisição de material e reativos gastos abundantemente, dada a natureza dos exames diarios.

A taxa cobrada foi instituida por indicação dos leiteiros do Sindicato e de conformidade com o Regulamento da Diretoria Geral de Saúde Publica, em seu artigo 586.

Não estando o leite incluído nas exceções de que trata o artigo 588 do Regulamento citado, acha-se, portanto, sujeito á taxa, na fórmula da alinea B do artigo 16.

Tendo em vista que o leite é consumido em maior quantidade por crianças sadias ou por doentes em geral, é fóra de dúvida que esse alimento deve apresentar-se em condições de pureza, limpeza, composição qualitativa exigidas pelas proprias necessidades organicas, desde quando, até certo ponto, pôde ser considerado como verdadeiro medicamento.

Se é verdade que "assim como o remedio suavisa os males fisicos, o leite, alimento precioso, tonificando o organismo, produz identico efeito, porque motivo então remedio e leite, ambos dignos de iguais cuidados, hão de ser diversamente cercados de medidas protetoras?

E' necessario salientar a circunstancia de ser o remedio manipulado em um laboratorio, sob as vistas de um profissional responsavel, enquanto o leite é explorado por pessoas que nem sempre possuem os mais rudimentares conhecimentos de higiene.

Apesar de ser interdito o estábulo em que se verifica caso de febre aftosa em vaca leiteira, houve leiteiro que, conseguindo ludibriar a fiscalização, vendeu clandestinamente leite com o vírus da febre, dando lugar a que fossem constatados varios casos de aftosa humana, mórmente em crianças, não havendo felizmente nenhum óbito a lamentar.

Em tais condições, a Saúde Pública, que é o órgão destinado a velar pela saúde da população e pelo qual o Governo faz realizar as aspirações coletivas, nessa parte da esfera social, não podia cruzar os braços diante de tão importante problema sob pena de faltar ao cumprimento de seus deveres, deixando ainda de obedecer ao disposto no n. 11, do artigo 10 da Constituição Federal.

A campanha que vem sendo feita depara com enórmes dificuldades por parte dos leiteiros, os quais prejudicam o leite com o costume de ordenhar sem prévio asseio do úbere e das mãos com agua limpa e sabão, enxugando-as por sua vez em toalhas limpas; sem a fixação da cauda do animal durante a mungedura, para evitar as projecções de excrementos e outras sujidades no vasilhame de colheita, e, por fim, o tratamento deste por agua fervente.

Com o fim louvavel de salvaguardar a saúde do povo, com o consumo de leite impuro e contaminado, foi, em 19 de agosto de 1933, baixado um Edital declarando que, decorrido o prazo de 120 dias, só seria permitida a venda, para consumo publico, de leite que fosse previamente beneficiado em estabelecimento apropriado.

Como se não tivesse verificado a construção da Usina de beneficiamento, foi publicado, em 5 de dezembro daquele ano, novo Edital, prorrogando por mais 90 dias o prazo em apreço.

Esse novo prazo teve mais uma prorrogação de 180 dias, concedida pelo Edital baixado a 4 de julho de 1934.

Esgotado esse ultimo prazo, o Governo baixou o Decreto n. 41, de 30 de janeiro, estabelecendo o prazo de 120 dias, a contar da data do mesmo Decreto, para a pasteurização compulsoria de todo o leite fornecido á população, excetuado o que proviêsse de estabelecimento previsto pelo artigo 773, do Regulamento da Saúde Publica.

Expirado esse prazo, e como já estivesse construida, nesta Capital, uma Usina de Pasteurização, sob os auspicios da Cooperativa dos For-

necedores de Leite, a Saúde Publica, como era de seu dever, deu execução ao Decreto n. 41.

Existindo nessa época um Sindicato de leiteiros, os seus associados não se conformaram com as medidas adotadas, declarando-se em greve, sendo então o fornecimento de leite á população, feita pela Usina Astra, que estava funcionando desde os primeiros dias de junho, e passou a ser diretamente inspecionada pela Diretoria do Laboratorio de Bromatologia e Análises Químicas.

O Governo, procurando resolver a situação determinada pela greve, nomeou uma Comissão para emitir parecer sobre o assunto, bem como para se pronunciar sobre uma petição dos leiteiros grévistas, tendo a mesma opinado pela venda simultanea de leite pasteurizado e cru, este, porém, devendo ser sistematicamente analisado em Laboratorio, cuja organização e localização ficariam a cargo da Saúde Publica.

Pondo em pratica o alvitre da Comissão, foram organizados 7 postos de emergencia além do Laboratorio Central e o da Usina Astra, destinados a proceder á inspeção do leite, a qual, por falta de material necessario, se limitava de começo á verificação de densidade, observação macroscópica das condições de limpeza e acondicionamento, remetendo-se a amostra do produto ao Laboratorio Central, para as devidas investigações, sempre que era observada qualquer irregularidade.

Essa medida, que parecia ter resolvido o caso do leite, veio a ser repudiada pelos leiteiros, logo que, chegado o material encomendado para o serviço de instalação dos Postos definitivos, foram avisados, a 25 de setembro, por Edital, de que no dia imediato todo o leite do posto de emergencia da rua Xavier da Silva seria examinado no primeiro posto, devidamente aparelhado, sito na mesma rua.

No dia 27 daquêlê mês foi aberto o segundo Posto definitivo na rua Ubaldino do Amaral, correndo os trabalhos com regularidade.

Com essas instalações, o exame higienico do leite tomou novo aspecto, passando a ser diariamente analisado quanto á gordura, ao extrato seço e desengordurado, em função da densidade e gordura, determinação da densidade da acidez em graus Dornic, provas de peroxidases, bem como dos principais agentes conservadores, além da



pesquisa do amido (farinhas em geral), procedendo-se ainda a exames microscopicos das amostras colhidas e enviadas ao Laboratório Central.

Verificadas como fôram diversas alterações e falsificações do leite, descontentes ficaram os leiteiros, que outra vez se declararam em grêve, no dia 27 de setembro, motivo por que foi suspensa a instalação dos cinco Postos restantes.

Nessa emergencia, a população foi suprida pela Usina Astra, que, contando com uma média diária de 3.000 garrafas, passou a ter 7.400 garrafas, sendo todo o leite previamente analisado, como o era nos Póstos, e vendido pelos leiteiros.

Impossível será negar que o exame do leite transportado em latões, como o que é levado á Usina, tem muito mais eficiencia do que o de algumas garrafas tiradas ao acaso do carrinho dos leiteiros.

Essa consideração encontra apoio nos seguintes dados:

Amóstras examinadas no Laboratório Central .. . . . .	1.157
” ” na Usina Astra .. . . . .	5.780
” ” no Posto da rua Xavier da Silva .. . . . .	1.665
” ” no Posto da rua Ubaldino do Amaral .. . . . .	1.087
” ” no Portão .. . . . .	1.045
” ” no Juvevê .. . . . .	1.361
” ” no Asilo .. . . . .	1.797
” ” na rua Visconde de Nacar .. . . . .	1.590
” ” no Batel .. . . . .	1.789

Os leiteiros em grêve, cujos elementos não eram em maioria absoluta, pois muitos levavam o seu produto á Usina Astra, verificando a falta de apoio incondicional que esperavam encontrar, dirigiram-se ao Conselho do Estado, pedindo a suspensão da obrigatoriedade da pasteurização do leite, muito embóra essa medida seja científica, legal e sobretudo ditada pela razão, por estar alicerçada nos principios de solidariedade humana.

Levando o caso ao conhecimento do Conselho do Estado, este, em sessão de 11 de novembro, depois de receber as informações solicitadas ao Governo e de ouvir os esclarecimentos verbais do Dr. Diretor do Laboratório de Bromatologia e Análises Químicas, aprovou o parecer contrario á pasteurização do leite, considerando ilegal o Regulamento

da Diretoria Geral de Saúde Publica, baixado com o Decreto n. 1.290, de 4 de julho de 1936.

A' vista dessa decisão, passou o leite a ser novamente examinado nos Postos instalados pela Saúde Publica, desde que esta não podia deixar de fazer a inspeção compulsória do leite, como garantia á saúde da população.

Dessa maneira, foi suspenso, pelo Conselho do Estado, o Decreto n. 41, de 30 de janeiro, que não tinha outro fim senão o de acautelar a saúde do povo, seguindo assim este Estado o exemplo de outras Unidades da Federação, tais como Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Minas Gerais e outros, o que prova não se tratar de uma inovação, que visasse interesses obscuros e inconfessáveis, mas, ao contrario, de uma medida de grande alcance para a melhor alimentação dos que, como as crianças e os doentes, não podem prescindir do leite.

A pasteurização é científica, porque o leite é sistematicamente poluído, contaminado pelo ordenhador, que muitas vezes não cuida convenientemente da alimentação e muito menos da limpeza dos animais produtores; não limpa o vasilhame da captação, nem trata do acondicionamento, sem falarmos que, conhecendo o estado de saúde de seus animais, ás vezes portadores de molestias graves, transmissíveis ao homem, não tem escrúpulos e vende o leite de qualquer modo.

E' legal, porque a indicação científica de beneficiamento do leite está prevista pelo Regulamento da Diretoria Geral de Saúde Publica, em vigor desde o ano de 1930.

Trata-se por consequencia, de uma medida que já deveria ter sido pósta em execução, não sendo, portanto, nenhuma novidade criada pelo Governo.

E' ditada pela razão, porque manda o bom senso, manda a solidariedade humana que os direitos de cada individuo ou coletividade não devem ir além dos limites que assinalam o inicio dos direitos de outro individuo ou coletividade.

Assim sendo, é obvio que os leiteiros não podem ter o direito de lesar a saúde dos consumidores, fornecendo-lhes um produto que, sem os indispensáveis cuidados higienicos, lhes é nocivo.

E foi por esse motivo que a Saúde Pública, aparelhada como está, reabriu os Póstdos de Fiscalização, procedendo á inspeção compulsória do leite crú.

Com a exposição óra feita, sucintamente e de maneira categórica, do caso do leite, é de esperar que essa Assembléa, na sua alta sabedoria, venha a traçar as nórmas que se fizerem indispensaveis á defesa da saúde da população desta Capital, evitando inumeros males que possam advir da venda de leite poluído e contaminado.

#### POSTO DE PROFILAXIA DO TRACOMA

Os serviços de profilaxia do Tracóma, instalados no Município de Cambará, foram praticados normalmente, tendo sido registados 256 novos doentes e feitos 13.760 curativos.

Os doentes de impaludismo que receberam tratamento neste Posto, atingiram o numero de 2.446.

#### POLICIA SANITARIA

HIGIENE DAS HABITAÇÕES — A policia sanitaria de fiscalização das habitações precisa ser dotada de pessoal habilitado, em numero e qualidade, para que póssa ser feito um trabalho eficiente.

Foram fornecidos 1.295 certificados de "habite-se", procedidas 1.313 vistorias e assinados 105 compromissos para melhoramentos domiciliares.

A policia sanitaria visitou 3.099 casás comerciais, compreendendo nesse numero hotéis, pensões, restaurantes, casas de sécos e molhados, confeitarias, etc., e 8.169 casás de habitação particular, fazendo 2.548 intimações e applicando 47 multas.

#### EDUCAÇÃO SANITARIA

A Inspetoria Geral iniciou o serviço de educação sanitaria por meio de palestras, em linguagem ao alcance de todos, as quais são proferidas por medicos da Saúde Pública e ainda por outros facultativos, que convidámos para esse fim, teem prestado o concurso de seu saber e de sua intelligencia a essa cruzada.

Tais palestras são efetuadas através do microfone do Radio Club Paranaense, que, dessa maneira, concorre eficazmente para a difusão de ensinamentos profiláticos, tornando-se assim merecedor dos mais justos encomios.

#### HOSPITAL OSVALDO CRUZ E DESINFETORIO CENTRAL

Este estabelecimento, destinado ao isolamento de doentes de moléstias inféto-contagiósas, tem preenchido perfeitamente a sua finalidade.

Devido á falta de acomodações no Sanatório São Sebastião e o grande numero de tuberculosos que procuram se hospitalizar, continúa a ser mantida, no Hospital, uma enfermariá para internamento dos portadores da peste branca.

Déram entrada no hospital, 240 homens e 82 mulheres, em um total de 322.

O movimento foi o que se segue:

Existiam a 1.º de janeiro . . . . .	21	
Entraram . . . . .	322	343
		<hr/>
Faleceram . . . . .	44	
Saíram . . . . .	264	
Em tratamento . . . . .	35	343
		<hr/>

Foram aplicadas 2.114 injeções intramusculares e 72 endovenosas; feitos 91 curativos; 12 punções raquidianas e requisitados 104 exames ao Laboratório de Bacteriologia e Pesquisas Clínicas.

O Desinfetório Central tem funcionado regularmente.

#### LEPROSARIO SÃO ROQUE

O Governo não se tem descuidado do serviço de profilaxia do mal de Hansen, atendendo, tanto quanto permite a situação financeira do Estado, as solicitações da Diretoria Geral de Saúde Pública.

Do Governo Federal foi recebido apenas o auxilio de Rs. 90:000\$000 para combater o mal.

Estando o Leprosario com a sua lotação tomada, mistér se faz a ampliação das instalações existentes.

Matricularam-se 63 novos doentes, sendo o movimento do Leprosario o que abaixo se vê:

Existiam a 1.º de janeiro . . . . .	320
Entraram . . . . .	63
Evadiram-se . . . . .	13
Faleceram . . . . .	34
Recambiados para seus Estados . . . . .	2
Altas por curas clinicas . . . . .	4
Existentes a 31 de dezembro . . . . .	330

Desde a fundação do Leprosario, foram matriculados 786 doentes, sendo de fórmas cutaneas 613 e fórmas nervosas 173.

O Abrigo-Escola, que se acha mal localizado, necessitando refórma completa, teve o seguinte movimento:

Existiam . . . . .	40
Entraram . . . . .	24
Recambiados para casas de parentes . . . . .	10
Faleceram . . . . .	2
Nasceram . . . . .	2

As poucas crianças internadas, bem poderiam ser recambiadas para casas de parentes que estivessem em condições de recebe-las e outras recolhidas a estabelecimentos adequados, no Estado, extinguindo-se o abrigo.

**FARMACIA** — Para o tratamento sintomatico da lêpra e de doenças intercorrentes foram aviadas 7.538 receitas.

**LABORATORIO** — Procedeu a 624 pesquisas de bacilos, sendo que só de muco nasal foram feitas 334.

**TRATAMENTO** — Os doentes continuam a ser tratados de conformidade com os modernos ensinamentos da medicina.

**DISPENSARIO** — Seria de grande alcance para a profilaxia da lêpra, a instalação de um dispensario cujas finalidades pôdem ser assim resúmidas:





## GABINETE RADIOLOGICO E DISPENSARIO ANTI-TUBERCULOSO

As atribuições conferidas ao Gabinete Radiológico tem sido fielmente cumpridas.

O Gabinete procedeu a 304 exames, sendo 55 radioscópicos e 249 radiográficos.

O Dispensario Anti-Tuberculoso, cuja finalidade não precisa ser encarecida, pouco tem produzido, concorrendo como causa determinante a deficiência de sua organização, que urge melhorar.

Dos 36 doentes matriculados, 2 foram internados no Sanatório São Sebastião; 26 no Hospital Osvaldo Cruz e 8 isolados, ficando em tratamento no próprio domicilio.

## LABORATORIO DE BATERIOLOGIA E PESQUIZAS CLINICAS

Os trabalhos afetos a este Laboratório, foram, como sempre executados com proficiencia e solicitude.

Foram realizados 2.069 exames, a saber:

Muco Naso-Faringeano . . . . .	203
Muco Nasal . . . . .	211
Escarro . . . . .	359
Fézes . . . . .	117
Urina . . . . .	326
Sangue . . . . .	781
Outros exames . . . . .	72
<b>TOTAL . . . . .</b>	<b>2.039</b>

A quantidade de vacina preventiva anti-tífica e desintérica, fabricada pelo Laboratorio, foi de 194.370 c.c.

## LABORATÓRIO DE BROMATOLOGIA E ANÁLISES QUIMICAS

Este Laboratório, imprescindível aos serviços da Saúde Publica, quer no exame dos alimentos, quer na solução de outros problemas, vem prestando excelente auxilio á saúde da população.



Foram submetidas a exame 1.177 amostras de produtos diversos.

Grande parte da atividade do Laboratorio foi absorvida pela fiscalização do leite.

#### LABORATORIO QUIMICO FARMACEUTICO

Neste Laboratorio foi construido um pavilhão isolado, que se destina ao uso dos respectivos maquinarios.

A secção de comprimidos foi eletrificada, sendo néla instaladas duas maquinas homogeneisadoras, uma de tipo moderno, para confecção de comprimidos, outra, devidamente reformada, aguardando-se a montagem de uma estufa eletrica para melhor eficiencia de seus serviços.

A produção diaria pôde ser de 50.000 comprimidos, em 8 horas de trabalho.

Foram fabricados 730.130 comprimidos diversos e 28.446 ampólas.

A materia prima adquirida, importou em Rs. 65:329\$310, a qual transformada nos medicamentos confeccionados, representa a soma de Rs. 239:352\$950, resultando, assim uma economia de Rs. 174:023\$640.

#### SERVIÇO DE AMPARO SOCIAL

O Estado se fez representar no certame realizado pelo serviço de Amparo Social, do Rio de Janeiro, apresentando, além de diversos trabalhos, vários gráficos, prospéto, estatutos de Sociedade Beneficentes e dois albuns, com 217 fotografias.

A impressão causada foi boa, tendo o Estado feito uma demonstração exata da maneira por que vem desenvolvendo praticamente, o momentoso e magno problema da Assistencia Social, que já é, aliás, uma bela realidade entre nós.

#### DISTRIBUIÇÃO DE MEDICAMENTOS

A Diretoria de Saúde Publica fez distribuição aos Municípios de Antonina, Paranaguá, São José da Boa Vista, Jacarézinho, Jataí, Bandeirantes, Carlópolis, União da Vitória, Jaguariaiva, Sengés, Palmas,



Tibagi, Rebouças, Prudentópolis, Ponta Grossa, Ipiranga, Joaquim Tavora, Tomazina, Guarapuava, Santo Antonio da Platina, Cerro Azul, Lapa, Clevelandia, Imbituva, Guaratuba, Guaraquessaba, Cambará e Fóz do Iguaçu, e aos Distritos de Bom Jardim, Salto do Itararé e Ivaí.

### ESTATISTICA DEMOGRAFO SANITARIA DE CURITIBA

Eis os dados comparativos deste serviço, nos annos de 1934 e 1935:

CASAMENTOS	
1934	1935
.885	1.022
NASCIMENTOS	
1934	1935
3.352	3.016
ÓBITOS	
1934	1935
1.572	1.527

### POLICIA MILITAR DO ESTADO

Esta corporação, mantendo a sua tradição, que tanto a dignifica, muito concorreu para a manutenção da ordem publica em todo territorio paranaense, mostrando-se, como sempre, uma força disciplinada e conciente de sua espinhosa, mas nóbre missão, sob o comando do esforçado e brioso miliciano Tenente Coronel Pedro Scherer Sobrinho.

O efetivo da Policia Militar foi fixado por Decreto n.º 28, de 9 de janeiro, ficando constituido de 830 homens, sendo 56 officiais e 774 praças, montando a respectiva despesa no total de Rs. 2.999:996\$000.

Funcionam regularmente as oficinas de alfaiataria, marcenaria, carpintaria, serraria, ferraria, mecanica e tipografia.

O plano de uniforme adotado foi aprovado pelo Ministerio da Guerra, em aviso n.º 395, de 20 de dezembro de 1934, baixando o Governo, nesse sentido o Decreto n.º 699, de 3 de maio.

Afim de cursarem a Escola de Educação Fisica do Exercito, no Rio de Janeiro, foram designados 3 officiais e 3 Sargentos, dos quais sómen-



te concluíram o curso o Capitão Medico Maximo Pinheiro Lima, 2.º Tenente Antisthenes Miranda de Moraes Sarmento, 2.º Sargento Eduardo Sebrão e o 3.º Sargento Custodio Neto Sobrinho.

Foram instalados 9 Conselhos especiais de Justiça Militar para o processo e julgamento de Officiais.

As sessões dos Conselhos de Justiça Militar foram em numero de 85, sendo 59 de instalação, sumarios e interrogatorios e 26 de julgamento.

A Promotoria de Justiça Militar ofereceu 9 denuncias, 1 aditamento á denuncia, e requereu o processo e julgamento de 15 termos de deserções.

O serviço ambulatorio não foi pequeno, acusando 1.364 consultas, sendo 1.116 no Gabinete Medico e 248 a domicilio, além de 3.820 curativos efetuados e 5.677 injeções applicadas e várias inspeções de saúde feitas para engajamento e verificação de praças.

A farmacia aviou 15.617 formulas e o Gabinete Odontologico executou 636 obturações e diversos serviços, inclusive 4.320 curativos (Odontalgias).

As reformas verificadas, bem como a concessão de medalhas e todos os atos concernentes á Policia Militar, foram baixados pelo Governo, com inteira observancia dos preceitos legais.

O Quartel, salvo a parte nova, construida na minha administração, ressen-te-se de faltas que sómente poderão ser sanadas com a reconstrução da parte antiga, o que espero fazer assim permita a situação do Estado.

#### COMPANHIA DE BOMBEIROS

Esta benemerita Corporação, cujos serviços não precisam ser destacados, tal a relevancia dos mesmos, tem cumprido a sua arriscada missão com grande eficiencia.

O seu efetivo foi de 76 homens, sendo 5 officiais, 1 Aspiranté e 70 Praças.

A Escola elementar funcionou com toda regularidade, sob a direção de um professor normalista.

Para maior facilidade dos reparos a serem executados em automoveis ou veiculos, foi montado no pátio do Quartel um elevador, com a pressão de 250 libras de ar.

A farmacia aviou 2.841 formulas medicas, das quais 1.793 para a propria companhia.

Verificaram-se 16 principios de incendio, logo apagados; 5 incendios com destruicao parcial e 3 com destruicao total.

Fica deste modo, evidenciado o valor dos soldados do fogo, os quais, com o risco da propria vida, prestam á populacao os seus prestimosos servicos.

Para o custeio das despesas da Companhia de Bombeiros, o orçamento de 1935, consignou as verbas precisas, no total de Rs. 263:400\$000.

O Quartel tem tido boa conservacao, o que tambem se observa com o material, que logo seja possivel, deve ser aumentado com outro mais moderno.

## **POLICIA CIVIL**

O Governo, por intermedio da Policia Civil, ora dotada de diversos melhoramentos indispensaveis á sua açao, manteve completa ordem em todo o territorio do Estado.

Com as energicas providencias que desde logo ordenei, dentro dos limites legais, a propaganda extremista não logrou manifestar-se de maneira a perturbar a ordem publica.

O Gabinete da chefia de Policia obteve a necessaria remodelacao, hem como as salas de espera e de ordens, sendo todas providas de mobiliario novo, oferecendo assim melhor aspecto e mais comodidade.

Depois de passar pelas reformas que se impunham, o prédio sito á rua Marechal Floriano Peixoto, esquina da Avenida 7 de Setembro, foram ali convenientemente instaladas, com mobiliario tambem novo, as seguintes dependencias da Chefatura de Policia: Gabinete Medico Legal, Instituto de Identificacao, Delegacias de Policia e Seguranca Publica, de Costumes, do 1.º Distrito e o Laboratorio de Policia Técnica.

O Instituto de Identificacao, imprescindivel aos servicos policiais, teve a sua órbita de açao ampliada com a organizacao dos arquivos mo-

## Quadro demonstrativo da Receita arrecadada durante os exercicios de 1931 a 1935

TITULOS	1931	1932	1933	1934	1935
Exportação de Erva-Mate Beneficiada	2.143:853\$365	1 718:645\$309	1.221:448\$562	1.446:168\$144	1.258:404\$000
Exportação de Erva-Mate Cancheada	2.034:990\$260	2.155:088\$997	1.808:610\$282	1.469:558\$958	1.328:711\$100
Exportação de Madeira	914:612\$864	687:100\$825	968:358\$240	1.075:744\$521	1.526:877\$000
Exportação de Gado	220:915\$120	172:603\$940	198:616\$200	200:940\$324	311:839\$900
Exportações Diversas	587:617\$530	597:590\$983	839:048\$025	872:374\$908	1.332:027\$000
Fretes e Passagens	394:821\$880	705:612\$109	642:600\$600	687:793\$010	297:878\$400
Industrias e Profissões	1.839:957\$809	1.672:954\$442	1.659:701\$778	2.383:548\$335	2.972:208\$200
Líquidos Espirituosos	911:569\$960	729:415\$425	816:825\$250	827:376\$700	1.112:840\$900
Transmissão de Propriedade	1.705:943\$313	1.194:703\$689	1.680:376\$227	1.809:314\$747	2.133:638\$600
Arrematações Judiciais	30:136\$701	18:329\$025	34:879\$826	27:476\$895	25:617\$800
Taxa Judiciaria	96:494\$374	102:443\$865	64:449\$102	62:480\$295	42:306\$800
Imposto Territorial	847:619\$689	752:740\$376	611:563\$127	735:150\$640	872:726\$600
Adicional de 20%	1.416:200\$801	1.165:449\$470	1.301:530\$234	1.487:107\$228	1.429:513\$300
Exportação do Café	2.720:114\$399	1.542:822\$866	1.294:045\$034	1.588:846\$470	1.399:440\$800
Taxa Ouro sobre o Café	2.780:296\$282	2.294:518\$998	2.029:961\$200	2.003:384\$600	1.814:597\$300
Estadística e Fiscalização	831:342\$852	901:088\$122	829:551\$024	945:124\$916	1.075:884\$300
Imposto de Comercio	1.468:676\$985	1.327:224\$840	1.601:202\$340	517:529\$760	
Imposto Predial da Capital	908:284\$800	969:493\$300	897:608\$100	1.011:008\$200	
Adicional de 5% s/Imposto Predial	45:952\$700	48:443\$800	45:832\$400	51:728\$700	
Taxa de Agua e Esgotos (Taxa Sanitaria)	734:115\$400	774:602\$400	718:619\$550	853:267\$000	1.048:389\$800
Selos	877:435\$317	907:695\$257	761:324\$490	761:324\$490	828:183\$000
Venda e Legitimação de Terras	164:950\$700	234:806\$500	208:331\$400	147:383\$500	256:560\$900
Imposto de Beneficencia	216:860\$100	173:234\$900	193:476\$800	264:440\$300	278:603\$000
Receita Eventual	755:698\$085	1.086:768\$761	604:648\$951	5.581:295\$512	738:623\$000
Arrecadação da Divida Ativa	1.007:997\$425	1.114:048\$890	1.682:139\$987	1.568:078\$540	1.156:563\$600
Arrecadação da Divida Ativa Predial	187:618\$400	121:117\$950	476:797\$800	290:764\$800	193:663\$300
Arrecadação da Divida de Agua e Esgotos	122:866\$100	94:055\$400	318:465\$750	247:046\$100	196:628\$400
Arrecadação da Divida Colonial	6:463\$000	21:896\$600	10:595\$200	8:193\$400	875\$000
Beneficio de Loterias	4:198\$570				
Aforamento de Terras	2:910\$300	2:267\$400	2:646\$800	193\$200	12:639\$000
Imposto sobre Emprestitos e Hipotecas	40:047\$388	52:563\$850	44:472\$700	70:131\$400	92:964\$300
Imposto sobre Vencimentos	318:450\$743	352:119\$004	36:116\$054		
Recebido do Governo Federal para Construção de Estradas	108:000\$000			1.000:000\$000	
Imposto de 10% sobre a renda das Prefeituras		47:379\$607	264:929\$217	170:094\$390	
Taxas de Frequencia dos Ginasios e Esc. Normais			21:700\$000	58:475\$000	79:005\$000
Renda de Armazens e Pontes do Estado			62:165\$426	60:278\$177	
Renda das Camaras de Expurgo			6:385\$100	3:365\$500	8:342\$300
Arrendamento de Armazens			18:000\$000	26:146\$300	
Renda Industrial			3:100\$036		
Imposto sobre Farinha de Trigo			46:643\$400	36:106\$800	39:873\$800
Aluguel de hidrômetros			75:424\$000	50:263\$800	59:136\$200
Aluguéis de casas			1:147\$500		
Excesso de Agua			80:504\$420	87:715\$060	89:999\$900
Restituição das sobras de 5 schillings sobre o café					
Imposto de Reajustamento Economico			1.466:617\$770		13.560:636\$900
Serviço de Instalações Domiciliarias				2.914:743\$986	5.073\$582\$600
Quotas de Fiscalização				9:025\$745	811:798\$500
Gado Bovino entrado para consumo				20:974\$581	50:600\$000
Taxa Sanitaria sobre terrenos não aproveitados					33:088\$000
Multas por infrações					60:757\$900
Venda avulsa de materiais diversos					3:266\$500
Taxa de Agua e Esgotos - P. Grossa					20:745\$200
Excesso de consumo dagua - P. Grossa					270:811\$700
Alugueres de hidrômetros - P. Grossa					453\$900
Renda da Exploração do Porto					6:024\$200
Publicações e anuncios					3:551\$100
Imposto sobre combustiveis					24:818\$400
Caixa de Aposentadorias e Pensões					871:686\$400
					51:607\$400
<b>TOTAL</b>	<b>28.619:142\$800</b>	<b>23 739 4.8\$100</b>	<b>25.140:397\$800</b>	<b>33.413:832\$400</b>	<b>44.963:106\$200</b>

### DESPESA

A despesa total do exercicio de 1935 montou a Rs. 35.864:853\$800, inclusive os gastos adicionais (Suplementares, especiais e extraordinarios).

A sua discriminação é a seguinte:

Despesa Orçada	38.257:321\$800
Despesas Suplementar	1.656:224\$700
Despesas Especiais e Extraordinarias	1.049:450\$000
<b>Total da Despesa autorizada</b>	<b>40.963:106\$500</b>

Executando a compressão nos gastos publicos, da despesa autorizada, foram gastos apenas:

Rs. 35.864:853\$800,

o que resultou uma economia de

Rs. 5.098:252\$700 na despesa.

Houve ass'm um Superavit Orçamentario na despesa de Rs. 5.098:252\$700, no exercicio financeiro de 1935. Segue o quadro discriminativo da despesa em 1935, classificada por verba.



## **DELEGACIA AUXILIAR**

Vem exercendo eficientemente os encargos de ordem publica e social, além das demais atribuições que lhe cabem, tendo sido instaurados 53 inqueritos e procedidos 41.

## **DELEGACIA DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Vai dando cumprimento aos seus importantes mistéres, tendo organizado os serviços de repressão á introdução de moéda falsa, de fiscalização do comercio, uso, porte e posse de armas, de entrada de estrangeiros no Estado e de reorganização da Inspeçtoria de Veículos, etc.

Foram registadas 402 casas comerciais, que vendem armas explosivos e munições, faltando ainda o registo de casas dessa natureza em 12 Municipios.

O serviço de fiscalização de veículos está sendo efetuado com inteira observancia do Regulamento de transito.

As estradas de rodagem são vigiladas por dois fiscais que usam motocicletas e as percorrem permanentemente, e por um Posto existente na Estrada Curitiba-Capela da Ribeira.

A Delegacia processou 74 "Cartas de Chamada" de estrangeiros para o Brasil, referindo-se esse processo a 133 pessoas.

## **DELEGACIA DE COSTUMES**

Os trabalhos desta Delegacia tem corrido regularmente. Está sendo organizado um fichario sobre o meretrício. Foram feitos 180 inqueritos, de assuntos diversos. A campanha contra o alcoolismo tem sido constante. A censura teatral vai cumprindo sua finalidade.

## **DELEGACIA DE VIGINANCIA E INVESTIGAÇÕES**

Os delitos contra a propriedade acusaram as seguintes cifras: 1.094 furtos e 98 roubos, sendo que daqueles foram resolvidos satisfatoriamente 708 e destes 36.





## **SUB-DELEGACIA DE POLICIA DE BAGACHERI**

Esta Sub-Delegacia instaurou 31 inqueritos, processando 22 ações sumaríssimas.

## **PENITENCIARIA DO ESTADO**

O movimento de presidiarios recolhidos á Penitenciaria, foi o seguinte:

Existiam a 1.º de janeiro . . . . .	94
Entraram . . . . .	58
Sairam . . . . .	55
Existiam . . . . .	97

O abastecimento de agua foi melhorado com a construção de ampla caixa.

Funcionam ali as officinas de tipografia, sapataria e marcenaria.

## **CASA DE DETENÇÃO**

Os presos recolhidos á Casa de Detenção, óra instalada no mesmo prédio da Penitenciaria, foram em numero de 210, podendo assim ser feita a necessaria discriminação:

Existiam a 1.º de janeiro . . . . .	38
Entraram . . . . .	172
Sairam . . . . .	156
Faleceu . . . . .	1
Existem . . . . .	53

## **GABINETE MEDICO LEGAL**

Vai preenchendo o objetivo a que é destinado.

Os exames toxicologicos e de laboratorio, que até então eram feitos pela Diretoria Geral de Saúde Publica, passaram a ser efetuados no Laboratorio de Policia Técnica, tornando-se assim mais prontas as obtenções dos resultados.

Registaram-se 1.040 pericias, sendo prestada assistencia a 1.006 pacientes.

#### **INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO**

Este Departamento veio abrir mais amplos horizontes á ação da Policia.

As salas de identificação civil, fotografia, arquivo, estatística e identificação criminal, estão regularmente aparelhadas.

O Arquivo Dactiloscópico, possui cerca de 100.000 fichas.

Nesta Secção se processam os requerimentos de carteiras de identidade, passaportes, carteira profissional e se procedem a identificações, fornecendo ainda atestado de boa conduta e folha corrida.

A identificação criminal é feita com todos os requisitos, inclusive fotografia em 3 posições, conforme exige a técnica moderna.

#### **LABORATORIO DE POLICIA TECNICA**

Este Laboratorio está constituído das secções de Expediente, Fotografia e Desenho, Pesquisas Cientificas e Museu.

Na secção de pesquisas científicas, enquadram-se investigações locais relativamente a roubos, incendios, desastres, accidentes e crime de sangue e mais as investigações de "Aletier" dactiloscopicos, de falsidade e moeda falsa, de armas, explosivos e munições, de toxicologia, bacteriologia e quimica mineral.

A secção do Museu já possui grande numero de armas, instrumentos de crime, etc., e será motivo para estudos e observações.

#### **CRIMINALIDADE**

O numero de criminosos capturados e evadidos foi de 231, em todo o Estado.

#### **COLONIA CORRECCIONAL**

A Ilha das Cobras, sita em Paranaguá, cedida ao Estado, a título precário, pelo Ministerio da Marinha, para o fim de ser ali instalada

uma Colonia Correccional, está com as obras concluidas e dentro em pouco entrará em função preenchendo uma lacuna que de ha muito se fazia sentir.

Será uma nóva escola de regeneração e de trabalho, em pról do Paraná.

### **ESTAÇÃO DE RADIO**

A Estação de Radio pertencente á Chefatura de Policia, tem funcionado a contento.

### **JUSTIÇA**

O Governo, conhecedor como é de que da "Administração réta e inflexível da justiça, veem a prosperidade e a felicidade social e o gozo inalteravel da segurança individual e da prosperidade", tem assegurado a todos os Membros da Magistratura a maxima garantia, affim de que a Justiça póssa ser uma verdadeira realidade no Estado.

E para que as injustiças sejam reparadas, é indispensavel que o Governo empreste toda a força ao Poder Judiciario, mesmo porque "O Direito não é uma idéa lógica, porém uma idéa de força, é a razão porque a Justiça, que sustenta em uma das mãos a balança em que pesa o Direito, empunha na outra a espada, que serve para faze-lo cumprir".

E dessa harmonia mantida pelo Governo com o Poder Judiciario, resulta o acatamento e o respeito das sentenças proferidas, o que representa a mais sólida garantia, dos principios de direito, alicérce em que se assentam os ideais dos póvos civilizados.

### **CÔRTE DE APELAÇÃO**

A Côrte de Apelação é composta de 7 Desembargadores e se acha dividida em 2 Camaras, funclonando tambem em Camaras Reunidas.

Desempenha as altas funções de Presidente da Côrte de Apelação o eminente e honrado Desembargador Clotario de Macedo Portugal, que, pelo seu caráter impolúto, sua energia e nobreza de sentimentos, é a maior garantia da maneira serena e imparcial da distribuição da justiça.

A organização da Secretaria da Córte, dos seus cartorios e mais serviços auxiliares, além de outras atribuições que dizem respeito aos Magistrados, é da competência da propria Córte de Apelação, nos termos Constitucionais.

Tendo sido desapropriado um terreno sito á rua Barão do Rio Branco, para a construção do Palacio da Justiça, mantém o Governo o proposito de levá-la a efeito, desde quando se ressentia esta Capital da falta de um edificio apropriado a todos os mistéres atinentes á Justiça.

#### JUIZES DE DIREITO

Todas as Comarcas se acham providas.

As alterações havidas foram as que se seguem: Exoneração, a pedido, do Bacharel Jaime Balão Junior, do cargo de Juiz de Direito da Comarca de Clevelandia, como faz certo o Decreto n.º 1074, de 2 de janeiro; nomeação do Bacharel Laurio Neri do Canto, para exercer as funções de Juiz de Direito da Comarca de Clevelandia, conforme Decreto n.º 704, de 3 de maio; permuta concedida por Decreto n.º 791, de 15 de maio, aos Juizes de Direito Bachareis James Portugal Macedo e Antonio Gomes Junior, respectivamente das Comarcas de Cerro Azul e São Mateus; remoção a pedido, ao Bacharel Osorio Natel da Costa, Juiz de Direito, da Comarca de Fóz do Iguaçu, para a de Palmas, vaga com o falecimento do Bacharel Altino de Abreu, consoante Decreto n.º 1787, de 31 de dezembro; disponibilidade do Bacharel Jacinto Anacléto do Nascimento, ex-Juiz de Direito da Comarca de Jacarézinho, em virtude do Decreto n.º 870, de 31 de maio, baixado de acôrdo com o artigo 11 das Disposições Transitórias da Constituição Política do Estado.

#### JUIZES MUNICIPAIS

Os Termos Municipais, em numero de 10, continuam a desempenhar a missão que lhes é atribuida por lei.

#### SERVENTUARIOS DE JUSTIÇA

Os atos baixados pelo Governo com relação aos serventuarios de Justiça, foram todos calcados nos principios estabelecidos na legislação vigente.

## **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

A Procuradoria Geral do Estado, na esfera de suas atribuições, vem prestando reais serviços, todos com inteligência, solicitude e dedicação, pelo atual Procurador, Bacharel Omar Gonçalves da Mota.

Foram emitidos 644 pareceres sobre assuntos vários; baixados 10 atos, nos termos do artigo 80, letra "A", da nossa Constituição, nomeando interinamente promotores públicos e adjuntos de Promotores, e expedidos 429 officios.

O Estado foi citado de 20 protestos requerimentos, em juízo, para ressalva de direito dos requerentes, e de 9 ações outras, as quais estão sendo acompanhadas pelo Desembargador Procurador.

Corre os trâmites legais a ação de desapropriação de uma pedreira sita no Bairro Alto, movida contra Alberto Glaser e outros.

## **MINISTERIO PÚBLICO**

As Comarcas do Estado, bem como os termos Municipais possuem, respectivamente, promotores, adjuntos de promotores, superentendidos pela Procuradoria Geral.

Foram nomeados 10 Promotores, exonerados 5, removidos 9 e concedidas 4 licenças.

No quadro dos Adjuntos de Promotores, foram feitas 3 nomeações, 2 exonerações e concedidas 2 licenças.

Os vencimentos dos Promotores Públicos foram majorados, ex-vi do disposto no § 3.º do artigo 82 da Constituição Política do Estado.

## **CONSELHO PENITENCIARIO**

O Conselho Penitenciario do Estado, cujos serviços são de grande importancia, tem dado cabal desempenho ás atribuições que lhe são concedidas por Lei, satisfazendo o fim elevado a que se destina, e dando os seus Membros uma prôva inequívoca de grande civismo.

# Demonstração das despesas do Estado, durante o exercício de 1935

DESIGNAÇÃO	DESPESA		DIFERENÇA	
	ORÇADA	EFETUADA	PARA MAIS	PARA MENOS
<b>SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA</b>				
Palacio do Governo		72:000\$000		
Secretaria do Palacio	( 27:800\$000			
Credito Suplementar	( 10:000\$000	37:800\$000		
Casa Militar		3:000\$000		
Portaria do Palacio		19:440\$000		
Garage do Palacio		22:800\$000		
Gabinete do Secretario do Interior		37:200\$000		
Departamento do Expediente e Protocolo		54:200\$000		743\$200
Departamento do Interior		45:800\$000		1:127\$200
Departamento da Justiça	( 59:000\$000			
Credito Suplementar	( 730\$000	59:730\$000		2:607\$800
Portaria do Interior		21:800\$000		617\$000
Despesas Gerais da Secretaria		21:000\$000		14:106\$600
Assemblea Legislativa	( 274:244\$000			
Credito Suplementar	( 573:420\$000	1.147:664\$000		2:781\$900
Magistratura		944:476\$000	1.144:882\$100	23:628\$300
Secretaria da Corte de Apelação		54:700\$000	58:143\$900	3:443\$900
Procuradoria da Justiça		60:700\$000	58:067\$600	2:632\$400
Forum da Capital		13:100\$000	12:575\$000	525\$000
Forum da Lapa		4:500\$000	5:100\$000	600\$000
Forum de Ponta Grossa		4:500\$000	4:923\$400	423\$400
Forum do Rio Negro		4:500\$000	4:500\$000	
Forum de Castro		4:500\$000	4:500\$000	
Justiça		553:380\$000	572:892\$200	19:512\$200
Policia Civil	( 863:700\$000			
Credito Suplementar	( 115:650\$000	979:350\$000		9:865\$800
Policia Militar	( 2.999:996\$000			
Credito Suplementar	( 10:484\$700	3.010:480\$700	2.917:851\$200	92:629\$500
Companhia de Bombeiros		260:400\$000	260:991\$900	591\$900
Saúde Publica		405:620\$000	386:382\$200	19:137\$800
Desp. Gerais Saúde Publica	( 758:200\$000			
Credito Suplementar	( 50:000\$000	808:200\$000	760:835\$400	47:364\$600
Instrução Publica		5.796:416\$200	5.671:183\$000	125:233\$200
Assistencia Social	( 451:200\$000			
Credito Suplementar	( 10:000\$000	461:200\$000		
Museu Paranaense		15:000\$000	15:270\$400	
Conselho Penitenciario		1:200\$000		270\$400
TOTAL . . . . .		14:924:606\$900	14.672:036\$600	58:335\$900
<b>SECRETARIA DE FAZENDA E OBRAS PUBLICAS</b>				
Gabinete do Secretario		40:800\$000	38:200\$000	2:600\$000
Portaria		20:640\$000	13:595\$800	7:044\$200
Departamento do Expediente e Protocolo		71:000\$000	66:796\$300	4:203\$700
Inspeçao Geral das Rendias				
<b>ORÇADO</b>				
Credito Suplementar	( 2.669:869\$600			
	( 370:000\$000	3.039:869\$600	3.197:545\$700	157:676\$100
Departamento da Contabilidade		83:000\$000	84:481\$000	1:481\$000
Departamento do Tesouro e Pagadoria		80:600\$000	85:287\$700	4:687\$700
Departamento de Tomada de Contas		49:400\$000	44:450\$800	4:949\$200
Procuradoria da Fazenda		140:700\$000	93:822\$900	47:177\$100
Departamento de Agricultura	( 210:800\$000			
Credito Suplementar	( 36:000\$000			
Transferido da Verba N.º 28 da Secretaria do Interior	( 100:000\$000			
Idem, da Verba 10 Interior	( 96:200\$000	443:000\$000	415:969\$700	27:030\$300
Departamento de Terras e Colonizaçao		121:400\$000	115:279\$100	6:120\$900
Depart. de Agua e Esgotos — Curitiba		1.343:400\$000	1.400:033\$100	56:633\$100
Depart. de Agua e Esgotos — P. Grossa		260:000\$000	264:379\$200	4:379\$200
Depart. de Obras e Viaçao	( 3.708:400\$000			
Credito Suplementar	( 50:000\$000	3.756:400\$000	3.472:293\$000	284:107\$000
Almoxarifado Geral		52:840\$000	44:356\$200	8:283\$800
Junta Comercial		19:500\$000	13:258\$300	6:241\$700
Teatro Guaira		4:200\$000	4:493\$400	233\$400
Gratificaçao a Funcionarios com mais de 25 anos de servico				

A





## EDUCAÇÃO

O Governo acompanhando de perto os modernos processos pedagógicos e certo de que o desenvolvimento das faculdades físicas, intelectuais e morais da criança, deve constituir uma das maiores preocupações da Administração Pública, não tem poupado esforços no sentido de dotar a Diretoria Geral de Educação, competentemente dirigida pelo ilustre paranaense Bacharel Gaspar Vellozo, de todos os recursos necessários ao seu bom funcionamento.

Assim, providas as escolas do material exigido pelo ensino, vai este sendo ministrado de maneira a transformar as escolas em um campo para a prática da democracia.

Além desse grande mérito, de ordem puramente democrática, terá outro de ordem bio-psicológico: — o aproveitamento de todas as energias do educando, o que é bastante para justificar o sentido geral da reforma que opéra na criança uma educação eficiente e integral.

Obediente ao plano delineado a Diretoria Geral de Educação irá pondo em prática inúmeras realizações, tais como reforma nos programas escolares, liberdade didática concedida aos professores, racionalização na educação física, dentro dos cursos para esse fim organizados, criação de associações escolares, assistência medico dentaria aos alunos, homogenização das classes, criterio de promoção a ser adotado nos grupos escolares intercambio do professorado e dos alunos de diferentes regiões, excursões, festas civicas e artisticas, coletivas, equiparação dos cursos das Escolas Normais aos cursos fundamentais dos Ginásios, melhor preparação do Magisterio, seleção do professorado, mediante concurso, divulgação dos métodos novos por meio de experimentações nos grupos, conferencias pedagógicas, escola rural, criterio de remoção do professorado, campanha alimentar, classificação das escolas, planos de aulas, bibliotecas infantis, nivel de eficiencia das escolas, refeitórios escolares, estabilidade didática do professor, cultura do Magistério, especialização dos professores, assimilação do elemento estrangeiro, educação estética, educação civica, feita através do recurso das dramatizações, educação sanitaria e diversas outras realizações que completem o sistema de ensino.



A instrução primaria é feita pelos Grupos Escolares, Escolas Isoladas Estaduais e Municipais e subvencionadas, existentes em todos os pontos do Estado.

Os Ginasios Paranaense, desta Capital, e Regente Feijó, da cidade de Ponta Grossa, e as Escolas Normais de Curitiba, Ponta Grossa e Paranaguá, tem por fim o cumprimento fiél dos programas de ensino secundario.

Para maior facilidade do ensino e para descongestionar as Escolas Normais existentes, o Governo cogita da criação de mais 2, 1 em Guaruapuava e outra em Jacarézinho, não se descuidando tambem da necessidade de construir mais 3 grupos escolares nesta Capital, com a capacidade minima de 800 alunos, cada um.

O edificio do Ginasio Paranaense, (Secção de externato), não mais satisfaz as necessidades do momento, tendo-se tornado inefficiente ao fim a que é destinado, devido ao numero sempre crescente de alunos, além de deficiencias outras que não podem ser supridas por falta absoluta de espaço.

Assim, a construção de um novo edificio é a unica medida que resolverá o problema.

Essas obras serão efetuadas de acôrdo com as possibilidades do Governo.

Determinando a Constituição Política do Paraná, em o artigo 115.º, que o Estado applicará, na manutenção e no desenvolvimento de seu sistema educativo, nunca menos de 20% da renda dos impostos, venho cumprindo esse preceito constitucional, chegando aquela percentagem a ultrapassar a sua previsão.

A próva dessa affirmativa é fornecida pelo Decreto n.º 2623, de 31 de dezembro de 1934 (Orçamento para 1935), em que se evidencia que, tendo sido a receita geral orçada em Rs. 38.257:321\$850, e a renda dos tributos em Rs. 18.242:000\$000, a verba consignada para as despesas com a instrução publica foi de Rs. 5.896:416\$250, inclusive Rs. 210:000\$000, destinados a auxilios e subvenções ao ensino superior.

Os estabelecimentos de ensino podem ser assim discriminados:

FUNDAMENTAL COMUM

Escolas Isoladas	}	Grupos Escolares Estaduais .. . . . . .		49
		Estaduais .. . . . . .	897	
		Municipais .. . . . . .	62	
		Particulares .. . . . . .	86	1.045

ENSINO COMPLEMENTAR PRIMARIO

Escolas				
	Estaduais .. . . . . .	22		
	Particulares .. . . . . .	19	41	

ENSINO COMPLEMENTAR NORMAL

Escolas Estaduais				
	Jacarézinho e Guarapuava .. . . . . .		2	

ENSINO INFANTIL

Jardins				
	Estaduais .. . . . . .	14		
	Particulares .. . . . . .	15	29	

ENSINO NORMAL

	Escolas Estaduais .. . . . . .		3	
--	--------------------------------	--	---	--

ENSINO MATERNAL

	Escola de Curitiba .. . . . . .		1	
--	---------------------------------	--	---	--

ENSINO SUPLETIVO

	Estaduais .. . . . . .	28		
	Municipais .. . . . . .	3	31	

ENSINO GINASIAL

	Ginásios Estaduais .. . . . . .		2	
--	---------------------------------	--	---	--

Os professores estaduais, municipais, subvencionados federais e particulares, representam o total de 2.299, assim distribuídos:

	Estaduais .. . . . . .	1.743		
	Municipais .. . . . . .	66		
	Subvencionados .. . . . . .	120		
	Particulares .. . . . . .	370	2.299	





O resultado dos exames foi o que se segue:

Alunos aprovados:

Para o 2.º ano . . . . .	12	
Para o 3.º ano . . . . .	4	
Para o 4.º ano . . . . .	7	
Diplomados. . . . .	6	
Reprovados . . . . .	2	31

### ENSINO UNIVERSITARIO

O Governo tem auxiliado a todos os estabelecimentos universitários, concedendo subvenção ás Faculdades de Direito, Medicina, Engenharia e ao Curso de Quimica Industrial, cursos esses que veem prestando relevantes serviços ao Estado.

### CIDADE UNIVERSITARIA

Sancionei a Lei n. 10, de 24 de setembro, autorizando o Governo a entrar em entendimento com a Prefeitura, desta Capital, no sentido de ser reservada ou desapropriada uma área no quadro urbano, destinada á instalação futura de uma Cidade Universitaria.

### EDUCAÇÃO FISICA

Não podendo deixar de reconhecer a utilidade da Educação Fisica, nos estabelecimentos de ensino, o Governo tudo tem feito no sentido de ampliar, tanto quanto possivel, os recursos precisos a esse fim, de sorte que a Cultura Fisica venha produzir entre nós os seus benéficos resultados.

### FISCALIZAÇÃO

Exercida a fiscalização geral apenas por quatro Inspetôres, incumbidos da inspeção e orientação do ensino em todo o territorio paranaense, impossivel foi realizar efficientemente essa importante função.

Essa falha observada na fiscalização será sanada no corrente exercício, com a designação de novos elementos.

## SEMANA DA EDUCAÇÃO

Este certame, realizado de 12 a 20 de outubro, despertou grande interesse nos meios escolares, demonstrando não só o esforço dos professores mas também o aproveitamento dos alunos.

As visitas de professores e crianças que vieram do interior do Estado a esta Capital, foram a prova de que a semana da Educação constituiu um verdadeiro acontecimento no seio da população escolar.

## EXPOSIÇÕES ESCOLARES

Como sempre, efetuaram-se as exposições escolares, que são um índice da competência do professorado e da aptidão dos alunos.

A maior exposição escolar levada a efeito nesta Capital, foi, não ha duvida, a que, no decorrer na Semana da Educação, foi apresentada ao publico, nos amplos pavilhões armados na Praça da Republica, inaugurada a 12 de Outubro, sendo visitada por milhares de pessoas que muito a elogiaram.

## ESCOLA RURAL

O Governo, embóra autorizado a dispende até a quantia de Rs. ... 150:000\$000, com a construção de uma Escola Rural, sob a fórma de internato, no Municipio de Ribeirão Claro, não poz ainda em pratica essa autorização constante da Lei n.º 35, de 31 de outubro, por aguardar momento em que o Estado, sem sacrificio de outros serviços, póssa realizar essa óbra.

## ENSINO RELIGIOSO

A Lei n. 34, de 29 de outubro, que, de acódo com o artigo 153 da Constituição Política do Estado, incluiu o ensino religioso entre as materias que constituem as disciplinas dos estabelecimentos officiais de instrução primaria, secundaria, profissional e normal, foi regulamentada pelo Decreto n. 2.091, de 13 de Fevereiro deste ano, assegurando a maxima liberdade de crença.

Este ensino será de frequência facultativa e ministrado consoante os princípios de confissão religiosa do aluno, e manifestada pelos pais ou responsáveis, sendo aos docentes do ensino religioso proibido fazer propaganda de qualquer credo religioso, dentro das escolas.

#### **VENCIMENTOS DO MAGISTERIO**

Autorizado o Governo, por Lei n. 44, de 29 de Novembro, a dispender até a importância de Rs. 750:000\$000, para atender ao reajustamento dos vencimentos do Magisterio Publico Primario, ainda não pôde ser posta em execução aquela medida, que tanto depende da estabilidade do orçamento.

Espero, porém, que resolverei muito logo esse assunto; pelo qual tanto me interesso.

#### **ESTATISTICA**

Este serviço vem sendo executado de accordo com o Convênio firmado entre a União e o Estado.

O prazo fixado no Convênio é exiguo para apresentação de tão importante trabalho que demanda muita atenção e conforto de todos os dados fornecidos pelos estabelecimentos escolares.

Apesar de não ser a estatística remetida ao Ministerio de Educação, até 31 de Março, conforme exige o Convênio, o serviço procedido pelo Paraná tem merecido sempre os mais calorosos louvores do Exmo. Sr. Ministro de Educação, o que evidencia a capacidade organizadora dos encarregados de tão delicado trabalho.

#### **ESCOLAS PARTICULARES**

Não se cingindo ao plano de ensino estadual, constituem uma séria e árdua tarefa para a estatística, que tem de ser feita em face das exigencias do referido Convênio.

#### **ESCOLAS MUNICIPAIS**

Estas escolas, que não podem deixar de obedecer ao Código do Ensino, só deveriam ser preenchidas por pessoas que fossem considera-



das habilitadas pela Diretoria Geral de Educação, e a esta subordinadas quanto á fiscalização.

Metade destas Escolas deixou de responder aos formularios enviados directamente aos Prefeitos e a outra parte respondeu, não satisfazendo, porém, ao fim visado.

#### DESPESA "PER CAPITA"

Se tivesse sido dispendida toda a importancia consignada para o Ensino Primário Geral em todos os seus ramos e incluindo-se todas as despesas, inclusive as decorrentes do órgão central de administração, material, transporte, etc., e tomada a média entre a matricula geral e matricula efetiva, chegar-se-á á conclusão de que o Estado gastou a quantia anual de Rs. 71\$865 "per capita" ou mensal de Rs. 5\$988.

Mau grado as dificuldades de ordem económica, com que venho lutando, nem por isso os magnos problemas da instrução publica teem sido pôstos á margem.

Conco de que a instrução é ainda, e sempre, o principal escôpo de uma administração patriótica, a éla me tenho dedicado, facilitando-lhe todos os meios de expansão de que me é possível dispôr.

#### MUNICIPALIDADES

##### MUNICIPIOS

O Estado encontra-se atualmente dividido em 56 Municipios, concorrendo todos para o desenvolvimento do Estado, do qual são parcelas autonomas.

As modificações operadas, no decorrer do ano ultimo, foram as seguintes:

O Distrito de Salto de Itararé, por força da Lei n. 19, de 17 de Outubro, foi incorporado ao Municipio de Siqueira Campos.

São José da Boa Vista, nos termos da Lei n. 27, de 17 de Outubro, deixou de ser sede do Municipio do mesmo nome, sede essa que foi transferida para Wenceslau Braz, ficando São José da Boa Vista apenas como Distrito Judiciario.



Nesse sentido, foram já tomadas providencias junto ás Prefeituras, sendo de esperar que em bréve esteja o assunto solucionado com vantagens para os Municipios e para o Estado.

Alguns Municipios não teem atingido a renda prevista pela Constituição, e em momento oportuno darei os necessarios esclarecimentos a essa Assembléa, affim de que venham a ser postas em prática as medidas que se impuzerem como indispensaveis a uma melhor divisão do Estado em Municipio, todos em condições de prover as suas necessidades.

#### LIMITES DOS MUNICIPIOS

As confusões que existiam quanto ás linhas limitrofes de diversos Municipios, embaraçando, muitas vezes, a ação municipal e a do proprio Estado, na distribuição da Justiça, vão sendo dirimidas por essa Assembléa.

Assim em consequencia da execução da Lei n. 19, de 17 de Outubro, foram fixadas as divisas dos Municipios de Jacarézinho, Ribeirão Claro, Santo Antonio da Platina, Joaquim Tavora, Carlopolis, Siqueira Campos, Wenceslau Braz e Bandeirantes.

O Governo, por Decreto n. 205, de 20 de Fevereiro, retificou os limites do Municipio de Sengés.

E, aproveitando, tanto quanto possivel, estudos já feitos, nutre esperança de pôr termo ás divergencias que ainda existem, de sórte que todas as circunscrições municipais, conhecendo com precisão o seu respectivo territorio, possam exercer sobre o mesmo a devida ação administrativa, em pról dos seus maximos interesses.

#### PREFEITURAS MUNICIPAIS

A Prefeitura Municipal desta Capital continua sob a orientação do Engenheiro Civil Jorge Lothario Meissner, nomeado, nos termos da Constituição, por Decreto n. 1.377, de 17 de Setembro.

O volume de obras executadas pela Prefeitura, deixa evidente a operosidade do administrador que, tratando com o maior interesse da

situação financeira do Município, não se descuida, ainda, de atender os serviços reclamados pela Cidade, quanto á sua hygiene e urbanização.

As demais Prefeituras do Estado vão sendo, pouco a pouco, constituionalizadas, esforçando-se para uma bõa administração.

Vem sendo mantido o contrõle autorizado pelo § 3.º do artigo 13 da Constituição Federal, e que se encontra previsto no n. 2 do artigo 86 da Constituição do Estado.

Com o fim de ser criado o Departamento Municipal, foi votada a Lei n. 41, de 12 de novembro, a qual, á vista do vétõ parcial que sofreu, não poude ser posta em execução.

Assim, os serviços de contrõle tem estado a cargo do Departamento do Interior, da Secretaria do Interior e Justiça, cuja Diretoria tudo tem feito pelo bom êxito dessa importante organização.

#### DISTRITOS JUDICIARIOS

Todos os Distritos Judiciarios, em numero de 151, estão instalados, correndo regularmente os trabalhos que lhes são conferidos pela Lei de Organização Judiciaria do Estado, com a restrição constante da Lei n. 3, de 6 de Setembro, quanto á alçada dos Juizes de Paz, e módo de eleição dos mesmos.

As modificações sofridas por alguns Distritos são as que passo a enumerar:

PRAIA GRANDE — pertencente ao Município de Campina Grande, foi suprimido por Decreto n. 534, de 11 de Abril.

INGÁ — criado no município de Cambará, por força do Decreto n. 347, de 15 de Março, teve as suas divisas retificadas pelo Decreto n. 411, de 27 de Março.

CORNELIO PROCOPIO — foi elevado a Distrito pelo Decreto n. 526, de 11 de Abril, e faz parte do Município de Bandeirantes.

DIAMANTINA — que era Distrito do Município de Palmeira, passou, em virtude do Decreto n. 146, de 11 de Fevereiro, a pertencer ao Município de Teixeira Soares.

LONDRINA — Teve a sua instalação a 28 de Janeiro.

**SALTO DE ITARARE'** — Distrito que era do Município de São José da Boa Vista, passou a pertencer ao Município de Siqueira Campos, ex-vi da Lei n. 19, de 17 de Outubro.

**SÃO JOSE' DA BOA VISTA** — Deixou de ser séde de Município, ficando unicamente como Distrito Judiciário do Município de Wenceslau Braz, nos termos da Lei n. 27, de 17 de outubro.

Desnecessario será salientar as vantagens que advirão de estudos que venham fixar definitivamente as linhas divisorias dos Distritos Judiciários, pondo-se termo ás duvidás que muitas vezes surgem entre os mesmos, embaraçando-lhes a ação.

#### **GUARDA CIVIL**

A Guarda Civil, fundada em 1911, e óra sob a orientação criteriosa e energica do 1.º Tenente da Polícia Militar do Estado, Lauro Gentio Portugal Tavares, tem correspondido á confiança que lhe deposita o Governo, para a defesa da sociedade curitibana.

Tendo passado para o Município de Curitiba, voltou, entretanto, a ser subordinada á Chefia de Polícia, em virtude do Decreto n. 1.585, sendo essa medida acordada com a Prefeitura, como necessaria á maior eficiencia do serviço.

Exerce as funções de Instrutor da Guarda Civil o 2.º Tenente da Polícia Militar, Manoel Pinheiro Dantas, que vem dando cabal desempenho á sua missão, quer pela disciplina, quer pela lealdade de sua conduta.

Esta corporação se acha instalada em predio próprio estadual que, além do conforto preciso, tem capacidade para todas as dependencias indispensaveis ao seu funcionamento.

A secção clinica se acha a cargo do clinico paranaense, Dr. Saul Carvalho Chaves, possuindo uma pequena farmacia, gabinete medico, em organização, com aparelhamento apropriado.

A Escola Policial, dotada do mobiliario preciso com o fim de ministrar o ensino profissional aos guardas, vai preenchendo o fim a que se destina.

A Caixa Beneficente, mantida pelos respectivos guardas, vem produzindo seus benéficos resultados.

O efetivo da Guarda é hoje de 223 homens, existindo 18 elementos a mais, extra-numerários, o que perfaz o total de 241.

## Secretaria de Fazenda e Obras Publicas

Durante o ano findo o conjunto de serviços que dizem respeito ás finanças, á economia, ao progresso e á expansão material do Estado, estiveram a cargo da Secretaria de Fazenda e Obras Publicas.

Sob sua superintendencia encontravam-se a arrecadação e fiscalisação das rendas; a contabilidade central e o contróle geral da despesa; a administração patrimonial e financeira; o estudo e execução dos meios de transportes e das obras publicas em geral; a melhoria e o fomento da produção; o movimento estatístico do Estado e a propagação das suas possibilidades e potencialidade economicas.

Foram subordinadas á Secretaria de Fazenda e Obras Publicas as seguintes repartições:

- 1) — Departamento de Expediente e Protocolo Geral;
- 2) — Inspeção Geral de Rendas;
- 3) — Departamento do Tezouro e Pagadoria;
- 4) — Departamento de Contabilidade;
- 5) — Departamento de Tomada de Contas;
- 6) — Procuradoria da Fazenda, Divida Ativa e Patrimonio;
- 7) — Departamento de Obras e Viação;
- 8) — Departamento de Agricultura, Estatística e Imprensa Oficial;
- 9) — Departamento de Agua e Esgotos;
- 10) — Departamento de Terras e Colonização;
- 11) — Almoxarifado Geral do Estado.

Além dessas repartições, estiveram sob sua direta ou indireta, mediata ou imediata subordinação, outros serviços públicos não menos importantes, como a Administração do Porto de Paranaguá, a Junta Comercial do Estado, a Caixa de Amortização do Estado do Paraná, o Banco do Estado do Paraná, o Conselho de Transportes, a Camara de Propaganda e Expansão Comercial e outros.

Se as condições financeiras aconselharam que, por motivo de economia, estivessem, até ha pouco, concentrados numa só pasta, tão importantes e variados serviços, agóra já não mais é possível um unico secretario dar solução á multiplicidade de assuntos que estão a disputar sua primeira atenção, sob pena de sacrificio de muitos deles.

Daf a iniciativa que tomei, de solicitar autorização ao extinto Conselho Consultivo, para desdobrar a Secretaria de Fazenda e Obras Publicas, Viação e Agricultura. Concedida a autorização, baixei em 15 de maio de 1935, o decreto n.º 786, tornando efetiva aquela divisão.

Como, porém, logo após tivesse sido instalada a Assembléa Legislativa, julguei prudente que o Poder Legislativo examinasse a materia e se pronunciasse em definitivo, antes de ser aquela resolução pósta em vigor. Mereceu aprovação desse Poder, aquele meu ato, convertido em lei sob n.º 26, de 21 de outubro, para ser aplicada, porém, a partir de 1º de janeiro de 1936.

Motivos superiores e supervenientes impediram a instalação da nóva Secretaria de Obras Publicas, Viação e Agricultura e a sua separação completa da de Fazenda, Industria e Comércio, continuando ambas, embora legalmente distintas, a funcionar reunidas, até agóra sob a gestão de um unico Secretario.

Tão logo céssem as razões que ditaram o funcionamento conjunto das Secretarias, será a última efetivamente desmembrada da primeira.

**RACIONALIZAÇÃO** — Buscando o aperfeiçoamento da administração publica, rapidez na marcha dos processos, produtividade maior de parte dos funcionarios, contróle permanente e eficiente sobre todos os serviços e papeis e finalmente a padronização do material e dos métodos de trabalho, de módo a alcançar melhores resultados com economia de dinheiro e de tempo, tenho envidado esforços nesse sentido.



Com esse objetivo solicitei ao Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT) de S. Paulo, a maior e a mais completa organização dessa natureza no país, que se incumbisse desse serviço no Governo do Paraná. Como então aquele Instituto não nos pudesse atender, recorri provisoriamente, para os serviços de Contabilidade, aos peritos contadores ingleses Mac Auliffe, Davis, Bell & C.º e para a reorganização da Diretoria Geral de Educação, aos conhecimentos especializados do tecnico Emilio Jaeger.

Os primeiros já deram por concluidos os seus trabalhos, com recomendações que estão sendo examinadas e aproveitadas, quando aconselháveis.

O segundo iniciou a reorganização dos serviços da Instrução Pública e espera logo apresentar o seu trabalho terminado.

Sómente agora pode o Instituto de Organização Racional do Trabalho mandar um dos seus tecnicos a esta Capital para proceder ao levantamento da estatística e da dinamica da administração paranaense. Conhecido o mecanismo burocratico e as suas finalidades, apresentará o IDORT o plano de organização calcado em principios racionais.

## FINANÇAS

São por demais conhecidas e ainda bem recentes as grandes e sérias dificuldades financeiras em que se debatia o Estado, em consequencia de erros e esbanjamentos passados, agravados mais tarde por fenomenos economicos, convulsões sociais e acontecimentos politicos que se verificaram no mundo e particularmente em nosso Pais, depois de 1929.

Tantas vezes teem sido descritas as condições deprimentes e de completa desorganização a que chegaram as finanças paranaenses em 1930 e assim se mantiveram até fins de 1933, já então por efeito de crises economicas e revoluções politicas, que seria supérfluo reproduzir aqui o quadro sombrio da desordem financeira, dos "déficits," do des-crédito, das dividas infindaveis e indecifráveis que a todos, mesmo aos mais otimistas e corajosos parecia irrealizavel a restauração da ordem nas finanças paranaenses. O Paraná era considerado então um Estado financeiramente falido e economicamente nulo, sem igual na comu-nhão brasileira.



A receita publica nos ultimos anos estabilizára na cifra média de 25.000:000\$000, para uma divida, que bem apurada, ascendia a quasi 250.000:000\$000. — Os titulos da divida publica tinham um valor apenas estimativo.

A colação dos titulos da divida externa não subia alem de 8% e os papeis da interna flutuante, variavam de 15% e 30%. Os mais bem cotados eram os da divida interna consolidada, os quais entretanto não alcançavam a 40%, dados de barato os juros vencidos de varios anos.

Descrentes da reabilitação economico-financeira, chegaram alguns a sugerir que a solução fosse o repúdio do Governo aos juros das apolices e á totalidade das letras do tesouro que, só estas, beiravam a Rs. 70.000:000\$000. Este plano nem tanta revólta provocou de parte dos portadores, pois que estes eram os primeiros a não acreditar que seus papeis de credito chegassem, algum dia, a ter valor. De bom gráo teriam aceito uma liquidação na base de 30%. Mas quem emprestaria ao Paraná em 1931 ou 1932 para uma tal operação? E seria de boa ética administrativa oferecer 1/3 por aquilo que fóra emitido por inteiro?

Ainda em 1933 não contava o Estado com renda para os encargos proprios e normais da administração. A divida flutuante, contraída antes de 1930 e que montava em cerca de cem mil contos (100.000:000\$000) oentinuava íntegra e sem amortização, e não estava apurada e nem escriturada totalmente. Não se pagavam e nem se contabilizavam os juros e as amortizações das apolices da divida interna fundada. O empréstimo externo num montante de quasi Rs. 80.000:000\$000 calculado ao cambio ídeal de 6. d. — estava ainda sem qualquer amortização e os coupons de juros não puderam ser pagos nos ultimos anos.

A agravar tal situação reinava a confusão e a duvida quanto á ónus de outra natureza, como os consequentes de concessões de serviços publicos, contrátos de obras publicas, favores fiscais, auxilios diversos não cumpridos, empréstimos de dinheiros publicos, participação do Estado em empresas industriais e um sem numero de responsabilidades que teriam forçosamente de pesar, mais tarde, sobre o tesouro. Todas, em ultima análise, eram compromissos e obrigações assumidos pelo Governo, mas que não se podia avaliar a quanto subia exatamente.

E este conjunto de fatores adversos coincidia exatamente em 1933, com a maior depressão economica verificada no Estado.

Em decadencia ou paralizadas estavam as atividades agro-pecuarias, as industrias extrativas e fabris, o comercio em geral. A depreciação dos produtos não estimulava o trabalho e o desanimo lavrava em todas as classes produtoras.

A intensificação da construção de obras publicas, como sempre fazem os governos em periodos tais, não era possível pela carencia de meios pecuniarios e falta absoluta de credito do Estado. Este devia a quasi todos os cidadãos, não pagava e entravava deste modo as iniciativas privadas.

Compreendi que em tais condições não seria exequível o reerguimento economico-financeiro do meu Estado e que, naquele passo, bem depressa chegaríamos á insolvencia e á ruina irremediavel. Tinha a convicção que não era ainda perdida a esperanca de reconstruir materialmente o Paraná, embóra esse trabalho exigisse muito desprendimento, lutas e grande esforço pessoal.

Entendi que a solução mais pronta e o meio mais eficaz de facilitar a eclosão das forças economicas latentes, mas asfixiadas, seria o saneamento das finanças, o equilibrio orçamentario, o fomento ás fontes de produção abaladas e economia nos gastos publicos, até que se restabelecesse a ordem nas finanças.

Tomei como pontos angulares desse programa: 1) — consolidação e uniformização de toda a divida interna, fundada e flutuante a juros baixos; 2) — máxima compressão na despeza publica, ainda que com sacrificio temporario de certos serviços de interesse geral; 3) — extremo rigor na arrecadação afim de obter o maximo da receita tributaria do paranaense; 4) — estimulo constante ás fontes de produção.

Sem desfalecimento e despresando dissabores enfrentei e cumpri resolutamente o plano de restauração economico-financeiro.

E que alcancei êxito, dizem melhor os numeros que adiante se alinham.

#### RECEITA

A receita para 1935 foi, com muito otimismo, orçada em Rs. ....  
38.257:321\$800.

A audaciosa previsão foi excedida na execução do orçamento. Pois a receita efetivamente arrecadada atingiu a Rs. 44.963:106\$200, cifra que constitue um "record", porque jamais foi atingida nem dela se aproximou qualquer arrecadação anterior, desde que o Paraná é unidade federativa.

Confrontando a receita arrecadada em 1935 com a imediatamente anterior, constata-se um excesso de Rs. 11.549:273\$800, pois que a de 1934, que já muito se distanciára da de 1933, alcançara a Rs. .... 33.413:832\$400.

O quadro seguinte mostra o crescimento da receita no ultimo quinquenio:

1931 .....	26.619:142\$800
1932 .....	23.739:418\$100
1933 .....	25.140:397\$900
1934 .....	33.413:832\$400
1935 .....	44.963:106\$200

Discriminando o orçamento da receita em 1935, temos:

Receita Arrecadada .....	44.963:106\$200
Receita Orçada .....	38.257:321\$800
<b>SUPERAVIT ORÇAMENTARIO da Receita .....</b>	<b>6.705:784\$400</b>

Detalhando verificamos:

DESIGNAÇÃO	ORÇADA	ARRECADADA	DIFERENÇA PARA MAIS
Ordinaria	28.392:000\$000	29.066:116\$100	674:116\$100
Extraordinaria	9.865:321\$800	15.896:990\$100	6.031:668\$300
<b>TOTAL</b>	<b>38.257:321\$800</b>	<b>44.963:106\$200</b>	<b>6.705:784\$400</b>

De 1932, primeiro ano do meu Governo, a 1935, a receita subiu de Rs. 23.739:418\$100 a Rs. 44.963:106\$200 ou seja um aumento de Rs. 21.223:688\$100, que corresponde a um crescimento de 90 % em 3 anos. Praticamente, a receita dobrou nestes ultimos 3 anos.

Para maior claresa do movimento da receita dou a seguir o quadro detalhado das rendas.

**RECEITA DE 1936.** — Não menos auspiciosa está sendo a receita no ano corrente.

As arrecadações mensaes marcam notaveis excessos em relação aos meses correspondentes do ano passado, que, como já vimos, foi o de maior receita até hoje verificada na historia do Paraná.

A estimativa da receita para 1936 está calculada em .....  
Rs. 41. 191:700\$000. Ao semestre corresponderia Rs. 20.595:850\$000. Entretanto a arrecadação de janeiro a junho já havia alcançado .....  
Rs. 28.861:760\$200!

Temos só em 6 meses um excesso de Rs. 8.265:910\$200 da receita efetiva sobre a orçada. Realizado temos 70% da receita, na metade do exercicio. A receita dos 6 primeiros meses de 1936, superou a receita do exercicio todo em 1931, 1932 e 1933 e pouco faltou para alcançar o total de 1934.

Todas as probabilidades são de uma receita de mais de .....  
Rs. 50.000:000\$000, em 1936.

São numeros que bem exprimem o surto ascencional das finanças estaduaes. Se por um lado pôde-se atribuir esse progresso vertiginoso da receita á criação e intensificação de fontes de trabalho e de produção, por outro não se pôde negar que o fenomeno é tambem o triunfo de um esforço sincero que, aperfeiçoando os processos de arrecadação e evitando evasão de rendas, fomentando e amparando as forças vivas e as energias latentes, permitiu o reflorescimento e a prosperidade economica do Estado.

Na receita só estão computadas as arrecadações em dinheiro ou em titulos liquidos e certos (Promissorias). A emissão de apolices não considerámos receita, como igualmente não tomámos como despesa do exercicio, o pagamento da divida passiva em apolices, emitidas para esse fim especial.

O êxito da receita é o resultado de uma conjugação de fatores e providencias, orientados por uma diretriz financeira da qual não me afastei.

De acôrdo com o Secretario de Fazenda e Obras Publicas, tracei o plano de ação tendente a aumentar a receita e reduzir a despesa e tenho hoje a satisfação de transmitir-vos os resultados positivos e favoraveis a que cheguei.

Nenhuma providência me foi pedida em relação a finanças, que não fosse prontamente atendida. Uma serie numerosa de decretos, portarias, circulares, recomendações, officios, etc., ai está para atestar o intenso trabalho executivo com o fim de conseguir o aumento da receita e o equilibrio do orçamento.

Dei á Secretaria de Fazenda o apoio de que necessitava para a obra ingente de rehabilitação do nosso credito e fortalecimento da nossa estrutura economico-financeira. Encarei o problema financeiro como merecedor de todo o meu primeiro e maior carinho. Isolei a Secretaria de Fazenda de toda e qualquer influencia politico-partidaria para que com liberdade de ação pudesse com mais eficiencia e energia movimentar o vasto e complicado aparelho arrecadador.

Contrariei pedidos de companheiros partidarios e amigos dedicados para só prestigiar os atos inspirados na conveniencia absoluta do serviço e no bem coletivo.

Aqueles a quem não atendi, hão de me fazer a justiça de crer que não me animava o desejo de desprestigia-los ou de contraria-los, mas que acima das conveniencias pessoas e da politica partidaria, devem pairar os altos e sagrados interesses do Paraná.

#### DESPESA

A despesa total do exercicio de 1935 montou a Rs. 35.864:853\$800, inclusive os gastos adicionais (Suplementares, especiais e extraordinarios).

A sua discriminação é a seguinte: —

Despesa Orçada . . . . .	38.257:321\$800
Despesa Suplementar . . . . .	1.656:334\$700
Despesas Especiaes e Extraordinarias . . . . .	1.049:450\$000
	<hr/>
Total da Despesa autorizada . . . . .	40.963:106\$500
	<hr/>

Executando a compressão nos gastos publicos, da despesa autorizada, foram gastos apenas:

Rs. 35.864:853\$800

do que resultou uma economia de

Rs. 5.098:252\$700 na despesa.

Houve assim um Superavit Orçamentario na despesa de .....  
Rs. 5.098:252\$700, no exercicio financeiro de 1935.

Segue o quadro discriminativo da despesa em 1935, classificada por verba.

Examinando a despesa do Estado no ultimo quinquenio temos:

1931	...	...	...	...	...	31.523:811\$800
1932	...	...	...	...	...	23.572:150\$200
1933	...	...	...	...	...	24.111:787\$200
1934	...	...	...	...	...	32.800:859\$800
1935	...	...	...	...	...	35.864:853\$800

**CREDITOS EXTRAORDINARIOS.** — De acôrdo com o art. 47, alinea 12 da Constituição Política do Estado, o Poder Executivo expediu os decretos n. 1781, de 31 de dezembro de 1935, e 2974, de 1.º de julho deste ano, abrindo creditos extraordinarios de Rs. 62:100\$000 e ..... Rs. 50:000\$000, respectivamente, para atender despesas decorrentes das graves convulsões verificadas no paiz, provocadas por elementos comunistas estrangeiros sob a chefia de Luiz Carlos Prestes. Estes movimentos subversivos da ordem publica e das instituições politicas vigentes, iniciados em novembro do ano findo em Recife e Natal, repetiram-se na Capital da Republica e em outros Estados e o Paraná não chegou a sofrer as suas consequencias sangrentas, por ter o Governo agido em tempo e com energia contra os demolidores da nossa ordem social e politica.

Na forma do art. constitucional citado, sujeito os decretos mencionados á apreciação dessa illustre Assembléa.

**EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO.** — O resultado da execução orçamentaria de 1935 foi, pois, o seguinte:

Receita a mais da orçada . . . . .	6.705:784\$400
Despesa a menos da autorizada . . . . .	5.098:252\$700
<b>DIFERENÇA . . . . .</b>	<b>11.804:037\$100</b>

Tendo sido de Rs. 44.963:106\$200 a receita efetivamente arrecadada e de Rs. 35.864:853\$800 a despesa efetivamente realizada, resulta um **SUPERAVIT REAL DE RS. 9.098:252\$400**, com o qual foi encerrado o exercício financeiro de 1935.

Este saldo é real e não simples jogo de numeros; existe e se achava representado pelos seguintes valores, em 31 de março de 1936:

Promissórias a Receber do D. Nac. do Café . . . . .	7.945:659\$200
Deposito Banco de Londres America do Sul . . . . .	350:000\$000
Idem Banco do Estado do Paraná, c/ Caixa Amortização . . . . .	347:000\$000
Idem, idem c/Restituição D. N. C. . . . .	312:840\$400
Idem, idem c/Reajustamento Economico . . . . .	92:585\$000
Contas diversas . . . . .	50:167\$800
<b>SUPERAVIT REAL . . . . .</b>	<b>Rs. 9.098:252\$400</b>

Os numeros são por demais expressivos e dispensam comentários. Jamais os fastos financeiros do Paraná registaram tais resultados. Com superavit tão vultoso nunca sonharam os nossos coestadanos, que ha bem pouco tempo ainda, profetizavam para o Paraná um futuro sombrio e de completa insolvencia financeira.

**DESPESA DE 1936.** — A despesa para 1936 está orçada em . . . . . Rs. 41.191:700\$000, correspondendo ao semestre de janeiro a junho a quantia de Rs. 20.595:850\$000. Segundo a demonstração que adiante se vê, a despesa realizada até 30 de junho soma a Rs. 16.941:822\$900, á qual devemos adicionar a do mês de junho que é paga no mês seguinte ou julho. Tomando por base a despesa media dos 5 primeiros meses, os dispendios em junho não poderão exceder de . . . . . Rs. 3.388:364\$600.



Somando essa despesa provavel á realizada até 30 de junho, teremos que no 1.º semestre a despesa total do Estado não foi de fórma alguma superior a Rs. 20.330:187\$500.

Ora, essa quantia é inferior á despesa prevista para o mesmo semestre, que como vimos corresponderia a Rs. 20.595:850\$000. Assim, apesar de um formidavel excesso da receita real do 1.º semestre sobre a orçada, o Governo vem se cingindo, rigorosamente, á despesa orçada, gastando menos até do que está autorizado.

Obedecer severamente ao orçamento da despesa tem sido aliás nórma que inflexivelmente tenho mantido.

Arrecadando Rs. 28.861:760\$200 no 1.º semestre deste ano e gastando Rs. 20.330:187\$500 no mesmo periodo, resulta um superavit de Rs. 8.531:572\$700 em 6 meses do ano em curso. Em meo ano estamos já com um superavit quasi igual ao do ano passado todo, que foi de Rs. 9.098:252\$400.

#### DIVIDA GERAL DO ESTADO

A divida geral do Estado, escriturada na Contabilidade, sofreu a flutuação seguinte: —

1930	...	...	198.563:240\$200
1931	...	...	201.412:012\$700
1932	...	...	199.892:574\$600
1933	...	...	192.014:509\$900
1934	...	...	192.418:058\$500
1935	...	...	193.170:357\$300

Para maior claresa, damos o quadro demonstrativo das responsabilidades do Estado de 1930 a 1935.

No periodo de 1930 a 1935, o Governo amortizou uma parte consideravel da divida encontrada por ocasião da revolução, conforme consta de mensagens anteriores e relatorios. Se o decrescimo registado no quadro precedente, é pequeno e houve até aumentos de 1933 para 1934 e deste para 1935, não é isto devido a nóvas dividas. Resulta das constantes revisões e retificações feitas na escrita geral do Estado e de uma melhor apuração de compromissos anteriores a 1930, decorrentes de contrátos, serviços, concessões e empréstimos ignorados pela



Quadro demonstrativo da responsabilidade do Estado durante os exercicios de 1930 a 1935

TITULOS	1930	1931	1932	1933	1934	1935
<b>DIVIDA PASSIVA CONSOLIDADA</b>						
Emprestimo Externo Consolidado .....	77.168:400\$000	76.124:400\$000	76.124:400\$000	76.124:400\$000	76.124:400\$000	76.124:400\$000
Emprestimo Externo de 1905, 1913 e 1917 .....	29.377:219\$470	6.484:313\$310	6.484:313\$310	6.484:313\$310	6.484:313\$310	6.484:313\$400
Portadores de apolices .....	14.656:800\$000	14.656:800\$000	14.656:800\$000	14.656:800\$000	979:432\$600	261:100\$000
Portadores de apolices das Obras do Porto .....	6.025:000\$000	6.025:000\$000	6.018:000\$000	6.018:000\$000	200:000\$000	150:000\$000
Emprestimo Interno Consolidado - Governo Federal .....	—	5.000:000\$000	5.000:000\$000	5.000:000\$000	5.000:000\$000	5.000:000\$000
Apolices de Consolidação .....	—	—	—	—	81.833:800\$000	88.836:400\$000
<b>TOTAL .....</b>	<b>127.227:419\$470</b>	<b>108.290:513\$310</b>	<b>108.281:513\$310</b>	<b>108.281:513\$310</b>	<b>170.121:995\$910</b>	<b>176.896:213\$400</b>
<b>DIVIDA FLUTUANTE</b>						
Letras a Pagar .....	84.000:632\$418	62.639:912\$635	61.829:993\$895	60.369:905\$225	12.951:025\$274	10.572:142\$800
Contas a Pagar .....	11.808:908\$307	11.672:238\$172	9.974:670\$545	8.064:099\$996	5.112:783\$436	4.501:132\$700
Vencimentos de Funcionarios - 1930 .....	6.124:273\$398	4.875:585\$759	3.358:655\$063	—	—	—
Juros devidos ao Banco do Brasil .....	4.179:025\$197	5.927:305\$197	7.568:978\$084	8.628:597\$968	1.750:082\$103	—
Governo da Uniao .....	—	—	2.000:000\$000	1.975:659\$300	—	—
Estrada de Ferro Oeste do Paraná .....	1.393:943\$333	1.408:801\$283	1.631:557\$623	1.602:641\$948	1.590:638\$298	1.590:638\$300
Apolices de Consolidação Sorteadas .....	1.635:400\$000	1.635:400\$000	1.510:200\$000	1.429:582\$600	—	9:400\$000
Depositos .....	1.246:831\$489	1.238:984\$650	225:409\$650	395:022\$650	690:834\$150	199:743\$400
Banque Privé (Renda 5% a. a.) .....	912:380\$602	994:494\$856	994:494\$856	994:494\$856	1.266:303\$295	1.366:013\$600
Seguro de Vida dos Funcionarios Publicos .....	805:627\$318	846:368\$718	1.021:325\$218	1.184:329\$218	1.295:385\$218	1.480:530\$000
Leon Israel & Cia. ....	572:381\$570	834:827\$473	523:210\$289	523:210\$289	—	—
Apolices do Porto Sorteadas e não resgatadas .....	767:000\$000	767:000\$000	698:000\$000	356:399\$200	—	—
Banco Fracez e Italiano .....	396:371\$500	396:371\$500	396:060\$680	396:060\$100	598:064\$100	—
Governo Federal - C/Interventoria .....	—	—	297:107\$100	—	—	—
Professores Federais .....	186:988\$273	158:487\$973	—	—	—	—
Caixa de Beneficencia .....	126:545\$024	126:770\$848	131:774\$958	138:618\$331	154:075\$835	165:382\$500
Ações do aBanco do Estado do Paraná - a integrar .....	3.035:600\$000	3.035:600\$000	2.776:700\$000	2.739:200\$000	2.280:600\$000	2.280:600\$000
Fundo de Reserva do Seguro de Vida dos Funcionarios Publicos .....	113:603\$910	147:353\$910	177:103\$910	199:853\$910	232:853\$910	257:354\$000
Montepio dos Magistrados .....	98:507\$178	97:678\$487	100:841\$032	109:329\$147	113:305\$802	115:195\$000
Governo Provisorio .....	—	—	85:156\$035	549:356\$548	—	—
Quotas de Fiscalização .....	—	23:512\$868	25:359\$544	—	—	—
Recolhimentos a liquidar .....	27:425\$812	27:425\$812	27:425\$812	—	—	—
Cratificação Pró-Labore do Conselho Nacional do Café .....	—	—	6:900\$000	—	—	—
Lazard Brothers - C/Suprimentos .....	702:608\$885	—	9:613\$837	—	—	—
Espolios .....	8:539\$894	8:539\$894	9:365\$694	—	—	—
Cauções .....	7:000\$000	12:800\$000	13:700\$000	—	—	—
Fianças .....	2:250\$000	2:250\$000	1:950\$000	—	—	—
Banco de Curitiba - C/Concentração .....	—	481:026\$300	416:639\$400	415:869\$400	—	—
Prets a Pagar .....	—	3:853\$550	98:584\$638	144:189\$206	131:927\$690	57:755\$900
Governo Federal - C/Corrente .....	2.000:000\$000	1.989:748\$600	1.975:659\$300	—	—	—
Sindicato de Madeiras do Brasil .....	—	—	172:613\$920	—	367:434\$120	—
Hildebrando de Souza Araujo .....	561:415\$360	561:415\$360	536:323\$090	—	—	—
Assistencia Social .....	—	—	—	—	64:480\$147	112:647\$300
Associação dos Funcionarios Publicos .....	—	—	—	—	501\$000	6:542\$000
Construção da Escola de Aprendizizes Artifices .....	—	—	—	—	180:499\$300	—
Premios de Apolices de Consolidação .....	—	—	—	—	—	43:400\$000
<b>TOTAL .....</b>	<b>100.713:040\$248</b>	<b>99.605:812\$721</b>	<b>98.095:374\$653</b>	<b>90.217:309\$942</b>	<b>28.780:775\$938</b>	<b>22.758:457\$300</b>
<b>R E S U M O</b>						
DIVIDA PASSIVA CONSOLIDADA .....	127.227:419\$470	108.290:513\$310	108.281:513\$310	108.281:513\$310	170.121:995\$910	176.896:213\$400
DIVIDA FLUTUANTE .....	100.713:040\$248	99.605:812\$721	98.095:374\$653	90.217:309\$942	28.780:775\$938	22.758:457\$300
<b>TOTAL GERAL .....</b>	<b>227.940:459\$718</b>	<b>207.896:326\$031</b>	<b>206.376:887\$963</b>	<b>198.498:823\$252</b>	<b>198.902:771\$848</b>	<b>199.654:670\$700</b>

Contabilidade, que só os lançou no passivo, ha pouco tempo. Tambem os juros de apolices antigas só foram escriturados quando pagos em 1934 e 1935.

Para efeito da apuração da dívida geral, vem sendo mantido o valor da libra esterlina a Rs. 40\$000 e o dolar a Rs. 8\$200, que correspondiam ao cambio de 1928, quando foi realizado o ultimo emprestimo externo.

Em 31 de dezembro de 1935 a dívida passiva do Estado, registada pela Contabilidade, montava a Rs. 193.170:357\$300.

Discriminando essa cifra, teremos:

Divida Consolidada . . . . .	176.896:213\$400	
Divida Flutuante . . . . .	22.758:457\$300	199.654:670\$700
Menos o Valor do Deposito em mãos dos banqueiros Lazard Brothers & Cia. Lt. para resgate dos emprestimos francezes, ao cambio 6 ou Rs. 40\$000 a £ . . .		6.484:313\$400
<b>SALDO . . . . .</b>		<b>193.170:357\$300</b>

**DIVIDA INTERNA CONSOLIDADA**

A dívida interna consolidada, em 31 de dezembro do ano findo eleva-se a Rs. 94.494:500\$000, formada das seguintes parcelas:

Apolices restantes da 1.ª, 2.ª, 3.ª e 4.ª Emissão ainda em circula- ção . . . . .	251:100\$000
Idem da Emissão Especial "Obras do Porto", ainda não resgatadas	150:000\$000
Idem da Emissão Construção . . . .	207:000\$000
Apolices da Emissão de Consolida- ção e Uniformização da Divida Interna (Dec. 194 de 1-2-34) . . . .	88.886:400\$000

Emprestimo da União em apolices  
 federaes . . . . . 5.000:000\$000 94.494:500\$000

Faltavam naquela época Rs. 1.113:600\$000 para integralizar a emissão de Consolidação e Uniformização, garantida pelo Governo Federal,

Atualmente as cautelas representativas de apolices já foram póstas totalmente em circulação.

### DIVIDA INTERNA FLUTUANTE

A dívida interna flutuante que em 31-12-34 somava a .....  
 Rs. 28.780:775\$900, estava representada pelos numeros seguintes, ao findar o ano passado:

Contas a Pagar . . . . .	4.501:132\$700	
Letras a Pagar . . . . .	10.572:143\$600	
Bancos e Correspondentes . . . . .	1.366:013\$600	
Depositos . . . . .	199:743\$400	
Caixa de Beneficencia . . . . .	165:362\$500	
Estrada de Ferro Oeste Paraná . . . . .	1.590:638\$300	
Fundo de Reserva da Caixa de Seguro de Vida dos Funcionarios Publicos . . . . .	257:354\$000	
Montepio dos Magistrados . . . . .	115:195\$000	
Prets a Pagar . . . . .	57:755\$900	
Caixa de Seguro de Vida dos Funcionarios . . . . .	1.480:530\$000	
Assistencia Social . . . . .	112:647\$300	
Apolices sorteadas da Emissão de Consolidação e Uniformização, não reclamaças . . . . .	9:400\$000	
Premios de apolices sorteadas da Emissão de Consolidação e Uniformização não reclamados . . . . .	43:400\$000	
Ações a integralizar, do Banco do Estado do Paraná . . . . .	2.280:600\$000	22.758:457\$300

Tendo havido assim uma diminuição de Rs. 6.022:318\$600, em relação ao ano anterior.

Estas são as quantias registadas na Contabilidade. Com as constantes apurações e revisões que se veem fazendo, muitas destas contas tendem a diminuir e outras a desaparecer. Entre estas últimas, temos o título "Estrada de Ferro Oeste do Paraná" que não representa um debito do Estado. Foi um empenho de credito para fim especial, feito em 1928 e que não foi totalmente utilizado. A Contabilidade, por não ter tido ordem expressa para seu cancelamento, conservou como responsabilidade do Estado.

Feita agóra, em principio deste ano, a transferencia daquela estrada para a União, por escritura publica, anulou-se a parcela respectiva, que já não aparece mais no passivo do Estado no balancete de junho de 1936.

O título "Contas a Pagar" tambem não traduz a realidade dessa conta. É possível que ela seja inferior á que figura em 31 de dezembro de 1935. Isto porque grande numero de contas foram esquecidas ou abandonadas pelos credores, dos quais muitos nunca mais as procuraram. Estão incursas na prescrição quinquenal e serão excluidas do passivo no proximo balanço de dezembro.

Em compensação, outras contas ainda poderão vir a pesar no passivo. Entre estas está o credito dos empreiteiros da Estrada de Ferro Oeste do Paraná (Estrada de Guarapuava) na importancia de Rs..... 3.947:392\$600, ainda não escriturado, mas cujo pagamento o Governo do Estado se comprometeu a efetuar.

Sem essa condição a União não teria aceito a transferencia do acervo daquela ferrovia, com a obrigatoriedade de conclui-la.

#### EMISSÃO DE CONSOLIDAÇÃO E UNIFORMIZAÇÃO DA DÍVIDA INTERNA

Como tem sido amplamente publicado e é do vosso conhecimento, o pagamento da dívida flutuante e a conversão da interna fundada, operou-se por meio da Emissão de Consolidação e Uniformização da Dívida Interna, autorizada pelo decreto federal n.º 23.598, de 18 de de-



zembro de 1933, e estadual n.º 194, de 1º de fevereiro de 1934. O limite autorizado foi de Rs. 90.000:000\$000 e é garantido pela União.

Como essa emissão fosse insuficiente para a conversão e pagamento previstos, em fins do ano passado solicitei autorização a essa respeitável Assembléa, para emitir mais Rs. 20.000:000\$000 nas mesmas condições, no que fui atendido e já está sancionada a lei respectiva. Como, porém, a garantia da União depende de aprovação pela Camara Federal, á qual já foi submetido um projéto nesse sentido, aguardo o pronunciamento do parlamento federal para tornar efetiva a emissão suplementar e resgatar as poucas apolices das antigas emissões ainda em circulação e liquidar de vez a dívida flutuante. Logo que tenha o Governo obtido a garantia da União, será feita a operação final, pela qual desaparecerá a dívida flutuante do Estado e ficará fixada definitivamente em Rs. 110.000:000\$000 o montante da interna consolidada, a juros de 5% e resgate por meio de sorteios semestrais com premios, consoante o plano estabelecido pelos decretos acima citados.

A pequena diferença da dívida flutuante que restar, será compensada com a dívida ativa ou mesmo paga em dinheiro, porque na maioria são depositos a serem restituídos na mesma especie.

Deste módo, ficará definitivamente normalizada, consolidada e saneada a dívida interna do Estado. São incalculaveis os beneficios que advirão, quando for ultimada esta parte final do plano financeiro que venho executando. Bem se compreende a justificada ansiedade com que espero, ha meses, a aprovação do projéto da emissão suplementar pelo Poder Legislativo Federal e cujo andamento está confiado á nossa representação na Camara dos Deputados.

Quando tal projéto se converter em lei, o Paraná poderá se orgulhar de uma situação financeira definida, clara e sã, permitindo então aos seus governos, cuidarem com mais afineo e tranquillidade dos grandes problemas politicos e sociais, que tenho enfrentado e solucionado em meio de um ambiente de sérias dificuldades economico-financeiras e perturbações administrativas que os meus sucessores não mais encontrarão.

**CAIXA DE AMORTIZAÇÃO** — Consoante o plano da Emissão de Consolidação e Uniformização da Dívida Interna do Estado, os serviços de juros, amortização, resgates, sorteios, fiscalização da arrecadação

do imposto criado para atender especialmente os encargos dessa emissão de apólices e, bem assim, todas as operações que com ela se relacionam, são superintendidos por um organismo autónomo, denominado "CAIXA DE AMORTIZAÇÃO DO ESTADO DO PARANÁ".

A Caixa de Amortização é administrada por um Conselho Diretor, do qual fazem parte o Secretario da Fazenda do Estado, como Presidente, o Delegado Fiscal do Tesouro Nacional no Estado do Paraná, como Secretario, e o Gerente da Filial do Banco do Brasil em Curitiba, como Tesoureiro.

São seus suplentes respectivamente, um Desembargador da Córte de Apelação, um professor da Universidade do Paraná e um representante das classes produtoras do Estado, indicados, cada um, pelas entidades de que fazem parte.

O regulamento da Caixa foi aprovado pelo decreto n.º 418 de 28 de março de 1935 e a sua instalação procedeu-se a 3 de maio do mesmo ano, com a solenidade compatível com um acontecimento de tão grande relevância na vida financeira do Estado.

O 1.º Conselho Diretor, ao qual dei pósito, ficou constituído pelos seguintes membros:

Diretor-Presidente — Dr. Othon Mader, Secretario de Fazenda e Obras Publicas.

Diretor-Secretario — Major Lincoln do Amaral Camargo, Delegado Fiscal do Tesouro Nacional.

Diretor-Tesoureiro — Snr. José Bettega, Industrial (Suplente convocado na falta do Gerente do Banco do Brasil em Curitiba, que se recusou a tomar pósito).

Suplentes: — Desembargador Artur da Silva Leme, Professor Adriano Gustavo Goulin e Industrial José Bettega.

Por portaria n.º 1933, de 30 de abril, foi designado o 1.º Oficial da Secretaria de Fazenda e Obras Publicas, Candido Lopes, para chefe do expediente e contabilidade da Caixa de Amortização.

A 5 de maio e 30 de setembro foram procedidos o 1.º e 2.º sorteios, correspondentes a 30 de setembro e 31 de março de 1935.

Com estes 2 sorteios foram resgatadas 2.107 apólices de Rs. 200\$000, sendo 540 por efeito de sorteios de prêmios e 1567 adquiridas diretamente na praça nos termos do regulamento.

**JUROS** — Até 31 de dezembro de 1935, foram pagos os 3 cupoas vencidos e apresentados á cobrança, até aquela data:

Coupon n.º 1 vencido em 30-9-34	2.226:745\$000
Coupon n.º 2 vencido em 31-3-35	2.212:615\$000
Coupon n.º 3 vencido em 30-9-35	1.821:500\$000
	<hr/>
Soma Rs. . . . .	6.260:860\$000
	<hr/>

Por conta dos prêmios, juros e resgates já dispendeu a Caixa de Amortização Rs. 7.324.260\$000, faltando pagar Rs. 531.240\$000, que até 31-12-1935 não haviam sido reclamados.

A Secretaria de Fazenda e Obras Publicas, a partir de janeiro de 1935, passou a recolher regularmente, á Caixa de Amortização, cujo depositario é o Banco do Estado do Paraná, a renda do Imposto do Reajustamento Economico. Como essa renda não bastasse para todo o serviço, a Secretaria completou o que faltava com recursos de outras fontes. De janeiro até dezembro de 1935 recolheu á Caixa Rs. 7.619:071\$000.

O imposto de Reajustamento Economico criado pelos decretos n.º 146 e 1024, de 26 de janeiro e 26 de abril de 1934, consolidados no decreto 1336, de 29 de maio do mesmo ano, e destinado a produzir a renda necessaria aos serviços da divida decorrente da emissão de consolidação e uniformização, começou a ser cobrado em 1.º de maio de 1934 e a sua receita, até 31-12-35, havia alcançado a Rs. 8.026:350\$300, sendo Rs. 2.952:638\$900 de maio a dezembro de 1934 e Rs. 5.073:711\$400 de janeiro a dezembro de 1935.

Durante o corrente ano, as atividades da Caixa prosseguiram normalmente. Em 30 de março foi efetuado o 3.º sorteio correspondente a 30 de setembro de 1935 e logo após, no dia 15 de abril, procedeu-se ao 4.º sorteio, que deveria ter tido lugar no dia 31 de março. Os juros vencidos em 31-3-36 já foram satisfeitos.

Desse modo estão em dia e pagos os sorteios e prêmios.

Os juros sempre foram pagos com religiosa pontualidade e assim continuam, estando já a Caixa com fundos suficientes para os resgates e juros a se vencerem a 30 de setembro.

Como consequência da diretriz, segura e imperturbavelmente mantida pelo Governo do Estado no setor das finanças, verificou-se a consolidação e revigoramento do crédito estadual. Os títulos da dívida pública, hoje cotados nas bolsas oficiais de valores do Rio de Janeiro e S. Paulo tem grande procura e subiram a níveis elevados. A cotação tem alcançado até 80% naquelas capitais. No Paraná, por falta de bolsa de valores, a média da cotação mantém-se em torno de 65%. É já uma considerável melhora se nos lembrarmos que ainda em princípio de 1932 as promissórias do tesouro paranaense eram transadas até a 15% e as apólices alcançavam, quando muito, 40%, desprezados sempre os juros vencidos de 5 anos, que se consideravam perdidos.

Os títulos paranaenses são atualmente bem aceitos por toda a parte e correm como valores nas Caixas Economicas Federais, Bancos e outros estabelecimentos de crédito, que antes não faziam transação alguma com os papéis da dívida pública do Paraná!

Sendo em numero de 450.000 as apólices da Emissão de Consolidação e Uniformização e exigindo-se que cada um contenha as assinaturas autenticas do Governador, do Secretario de Fazenda e do Diretor do Tesouro, foi completamente impossível, por falta material de tempo, a emissão das apólices separadas, continuando a circular as cautelas provisórias. Pelo sistema atual, só a assinatura do Governador, lhe tomaria mais de 2 anos de serviço, roubando cerca de 3 horas por dia dos seus estudos e despachos.

Por tal motivo torna-se necessario que essa egregia Assembléa, modifique o art. 10 do decreto n.º 194 de 1.º de fevereiro de 1934, permitindo assinaturas com chancelas, exigindo apenas uma autentica.

#### DIVIDA EXTERNA

O Paraná, por muitos, anos terá que viver sob o peso de uma vultosa dívida externa contraída por governos anteriores á Revolução de 1930. Não é aqui ensejo propício á análise dessas operações que por longas décadas vão exaurir, como já veem fazendo, desde 1928, somas



elevadíssimas da sua receita, as quais tão útil e proveitoso emprego poderiam ter no fomento da riqueza e no bem estar do seu povo.

Tambem não desejo criticar a aplicação e o fim que tiveram esses empréstimos.

Cumpre ao meu governo pagar o que os meus antecessores prometeram e honrar a fé dos contratos em que foram partes.

Em 19 de abril de 1928, o Estado contraíu um empréstimo de £ . . 2.000.000 em 2 séries: uma de £ 1.000.000 na praça de Londres e outra de \$4.860.00, equivalentes então a um milhão de libras, no mercado de New-York, ambos por intermédio dos banqueiros Lazard, Brothers & C.: A emissão foi aos juros de 7%, no prazo de 30 anos e como garantia foram dadas **TODAS AS RENDAS DO ESTADO PRESENTES E FUTURAS.**

O empréstimo deveria ser aplicado:

- a) — no resgate dos empréstimos externos contraídos em França em 1905, 1912 e 1916.
- b) — na construção de estradas de ferro e rodagem;
- c) — na conclusão das Obras do Porto de Paranaguá;
- d) — em outras obras publicas.

Para resgate dos empréstimos francêses ficaram depositados com os banqueiros Lazard, £ — 732.000, quantia suficiente para aquela operação. Por esta razão o Estado considera aqueles empréstimos como inteiramente resgatados. Entretanto existiam em circulação em 31 de dezembro de 1935, títulos desses empréstimos na importância nominal de 12.853.877 francos que adicionados aos juros vencidos e não pagos de 3.115.151 francos, somam o total de 15.969.028 francos. Mas, naquela mesma data o depósito para resgate desses empréstimos importavam em £ 159.677-6-11. Com esses fundos e dada a baixa cotação dos títulos daqueles 3 empréstimos, ha margem para serem todos resgatados e haverá ainda uma apreciavel sóbra.

Até o corrente ano, a amortização dos empréstimos francêses esteve suspensa em virtude de ordem transmitida por telegrama do ex-Interventor Federal General Mario Tourinho, de 18 de novembro de 1931, atendendo a uma sugestão dos banqueiros Lazard, Brothers & Cia. tendente a evitar prejuizos ao Estado pela suspensão do padrão ouro.

Em virtude de negociações encaminhadas por intermedio dos banqueiros citados, em abril deste ano, autorizei novamente o resgate daqueles titulos.

Quanto ao emprestimo de 1928, tinham sido resgatados até 31 de dezembro de 1935, apenas £ 48.500 e \$218.000 dollars, que ao cambio da data do emprestimo ou sejam a libra a Rs. 40\$000 e o dollar a Rs. 8\$200, somavam a Rs. 76.124:400\$000.

De 1932 a 1934 o Estado deixou de pagar as quantias correspondentes ás amortizações e juros do emprestimo externo.

Em 15 de setembro de 1934, o Paraná retomou o pagamento da divida externa, mas já então dentro do plano nacional, estabelecido pelo decreto n.º 23.829, de 5 de fevereiro de 1934, conhecido pela denominação de "Esquema Osvaldo Aranha".

Dessa data para cá, foram feitas as remessas previstas no plano, não faltando o Estado a um só pagamento. As prestações vencidas em 15 de março e 15 de setembro de 1935, importaram, respectivamente, em Rs. 701:552\$500 e Rs. 899:455\$800, perfazendo a soma de Rs. 1.511:008\$400, remetida aos banqueiros, pontualmente.

Tambem a prestação de 15 de março de 1936 foi, com antecedencia, enviada aos mesmos banqueiros, estando assim rigorosamente em dia o serviço da divida externa.

Para o coupon a se vencer a 15 deste mês o tesouro já está provido com os fundos necessarios.

Os titulos dessa divida que haviam descido a 8%, em 30 de junho deste ano, já eram cotados a 21% nas bolsas de Londres e New York.

Aproveitando-me do deposito de 167.000 libras, que em março deste ano tinha o Estado em mãos dos banqueiros na Europa, sem vencer juros, e depois de um plano feito em colaboração com os Srs. Lazard Brothers & C., aprovado pela Comissão de Estudos Financeiros e Economicos do Ministerio da Fazenda, autorizei aqueles banqueiros a abrir concorrência para o resgate parcial de titulos do emprestimo de 1928.

Realizada a concorrência sob condições previamente delineadas em que foram resguardados o aspecto moral da operação e o credito do Estado, vieram á apreciação do Governo do Estado as propostas apre-



sentadas. Destas escolheu o Governo as que lhe convinham e recusou as ofertas cujas médias fossem superior a 25%, do valor nominal. Por esse meio foram resgatadas £ 316.000 nominais com a despesa real de £ 77.100. Equivale a dizer que o Estado diminuiu a sua dívida externa de £ 316.500 ou Rs. 12.640:000\$000 considerado o cambio de 6 d— ou Rs. 40\$000 por libra.

Com o dispendio de £ 77.100 (resgate, despesa e comissão), o serviço de amortização e juros, foi aliviado em cerca de Rs. 1.307:000\$000 por ano, na base do cambio oficial vigente e de Rs. 287:000\$000 dentro do plano "Osvaldo Aranha". Tudo isso feito com a utilização de parte somente de um deposito mantido no estrangeiro desde 1928, sem juros.

A importancia da circulação, que até então era de £ 1.900.000 passou agora a ser de £ 1.584.000.

Nem um real foi retirado do tesouro para esse fim.

Nenhuma critica pôde ser feita á concorrência porque essa foi amplamente divulgada, baseou-se na venda livre e antes de ser aberta, o Estado do Paraná demonstrou a pontualidade com que vem cumprindo o plano "Osvaldo Aranha" e a decisão de não interromper o pagamento dos juros e amortização. Pelas circunstancias de que se cercou, foi esta uma operação licita e honesta. Quem ofereceu os seus titulos ao Estado, sabia de antemão que os juros estavam em dia e que se os ocservasse em seu poder continuaria a receber os premios pontualmente.

Sob o aspecto moral, a concorrência do Governo do Paraná, não se compára com certas operações de resgate da dívida externa de que temos noticia, sempre precedidas de artificios e suspensões de pagamento, com o fim premeditado de desvalorizar o titulo em mão do portador de boa fé.

O resgate dos titulos dos emprestimos francêses, voltou a ser feito como disse linhas atrás, não sendo necessario para isso todo o deposito que tinhamos em poder dos nossos banqueiros, parte do qual pôde portanto, sem inconveniente algum, ser destinado á amortização do emprestimo de 1928.

Deixo de mencionar detalhes dessa operação, os quais serão, entretanto, narrados por ocasião da prestação de contas do exercicio de 1936.

## BALANÇO GERAL DO ESTADO

A situação patrimonial do Estado pode ser resumida no seguinte:

### BALANÇO GERAL

TÍTULOS	ATIVO	PASSIVO
Próprios do Estado (imoveis)	158.699:625\$700	
Valôres pertencentes ao Estado	13.683:304\$800	
Devedores Diversos	68.619:873\$000	
Contas de Compensação	22.506:103\$900	
Divida Consolidada		
a) — Interna 94.494:500\$000		
b) — Externa 82.608:713\$400		177.103:213\$400
Divida Flutuante		22.758:457\$300
Contas diversas	/	4.415:325\$400
Contas de Compensação		22.506:103\$900
Exercícios Findos — Saldo 1935		9.098:252\$400
PATRIMONIO — valôr do patrimônio líquido		27.627:555\$000
	263.508:907\$400	263.508:907\$400

A existencia de um Patrimônio Líquido de Rs. 27.627:555\$000 em 31-12-1935 é a demonstração de que é ótima a situação financeira do Estado.

Convem notar que um levantamento real do patrimônio do Estado está sendo procedido pelo Engenheiro Adriano Gustavo Goulin, incumbido desse serviço, desde 1934, por parecer ao Governo que muitos bens estaduais não estão escriturados, como talvez outros estejam registados por valores que não representam mais a realidade.

Segue o Balanço Geral com os seus títulos e subtítulos, detalhadamente.

## BALANÇO GERAL DO ESTADO DO PARANÁ

31 de Dezembro de 1935

### A T I V O

#### I — PROPRIOS DO ESTADO

Inoveis	21.898:238\$600	
Terras Devolutas	80.480:697\$500	
Réde de Agua e Es- gotos de Curitiba	24.098:039\$000	
Porto de Paranaguá	32.222:650\$600	158.699:625\$700

#### II — VALORES PERTENCEN- TES AO ESTADO

Veiculos e semoventes	949:853\$200	
Moveis e utensilios	2.204:299\$800	
Material de Bombeiros	325:017\$000	
Material Bélico	386:322\$300	
Apólices Federais	44:500\$000	
Títulos em Carteira	509:400\$000	
Ações do Banco do Paraná	7.602:000\$000	
Deposito na Caixa de Liquidação de Gray	1.661:912\$500	13.683:304\$800

#### III — DEVEDORES DIVERSOS

Contas Correntes	4.962:874\$900	
Bancos e Correspon- dentes	21.381:813\$700	
Coletorias	245:050\$900	
Caixa de Construção	1.342:610\$700	
Caixa Economica e/ Seguro de Vida	341:480\$200	

<b>Dívida Ativa Geral</b>	<b>14.213:749\$300</b>	
<b>Instalações Domici- liarias</b>	<b>1.221:490\$800</b>	
<b>Letras a Receber</b>	<b>409:783\$000</b>	
<b>Promissórias a Re- ceber</b>	<b>7.945:659\$200</b>	
<b>Pequenos Devedores</b>	<b>86:132\$900</b>	
<b>Serviço de Água e Esgotos de Ponta Grossa</b>	<b>108:870\$800</b>	
<b>Departamento Na- cional do Café Pró-labore</b>	<b>4:000\$000</b>	
<b>Responsáveis</b>	<b>408:802\$100</b>	
<b>Prefeituras e Muni- cipios</b>	<b>15.770:135\$900</b>	
<b>Almoxarifado Geral do Estado</b>	<b>55:604\$700</b>	
<b>Professores Federais</b>	<b>121:813\$900</b>	<b>68.619:873\$000</b>

IV — CONTAS DE COMPENSAÇÃO

<b>Estampilhas</b>	<b>7.307:451\$000</b>	
<b>Sêlos de Beneficência</b>	<b>871:543\$400</b>	
<b>Sêlos de Reajusta- mento Econômico</b>	<b>:616\$500</b>	
<b>Coletorias c/ estam- pilhas</b>	<b>877:982\$000</b>	
<b>Coletorias c/ Sêlos de Reajustamento Econômico</b>	<b>9.683:339\$400</b>	
<b>Coletoria c/ sêlos de Beneficência</b>	<b>1.532:174\$500</b>	
<b>Valôres em Custódia</b>	<b>2:202\$600</b>	
<b>Titulos em Fiança</b>	<b>300:829\$500</b>	
<b>Titulos em Caução</b>	<b>1.914:465\$000</b>	
<b>Espólios</b>	<b>8:500\$000</b>	<b>22.506:103\$900 263.508:907\$400</b>

## P A S S I V O

### I — DIVIDA CONSOLIDADA

#### a) Interna

Portadores de Apo- lices	251:100\$000	
Portadores de Apo- lices do Porto	150:000\$000	
Portadores de Apo- lices de Construção	207:000\$000	
Portadores de Apo- lices de Consoli- dação	88.886:400\$000	
Emprestimo Interno	5.000:000\$000	94.494:500\$000

#### b) — Externa

Emprestimos de ... 1905, 1913 e 1917	6.484:313\$400	
Emprestimo de 1928	76.124:400\$000	82.608:713\$400
	<hr/>	<hr/> 177.103:213\$400

### II — DIVIDA FLUTUANTE

Contas a Pagar	4.501:132\$700
Letras a Pagar	10.572:142\$600
Bancos e Correspondentes	1.366:013\$600
Caixa de Beneficencia	165:362\$500
Depositos	199:743\$400
Estrada de Ferro Oeste Paraná	1.590:638\$300
Fundo de Reserva do Seguro de Vida	257:354\$000
Montepio dos Magistrados	115:195\$000
Prets a Pagar	57:755\$900
Seguro de Vida	1.480:530\$000
Assistencia Social	112:647\$300
Associação dos Funcionarios Publicos	6:542\$000

<b>Apolices de Consolidação Sorteadas</b>	<b>9:400\$000</b>	
<b>Premios de Apolices Sorteadas</b>	<b>43:400\$000</b>	
<b>Ações do Banco do Estado do Paraná a integralizar</b>	<b>2.280:600\$000</b>	<b>22.758:457\$300</b>
<hr/>		
<b>III — CONTAS DIVERSAS</b>		
<b>Contas correntes</b>	<b>161:216\$700</b>	
<b>Construção Estrada Curitiba-Jacaré-zinho</b>	<b>121:890\$300</b>	
<b>Reserva para o Serviço do Empréstimo Externo de 1928</b>	<b>809:455\$800</b>	
<b>Fundo de Amortização do Empréstimo interno de 1935</b>	<b>457:985\$000</b>	
<b>Fundo de Amortização do Empréstimo interno de 1934</b>	<b>2.393:228\$500</b>	
<b>Justiça Eleitoral</b>	<b>1:582\$700</b>	
<b>Chefatura de Polícia</b>	<b>54:218\$200</b>	
<b>Creditos em Suspensão</b>	<b>12:548\$200</b>	
<b>Dívida Interna Amortizada</b>	<b>403:200\$000</b>	<b>4.415:325\$400</b>
<hr/>		
<b>IV — CONTAS DE COMPENSAÇÃO</b>		
<b>Emissão de Estampilhas</b>	<b>8.185:433\$000</b>	
<b>Emissão de Sêlos de Beneficencia</b>	<b>2.403:717\$900</b>	
<b>Emissão de Sêlos de Reajustamento Economico</b>	<b>9.690:955\$900</b>	<b>20.280:106\$800</b>
<b>Credores por Valores Depositados</b>	<b>2.225:997\$100</b>	<b>22.506:103\$900</b>
<hr/>		
<b>V — EXERCICIOS FINDOS</b>		
<b>Saldo do Exercício de 1935</b>		<b>9.098:252\$400</b>
<b>VI — PATRIMONIO</b>		
<b>Valôr do Patrimonio Líquido</b>		<b>27.627:555\$000</b>
<hr/>		
		<b>263.508:907\$400</b>



## ECONOMIA

A exportação paranaense no ano findo, subiu, em valor, a 139.557 contos de réis, contra 118.141 contos em 1934 e 80.470 contos em 1933. Em relação ao ano de 1933, houve um aumento de 59.087 contos e, em comparação a 1934, o excesso foi de 21.416 contos.

São algarismos bem expressivos e que demonstram a prosperidade do nosso Estado. É preciso que se diga, ainda, que a exportação em valor não reflète com exatidão o aumento da exportação, pois é sabido que em 1935 todos os produtos baixaram consideravelmente de preço em relação a 1934 e mais ainda, quando comparado com 1933. Assim, se o aumento em valor foi grande, mais significativo ainda o foi em volume.

Outro aspecto que é preciso destacar para realçar a importância do comércio exportador do Paraná, é o que se refere ao valor da exportação na estatística estadual.

Esta toma o valor da pauta estadual adotada para cobrança do imposto de exportação e não o real. O valor da pauta é sempre muito inferior ao valor real ou comercial do produto, pois não desejando o Governo onerar os artigos, mas estimular a produção, adota oficialmente preços abaixo dos que na realidade vigoram. Um exemplo basta para mostrar a grande diferença. A banha, que durante o ano foi vendida sempre por preço superior a Rs. 3\$000 o quilo, teve o valor oficial de Rs. 1\$300. E assim todos os demais. De sorte que, quando na estatística estadual de 1935, a exportação paranaense figura com 139.557 contos de réis, em verdade ela é bem superior; talvez mesmo o dobro. Daí a discordância entre as estatísticas estadual e federal. Esta se refere ao valor real a bordo. Mais uma vez ressalta, pois, a necessidade da coordenação e uniformização dos sistemas estatísticos, em tão boa hora empreendida pela Convenção Nacional de Estatística, por sugestão dos Exmos. Snrs. Presidente da República e Ministro das Relações Exteriores.

Os produtos básicos da exportação paranaense continuam sendo a erva-mate, o café e a madeira. No ano findo, a exportação assim se representou:

Erva-mate	34.831 contos de réis
Café	20.119 " "

# Resultado do Exercício de 1936 (primeiro semestre)

RECEITA		DESPESA	
<b>RECEITA ORDINARIA</b>		<b>PODERES DO ESTADO</b>	
Imposto de exportação de erva-mate beneficiada . . . . .	542:139\$400	Poder Executivo . . . . .	36:000\$000
Imposto de exportação de erva-mate cancheada . . . . .	635:683\$300	Poder Legislativo . . . . .	
Imposto de exportação de madeira . . . . .	932:791\$800	Poder Judiciário . . . . .	425:075\$900
Imposto de exportação de café . . . . .	1.368:327\$000	<b>SECRETARIA DO INTERIOR E JUSTIÇA</b>	
Imposto de exportação de algodão . . . . .	74:288\$900	Gabinete do Secretario . . . . .	15:923\$700
Imposto de exportação de gado . . . . .	141:408\$400	Portaria . . . . .	7:144\$100
Imposto de exportações diversas . . . . .	647:002\$800	Departamento do Expediente e Protocolo Geral . . . . .	22:674\$700
Imposto de Indústrias e Profissões . . . . .	2.064:233\$500	Departamento do Interior e Arquivo Público . . . . .	50:170\$300
Imposto de Líquidos Espirituosos . . . . .	728:183\$700	Departamento de Justiça . . . . .	24:156\$900
Imposto de Transmissão de Propriedades . . . . .	1.398:305\$100	Despesas Gerais da Secretaria do Interior . . . . .	22:645\$600
Imposto Territorial . . . . .	520:394\$500	Palacio do Governo . . . . .	42:406\$100
Imposto de Arrematações Judiciais . . . . .	13:454\$800	Secretaria da Assembléa . . . . .	44:123\$400
Imposto de Vendas e Consignações Mercantis . . . . .	1.321:093\$000	Secretaria da Corte de Apelação . . . . .	23:680\$100
Imposto de Selo . . . . .	773:843\$500	Procuradoria Geral da Justiça . . . . .	26:397\$700
Imposto adicional de 20% sobre os §§ 8 a 12 e 17 . . . . .	998:553\$900	Forum da Capital . . . . .	4:865\$500
Taxa Ouro sobre o café . . . . .	1.760:231\$800	Forum da Lapa . . . . .	2:250\$000
Taxa Judiciária . . . . .	31:384\$900	Forum de Ponta Grossa . . . . .	1:875\$000
Taxa de Estatística e Fiscalização . . . . .	638:983\$000	Forum de Rio Negro . . . . .	2:250\$000
Taxa proveniente de contratos diversos . . . . .	270:967\$400	Forum de Castro . . . . .	2:250\$000
Taxa de frequência em Ginasios e Esc. Normais . . . . .	60:547\$500	Justiça . . . . .	289:543\$400
Taxa de Beneficência . . . . .	146:693\$700	Justiça Eleitoral . . . . .	8:334\$800
Venda e Legitimação de Terras . . . . .	108:680\$500	Conselho Penitenciário . . . . .	
Vendas e Aluguéis de Próprios do Estado . . . . .	23:083\$600	Policia Civil . . . . .	499:933\$500
Juros e Dividendo . . . . .	3:507\$500	Policia Militar . . . . .	1.524:397\$200
Taxa Sanitaria de Curitiba . . . . .	752:891\$700	Companhia de Bombeiros . . . . .	132:820\$200
Excesso de consumo d'agua — Curitiba . . . . .	37:279\$500	Educação e Ensino . . . . .	2.370:400\$000
Aluguel e concertos de hidrômetros — Curitiba . . . . .	41:409\$700	Saúde Pública . . . . .	499:473\$500
Instalações domiciliares — Curitiba . . . . .	254:018\$500	Assistencia Social . . . . .	163:200\$000
Taxa Sanitaria — Ponta Grossa . . . . .	168:269\$300	Museu Paranaense . . . . .	5:544\$000
Excesso de consumo d'agua — Ponta Grossa . . . . .	170\$200	Subvenções e Auxílios . . . . .	124:999\$700
Aluguel e concertos de hidrômetros — P. Grossa . . . . .	7:819\$500	Serviço em comum com o Município de Curitiba . . . . .	347:752\$600
Instalações domiciliares — Ponta Grossa . . . . .	32:466\$000		
Rendas da Exploração do Porto . . . . .	451:748\$400	<b>SECRETARIA DE FAZENDA, INDUSTRIA E COMERCIO</b>	
Renda de publicações, annuncios e assinaturas . . . . .	35:140\$200	Gabinete do Secretario . . . . .	15:600\$000
	16.975:043\$400	Portaria . . . . .	5:457\$000
<b>RECEITA EXTRAORDINARIA</b>		Departamento do Expediente e Protocolo Geral . . . . .	23:349\$100
Cobrança de impostos e taxas em atraso . . . . .	364:611\$100	Departamento de Contabilidade . . . . .	36:651\$200
Cobrança de dividas diversas . . . . .	7:004\$400	Departamento do Tesouro e Pagadoria . . . . .	79:812\$100
Restituição da taxa de 5sh. sobre o Café . . . . .	4.505:255\$500	Departamento de Rendas . . . . .	1.587:908\$000
Contribuição do Governo Federal para Educação e Saúde Pública . . . . .		Despesas Gerais da Secretaria . . . . .	19:702\$300
Multas diversas . . . . .	237:722\$400	Procuradoria da Fazenda . . . . .	45:700\$200
Rendas não discriminadas . . . . .	2.631:062\$300	Almoarifado Geral do Estado . . . . .	19:366\$000
	7.735:655\$700	Junta Comercial . . . . .	8:056\$000
<b>RECEITA COM APLICAÇÃO ESPECIAL</b>		Gratificação Especial . . . . .	57:627\$700
Imposto sobre combustíveis . . . . .	497:572\$800	Pessoal Inativo . . . . .	991:397\$000
Imposto de Reajustamento Economico . . . . .	3.137:597\$300	Pessoal em disponibilidade . . . . .	16:203\$900
Imposto para serviço classificação de algodão . . . . .	1:267\$700	Pessoal do quadro suplementar . . . . .	10:135\$000
Contribuição dos Municípios para o Departamento de Assistência Técnica . . . . .	3:557\$600	Pensões . . . . .	20:926\$200
Contribuição da Prefeitura da Capital para manutenção da Guarda Civil e Inspeção de Veículos . . . . .	291:686\$500	Seguros de próprios estaduais . . . . .	14:737\$500
Contribuição dos Municípios para a Instrução . . . . .	28:247\$700	Seguros contra accidentes no trabalho . . . . .	31:032\$100
Quota de fiscalização de contratos . . . . .	27:200\$000	Restituições e reposições . . . . .	199:197\$300
Quotas de Previdência . . . . .	30:962\$800	Exercícios findos . . . . .	15:800\$000
Adicional de 10% sobre os direitos aduaneiros . . . . .	132:988\$700	Organização da administração . . . . .	28:952\$100
	4.151:061\$100	Benefícios na zona cafeeira . . . . .	10:000\$000
		Comissão de Estudos Financeiros e Economicos . . . . .	1:607\$000
		Camara de Propaganda e Expansão Comercial . . . . .	12:111\$000
		Departamento de Assistência Técnica aos Municípios . . . . .	807:008\$300
		Serviço da Dívida Externa . . . . .	2.804:093\$400
		Serviço da Dívida Interna Consolidada . . . . .	
		<b>SECRETARIA DE OBRAS PUBLICAS, VIAÇÃO E AGRICULTURA</b>	
		Gabinete do Secretario . . . . .	2:800\$000
		Portaria . . . . .	3:000\$000
		Departamento de Expediente e Contabilidade . . . . .	19:533\$000
		Departamento de Obras e Viação . . . . .	1.605:937\$100
		Departamento de Agricultura e Estatística . . . . .	117:050\$700
		Departamento de Terras e Colonização . . . . .	57:448\$500
		Despesas Gerais da Secretaria . . . . .	20:732\$200
		Departamento de Água e Esgotos . . . . .	837:823\$000
		Porto de Paranaguá . . . . .	583:626\$600
		Escola de Trabalhadores Rurais "Dr. Carlos Cavalcanti" . . . . .	67:908\$900
		Escola de Reforma (Secção Masculina) . . . . .	22:915\$900
		Conselho de Transportes . . . . .	
		Teatro Guaíra . . . . .	1:856\$000
		<b>SUPERAVIT</b>	
			11.919:937\$800
<b>TOTAL</b> . . . . .	<b>28.861:760\$200</b>	<b>TOTAL</b> . . . . .	<b>28.861:760\$200</b>
<b>DIVIDA GERAL DO ESTADO</b>		1932 . . . . .	199.892:574\$600
A divida geral do Estado, escriturada na Contabilidade, sofreu a flutuação seguinte:		1933 . . . . .	192.014:509\$900
1930 . . . . .	198.563:240\$200	1934 . . . . .	192.418:058\$500
1931 . . . . .	201.412:012\$700	1935 . . . . .	192.170:387\$300

Para maior clareza damos o quadro demonstrativo das responsabilidades do Estado de 1930 a 1935





## ERVA-MATE

A erva-mate, que vinha sofrendo baixas contínuas no seu preço e na sua exportação, e que se agravaram a partir de 1932, experimentou uma sensível melhora no preço e no movimento dos seus negócios, desde que foi posto em execução o decreto n. 200, de 18 de fevereiro de 1935, que limitou a produção e fixou os tipos negociáveis, com o objetivo de melhorar a qualidade. Estas medidas resultaram do acôrdo que temos assentado com os nossos vizinhos e foram tomadas simultaneamente pelos governos de Santa Catarina e Paraná. O governo catarinense tem emprestado sua inteira solidariedade á campanha que juntos vimos sustentando para melhorar a situação da economia ervateira.

Ainda agóra na criação do Instituto Nacional do Mate, pelo qual vimos propugnando e está em vias de concretização, como meio capaz de disciplinar e expandir o comercio de exportação da nossa erva. Santa Catarina tomou posição de destaque e mais uma vez demonstrou o seu espírito de colaboração na solução do problema ervateiro.

Se por um lado é auspiciosa a situação da erva-mate, por outro se desvanecem certas esperanças. A Argentina, depois de um longo periodo de animação á cultura da erva-mate, vem auferindo as vantagens dessa politica e já agora quasi dispensa os volumes que antes importava do Paraná e de Santa Catarina. Esta é uma das principais causas do declínio da exportação do ouro verde. O Rio Grande do Sul, mantendo a taxa bromatologica de 300 rs. por quillo, que outra cousa não é senão a proibição da importação das ervas paranaenses e catarinenses, faz desaparecer um importante mercado consumidor da erva mate do Paraná.

O Govêrno paranaense não se tem descurado desse assunto e constantemente apela para o seu colega gaúcho, no sentido de revogar essa absurda disposição, sem contudo lograr êxito.

O govêrno paranaense instado para decretar medidas derepresália contra os produtos riograndenses, tem resistido ás insinuações para que não se acuse o Paraná de sentimentos inamistosos e porque ainda espera que o Rio Grande do Sul volte atraz no ato que dirétamente feriu o nosso Estado.

## MADEIRA

A produção e o comércio da madeira tiveram grande desenvolvimento nos últimos tempos. A procura acentuou-se de modo notável e as cotações elevaram-se a níveis não atingidos desde 1924 e 1925. Intensificou-se o trabalho nas serrarias e numerosas outras foram instaladas, apresentando-se francamente animadores os negócios de madeira. A exportação em 1935 ultrapassou de muito a de 1934.

O imposto de exportação de madeira que em 1934 atingira a . . . . 1.078:942\$800, elevou-se no ano findo, mantidos os mesmos impostos, a 1.526:676\$900 com aumento, portanto, de Rs. 447:734\$100 ou cêrca de 42%.

Observando as flutuações e a marcha dos negócios da madeira, convenceu-se o Governo de que não seria possível a expansão da indústria e a conquista de novos mercados sem a padronização do produto. Em perfeita união de vistas com a entidade representativa da classe dos produtores, que é o Sindicato Patronal dos Madeireiros, o Governo elaborou e poz em execução a estandarização dos diferentes tipos de madeira.

Essa medida desejada por todos os que teem interêsse ligado á indústria da madeira, foi recebida com gerais aplausos e os seus resultados benéficos se refletem também na economia publica, como é faeil compreender.

## ALGODÃO

Tem sido constante preocupação do Governo, o incremento e o aperfeiçoamento da cultura do algodão. Todos os esforços teem sido empregados para cercar a lavoura do ouro branco do maximo cuidado. Como não dispunha o Estado de uma organização agricola eficiente, recorreremos, no ano findo, ao auxilio de São Paulo, que nos forneceu sete mil (7.000) sacos de sementes seleccionadas e expurgadas, a preço de custo. Com estas foi feita intensa distribuição aos lavradores e proibido terminantemente o plantio com sementes que não tivessem garantia de boa procedencia. Uma série de outras medidas de caracter tecnico-agricola foram tomadas, ás vezes contra forte opposição de lavradores retrógrados. Os efeitos da assistencia e da fiscalização técnicas

do Estado foram os melhores. A produção algodoeira, conquanto ainda diminuta, pois que a safra de 1935-36 não excederá de 6.000 toneladas, é a melhor que já se colheu no Paraná e quasi completamente isenta de defeitos e pragas.

Em virtude do acôrdo assinado em 9 de janeiro deste ano, com o Ministerio da Agricultura, está definitivamente funcionando no Estado o Serviço de Plantas Têxteis, com uma secção de fomento e outra de classificação. Já a safra 1936-37 está sendo dirigida segundo o plano do acôrdo do algodão. Com as providencias tomadas, abundante e de boa qualidade promete ser a lavoura desta malvacea na safra que ora se inicia, sendo de esperar que haja materia prima para as 8 maquinas de beneficiamento de algodão existentes no Estado.

#### CAFE'

A politica cafeeira, como se sabe, é dirigida pelo Govêrno Federal que a executa por intermedio do Departamento Nacional do Café (DNC). A ação do Govêrno do Estado neste setor é, por isso mesmo, restrita e secundaria. Dentro das linhas mestras traçadas pelo D. N. C., o Estado apenas age procurando defender a sua economia e suavisar para os seus lavradores e comerciantes, os efeitos das medidas drasticas que o interesse nacional reclama. O Paraná como bom filho e bom irmão, suporta com estoicismo todos os sacrificios e todas as experiencias que se lhe impõem, em nome dos interesses cafeeiros, embora suas condições economicas em relação ao café não se assemelhem ás dos Estados de pequeno rendimento agricola, alto custo da produção e volumosos stocks invendaveis.

Através de mensagens, informações, publicações e debates durante o Convenio Cafeeiro de julho de 1935, já aprovado por essa ilustre Assembléa, pela lei n. 23, de 17 de outubro, estais perfeitamente inteirados da materia cafeeira, razão pela qual poupo de me estender em considerações fastidiosas sobre a complexa questão do café.

Dentro dos escassos recursos financeiros, tem o Estado procurado corresponder á ponderavel contribuição do café para os cofres publicos, dotando a zona cafeeira de melhoramentos materiais e disseminando a justiça, a segurança, a instrução e o saneamento e dando á lavoura toda a assistencia que lhe é possivel.

O café e o algodão tem lá aparelhamentos especiais de defesa e proteção, representados pelo Serviço Técnico do Café e pela Sub-Assistência ao Serviço do Algodão.

As outras culturas, sempre que apelam para o poder público, tem sido satisfeitas em suas solicitações. É claro que tudo faremos dentro das modestas proporções do nosso departamento agrícola, pois não podemos dar á agricultura o que dão outros Estados mais ricos e que levam sobre nós dezenas de anos de adiantamento.

Para servir e desenvolver a zona, dotando-a de transporte ferroviário, o Estado auxiliou fortemente a construção da linha ferrea da Companhia Ferrovária São Paulo - Paraná, cedendo-lhe gratuitamente milhares de hectares das mais ricas e famosas terras roxas do seu patrimonio.

No que respeita a estradas de rodagem, todo o empenho faz o Governo em manter em bom estado de tráfego as suas rodovias, constantemente melhoradas. A região está atualmente cortada de boas rodovias em todos os sentidos e novas estradas estão sendo abertas para facilitar a circulação dos transportes.

Enquanto em todas as outras regiões do Estado, as obras publicas foram reduzidas e até suprimidas para desafogar as finanças publicas, no Norte, na zona cafeeira, os serviços prosseguiram sempre com normalidade e veem sendo intensificados cada vez mais.

A 3.ª Residencia do Departamento de Obras e Viação, em Jacarezinho, trabalhou em 1934 com um engenheiro e um auxiliar técnico. No ano corrente trabalham ali sete (7) engenheiros, além de um corpo de funcionarios de escritorio e auxiliares.

As estradas todas estão em magnificas condições de trafego e são os proprios fazendeiros que o atestam.

Numerosas são as edificações publicas na zona do café e serão pormenorizadamente descritas no capítulo proprio. Entre estas destaca-se o majestoso edificio para a Escola Normal, em Jacarezinho, cuja construção está orçada em Rs. 620:000\$000.

Visando abrir uma comunicação da região com o sul e o centro do Estado, para melhor propiciar o seu progresos, está o Governo construindo a ligação de Jacarézinho com Curitiba por Joaquim Murinho





Essa importância foi recebida em dinheiro e em promissórias, a maior parte das quais ainda não se venceu.

Para o ano corrente, a renda extraordinária do café será bem inferior á de 1935.

Em algumas fazendas de café, tem-se verificado a falta de braços, não sendo porém esse fenomeno de ordem geral e intensa porque é consideravel a corrente de imigrantes, colonos e trabalhadores rurais que ali aportam, vindos principalmente de São Paulo, Minas e do Norte do Brasil. O Governo preocupa-se com o assunto e tem interferido para compensar a deficiencia de braços, porém o problema é complexo e geral. São Paulo, Estado rico e poderoso, apesar das elevadas somas dispendidas, não tem conseguido suprir a falta de trabalhadores agricolas e luta com maiores dificuldades do que nós.

A par da deficiencia de pessoal para a faina rural que se nota na zona do café, ha a considerar outro fator importantissimo para a boa harmonia e normalidade do trabalho nas propriedades agricolas.

Refiro-me ás relações entre empregadores e empregados. Já é tempo de se estatuir em lei as obrigações, os deveres e os direitos reciprocos que devem reger as relações entre o trabalhador rural e o fazendeiro, atendendo-se ás circunstancias e ás condições do trabalho nas fazendas de café do Paraná.

Sendo materia da competencia dos representantes do povo, apenas desejo lembrar a conveniencia de ser, com brevidade, elaborado um código, criando o Patronato Agrícola, órgão coordenador e diretor das relações entre o trabalhador rural e o proprietario agrícola. Com isso desapareciam as divergencias e animosidades que ás vezes surgem entre duas classes, igualmente merecedoras do acatamento do poder publico.

Consoante antiga disposição adotada pelo Departamento Nacional do Café, o café paranaense tem a liberdade de se escoar pelo porto de Santos, até a quantidade maxima annual de 84.000 sacas. O Governo do Estado, apesar de ter interêsse e até formal obrigação de dar movimento ao Porto de Paranaguá, que tantos sacrificios lhe custou e de saber que cada saca de café que é transportada pelo interior do Paraná até seu porto, deixa á economia paranaense cerca de Rs. 8\$000 mais do que quando sai por Santos, não quiz até hoje restringir a quôta que

o D. N. C. estabeleceu. Entretanto, esta restrição bem poderia ser feita sem afetar interesses individuais, que, aliás, nunca devem se sobrepor aos da coletividade e do Estado. Entre outros motivos, justificaria essa medida o fato de não ter sido aquela quôta utilizada, apesar de franqueada. Durante o ano de 1935, apenas 50.112 sacas se escoaram por Santos, quando 84.000 poderiam ter se encaminhado para aquele porto. Nos 6 meses — Janeiro a Junho — deste ano, a saída foi somente de 13.674 sacas, contra uma quôta disponível de 42.000.

E' a prova inequívoca de que a quôta vigente é suficiente e o café tem tido liberdade para escolher o seu porto de embarque, mau grado a exportação por Santos venha ferir os interesses da economia paranaense.

Reconhecemos todos que sobre o café recaem pesados ônus, não por culpa do governo paranaense, que até tem diminuído os impostos estaduais sobre esse produto, mas como consequencia da politica de defesa da economia cafeeira.

E' certo que, atualmente, a partir de 1.º de janeiro deste ano, cada saca de café exportado para o estrangeiro, dá ao tesouro estadual Rs. 24\$000, sendo Rs. 15\$000 da taxa 5 shillings e Rs. 9\$000 de impostos diversos. Dessa renda apenas 9\$000 são constantes e certos. A taxa de 5 shillings é toda eventual e com ela não contará o tesouro além de 1937, se antes não lhe for dado destino diverso, como já tem sido tentado por mais de uma vez no Senado Federal e na Camara dos Deputados. E dessa receita emprega o Estado uma grande parte em benefício da propria zona cafeeira.

Poder-se-á argumentar que considerados sómente os 9\$000, é o imposto ainda muito elevado em relação a São Paulo e Minas Gerais, embora seja equivalente ao do Espirito Santo e talvez de outros. Mas não devemos esquecer que, no Paraná, as condições de fecundidade do sólo de produtividade, de custo de produção, de frete ferroviario, de modicidade do preço da terra e do imposto territorial, de isenção do de vendas mercantis e o pronto transporte para o Porto de Paranaguá sem as demoras de retenção a que estão sujeitos os cafés que saem pelo porto de Santos, compensam de certo modo o imposto de exportação mais alto que o de São Paulo e Minas Gerais. Além disso, o Paraná precisa de fundos para criar e alargar o credito agricola pelo Banco



do Estado, de armazens, de meios de transportes, de ampliações no cais do seu porto e de outros melhoramentos em beneficio do proprio café.

Entretanto, como já declarei ha pouco tempo a um orgão de publicidade desta Capital, julgo aconselhavel uma diminuição razoavel dos impostos, que óra gravam o café, a partir de janeiro de 1937. Essa redução, porém, deverá revestir-se do caracter de bonificação, de modo que os impostos póssam ser integralmente restabelecidos, desde o momento em que o Governo Federal alivie ou extinga as taxas de defesa: a de 10 e a de 5 shillings. E aproveitando-se o ensejo para atrair para a economia paranaense uma maior contribuição, a bonificação deverá ser concedida ao café que transitar pelas vias estadoais de transportes, pelos armazens ou cais do Estado, em Paranaguá, e que por tais motivos deixa beneficios diretos e indirétos á coletividade paranaense e ás rendas publicas.

Aquele que da zona de produção se desviar lógo para fóra do Estado e assim se esquivar de circular pelo seu territorio, negando-se portanto a concorrer para a economia paranaense, não gozará de bonificação alguma.

#### OUTROS PRODUTOS

Como já vimos quando tratamos da exportação, variada é a produção agro-pecuaria do Paraná.

Entre os produtos agricolas é a batata atualmente um dos principais. O maior centro produtor é Irati, que exportou mais de 500 vagões de batata na ultima safra. Vem depois Araucaria, Rio Azul, Malé, Rebouças e Quatiguá. Essa cultura tende a tomar grande desenvolvimento, razão pela qual o Governo tomou a deliberação de orienta-la e assisti-la tecnicamente. Para esse fim está construindo em Irati uma Camara de expurgo, vai fundar um campo experimental e varios de multiplicação de sementes. Está fornecendo aos lavradores 100 toneladas de sementes seleccionadas, vindas do Rio Grande do Sul, especialmente para o Estado e já fez á Alemanha uma encomenda de 200 toneladas de batata de alta linhagem, para disseminar entre nossos agricultores.

Todo o empenho faz o Governo em fomentar a agricultura e a pecuaria, pois está convencido que da terra promana a produção que fará a riqueza e a prosperidade economica do Paraná.

No que respeita á agricultura, necessita o Estado urgentemente de maiores dotações para o Departamento de Agricultura, para que possa bem cumprir as suas altas e relevantes finalidades. As verbas atuais não permitem o desenvolvimento dos seus serviços e tem sido a causa da limitada ação oficial no campo das atividades agro-pecuarias.

Por força do acôrdo recentemente assentado no Rio de Janeiro, entre o Ministerio da Agricultura e as Secretarias de Agricultura dos Estados, passarão a estas importantes serviços até aqui mantidos exclusivamente pela União nos Estados. Para os serviços que forem criados ou continuarem sob a direção federal, terá o Estado que concorrer com 1/3 das despesas.

Essa coordenação de serviços, incontestavelmente bem inspirada, importa para o Paraná em um aumento de despesas e na reorganização do seu aparelhamento administrativo, que superintende a agricultura.

As industrias, como poderosas fontes de riqueza e de progresso material dos povos, mereceram do Governo apoio e estímulo. Franco é ainda o conjunto industrial do Estado, mas atendendo-se á variedade e abundancia das materias primas vegetais e minerais que possui, bem lógo assistiremos um notavel surto industrial do Paraná.

Os projéto de grandes exportações de ferro, carvão, papel, celuloze, cimento, ouro, tanino, tecidos de algodão, farinha de trigo e outros produtos cuja existencia no Paraná está constatada, estão passando da fase de estudos para a da realização pratica e breve grandes industrias estarão aqui funcionando.

#### OBRAS PUBLICAS

O ano de 1935 caracterizou-se pelo cunho novo dado a todas as atividades administrativas, especialmente ás obras publicas. Desde as instalações internas dos departamentos, até os métodos de trabalho passaram a uma nóva fase. As repartições que antes se alojavam em compartimentos apertados e escuros, desprovidos de moveis, de ar e de luz, passaram a funcionar em amplas e bem arejadas salas, com mobiliário novo ou renovado, adequado ás suas finalidades e onde o funcionario exerce sua atividade num ambiente agradável e higienico.

A distribuição equitativa e sensata das verbas, aos diversos departamentos, foi uma inovação de alto alcance. Os chefes de serviço adqui-

riram mais autonomia e obtiveram maior liberdade de ação, mas em compensação peza-lhes hoje, uma responsabilidade efetiva muito maior e mais séria do que em outros tempos. Autonomia e responsabilidade são os dois pólos entre os quais o diretor ou chefe de repartição tem que pautar sua ação.

O pagamento das contas rigorosamente em dia, como hoje é feito, foi outro fator da grande eficiência a que atingiram os serviços públicos, mormente os de obras publicas.

Hoje, o fornecedor ou locatario, não mais espera os interminaveis meses e anos, para receber o pagamento, muitas vezes em títulos desvalorizados, daquilo que forneceu ou dos serviços que prestou ao Estado, como antigamente acontecia e era a causa do encarecimento dos fornecimentos e dos serviços publicos. Atualmente, o Estado é dos melhores, senão o melhor cliente para se lhe vender materiais ou locar serviços. Todos que antes fugiam das relações comerciais com o Governo estadual ou com êle só negociavam por preços bem maiores que os correntes, hoje disputam-lhe a preferência nas suas compras e nos seus contratos de obras.

No setor das obras publicas, não deixou de influir a politica de sévêra economia nos gastos publicos, que se traçou o Governo com o fito deliberado de regularizar e equilibrar as finanças estaduais, encontradas no mais completo estado de desmantêlo.

As verbas destinadas ás obras publicas foram escassas e muito aquem das necessidades reclamadas. O programa de 1935 restringiu-se mais á conservação e reforma do que a construções nôvas.

**EDIFICAÇÕES** — Dentre as edificações concluidas em 1935, diversas das quais iniciadas ainda em 1934, farei menção de algumas.

A Escola de Aprendizizes Artifices foi de todas a maior e a mais importante. O Governo do Estado levantou esta admiravel obra em terreno de sua propriedade, na esquina da Avenida Sete de Setembro com Desembargador Westphalen, adquirido em 1929, pela quantia de Rs. . . . 170:000\$000. O edificio, hoje um dos mais belos e amplos desta Capital, tem capacidade para ministrar instrução primaria e ensino profissional a 600 alunos semi-internos do sexo masculino. As salas de aulas, como as oficinas, o páteo de recreio, a residencia do diretor, o refeitório e demais dependencias, servem magnificamente aos fins objetivados.

O custo da construção elevou-se a Rs. 976:356\$800, tendo o Governo Federal concorrido com Rs. 500:000\$000.

Lógo após a conclusão das obras fez-se para ali a transferencia da Escola Federal de Aprendizizes Artífices, que a partir de fevereiro deste ano, passou a funcionar no prédio estadual recémconstruido, independentemente do pagamento de qualquer aluguel.

Devotado sempre ao ensino profissional, que reputo um dos fatores capazes de fazer a grandeza economica do Paraná, construi a "Escola de Trabalhadores Rurais Carlos Cavalcanti" prédio moderno e majestoso, situado no arrabalde do Bacacheri, destinado ao preparo intelectual e profissional-rural dos menóres desamparados. Ali os internados do extinto Abrigo de Menores, recebem instrução primaria e noções práticas de agricultura, familiarizaram-se com o tratamento e a criação dos animais domesticos, aprendem a trabalhar em industrias caseiras e rurais e em outros officios. A Escola está no centro de uma área de 20 hectares de terras cultivaveis, com cavalariças, poeilgas, silos e outras instalações para os animais de serviço e de aprendizagem.

Todo o conforto e higiene foram ministrados aos internados, professores e empregados. Ali se formarão os futuros condutores do trabalho rural ou os feitores das fazendas agricolas e pastoris. A capacidade é para 200 alunos internos e já está esgotada, não havendo mais vagas. Poderão entretanto ser admitidos até 600 alunos externos.

No ano findo, ficou concluida a construção da "Escola Correccional da Ilha das Cóbras", em Paranaguá, com capacidade para abrigar 80 detentos. O prédio bem instalado, dotado de todo o conforto e higiene, é suscetível de ser adaptado a uma "Escola de Pesca", cuja criação estou providenciando, com o fito de dar aos nossos praleiros e aos reclusos de bom comportamento, a oportunidade de aprenderem uma profissão rendosa e util á sociedade.

Iniciados em 1934, ficaram completamente concluidos em 1935 os grandes grupos escolares "Vicente Machado" e "Julio Teodorico", nas cidades de Castro e Ponta Grossa, respectivamente.

Dentro das exiguas verbas, foram ainda construidos predios de madeira para os póstos fiscais dos portos Pau Dalho, Braulio, Gil e Barreiro, e de alvenaria em Paranai; casas escolares em S. João da Graçiosa, Santa Rita, Reserva e Campina Grande; ampliações no grupo es-

colar Brasílio Machado em Antonina, no Departamento de Agua e Esgotos, da Capital e no Porto de Paranaguá.

Todos os edificios publicos tiveram conservação permanente e muitos foram os que experimentaram refôrmas e ampliações. A despesa com o serviço de conservação de prédios publicos atingiu a Rs. 217:724\$100.

## **ESTRADAS**

### **CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS**

Os trabalhos de conservação da rêde de estradas estadoais, sem embargo da restrita verba orçamentaria, desenvolveram-se com toda a regularidade e eficiencia. Mantiveram-se em bom estado de trafego os 3.092 quilometros de rodovias a cargo do Estado. A conservação não se limitou tão sómente a manter em bom estado o leito de rodagem. Numerosas foram as obras darte, correntes e especiais, construidas, longos trechos de leito de terra foram solidamente revestidos e diversas variantes executadas. De um módo geral, melhoraram consideravelmente quasi todas as estradas sob a responsabilidade do governo estadoal.

A produção teve transitio franco e seguro em todas as épocas do ano, não tendo chegado ao conhecimento do governo uma unica reclamação motivada pelo máu estado das rodovias.

Com a conservação de 3.092 quilometros, foram dispendidos em 1935, Rs. 1.365:136\$100. A despesa média anual da conservação (inclusive revestimentos e obras de arte de estradas antigas) montou a Rs. . . . . 441\$600 por quilometro, correspondendo á média de Rs. 36\$800 por quilometros mês, quóta essa assás económica.

No ano em curso, foi incrementado o serviço de revestimento e de refôrma das obras de arte antigas, para que possam as nossas velhas estradas satisfazer as exigencias da moderna industria de transportes com veiculos motorizados de grande peso.

Ao mesmo tempo, vai sendo adquirido para o Estado, aparelhamento mecanico, de módo que hoje já possuimos mais de uma officina mecanica, numerosos caminhões e automoveis de serviço, britadores, compressóres, niveladôras, tratôres e grande cópia de ferramentas e



instrumentos topograficos, achando-se assim o Governo servido de material para bem poder atender ás necessidades cada vèz maióres e mais urgentes do tráfeço rodoviario.

As ótimas condições de conservação das estradas, pôdem ser atestadas pelo surpreendente progresso economico do Estado, que sem boas estradas não poderia dar vazão aos seus produtos e fazer circular a sua riqueza a frêtes baixos e com presteza.

Pôde-se hoje com segurança e confôrto, percorrer todo o interior do Estado, de automovel, sem o risco dos constantes encalhes e das penósas travessias que caracterizavam as viagens nas estradas paranaenses, até ha pouco tempo. Notadamente na zôna cafeeira, são simplesmente magnificas as condições de trafego das suas estradas e o Governo tem dedicado especial carinho ás suas rodovias e pontes.

**CONSTRUÇÕES** — Implantou-se, definitivamente, na esfêra administrativa estadual o criterio de só se construirem estradas depois de prévios e acurados estudos. Obedecendo essa nórma, nem uma estrada como nem uma obra nóva é executada senão depois de demonstrada cabalmente a sua necessidade, a sua utilidade e mais do que isso, a sua viabilidade. Eliminou-se, de vez, da administração do Estado, o máu vêso de abrir estradas a pedido de interessados ou por influencia de partidos ou agremiações, do que resultavam sempre dispersão e descontinuidade na obra administrativa e sacrificios inuteis ao erario estadual. Qualquer estráda nóva a ser construida deve tambem obedecer ao plano geral de viação, subordinado aos interesses superiores do Paraná.

Ha série das estradas em construção, avulta como principal, a rodovia denominada Curitiba-Jacarézinho, cujo traçado na sua parte final se bifúrca entre Pirai e Joaquim Murinho, em dois ramos que vão ter a Jacarézinho e Cornelio Procopio ou Jataí, respectivamente.

Desnecessario é encarecer as altas vantagens e o grande alcance desta rodovia, do ponto de vista paranaense. Só uma comunicação facil e rapida, com o Norte, poderá levar até lá e manter vivo o prestígio do Paraná, óra pouco conhecido naquela região, que em grande parte, ainda vive sob a influencia econômica e política de S. Paulo. Zona rica, como raras o são, de um intenso e importante comercio, está praticamente ligada a S. Paulo, que aufêre todos os lucros e vantagens da im-



portação e da exportação da região, que se estende desde Ribeirão Claro, Carlopolis, Cambará e Jacarézinho até Londrina e S. Jeronimo.

Concluída a rodovia para Jacarézinho, far-se-á em 8 horas, a viagem da Capital àquela cidade, cujo percurso ôra é feito pelo trem expresso em 20 horas.

Entre Curitiba e Jataí, o encurtamento será de cerca de 300 quilômetros, comparado com o trajeto que atualmente se faz por via férrea.

Todos os gastos que se fizerem com essa rodovia estão sobejamente justificados e urge ativar os trabalhos para mais depressa realizarmos a ligação da Capital com a zona do futuro do Paraná.

Até 31 de dezembro, já estavam concluídos 11 1/2 quilômetros dessa importante rodovia, entre o Rio do Cérne e o Assunguí e durante este ano ficaram prontos mais 13 quilômetros. Com os últimos trechos entregues, a extensão construída atinge a 25 quilômetros, todos de estrada de 1.ª classe.

Na estrada tronco Curitiba-Jacarézinho, foi construída a ligação de Wenceslau Brás a S. José do Paranapanema, que já está entregue ao transito publico e pôde ser citado como um dos melhores trechos rodoviários do Estado. Continuando para o sul, em direção á Capital, foi atacada a secção S. José do Paranapanema-Cachoeirinha, que dentro de pouco tempo estará concluída. Para se vir de Jacarézinho a Curitiba (via Ponta Grossa), de automovel, está faltando sómente concluir o trecho Cachoeirinha-Joaquim Murinho, pelo qual, aliás, já se trafega em condições precárias, gastando-se atualmente 15 horas no percurso de Jacarézinho a Curitiba, através de ligações provisórias, sempre passando por Ponta Grossa.

Acaba de ser concluída e entregue ao transito publico a estrada de rodagem de Santo Antonio da Platina a Bandeirantes, que virá beneficiar uma zona altamente produtora e povoada e ao mesmo tempo encurtar a distancia entre as zonas tributarias da Réde de Viação Paraná-Santa Catarina e da Companhia Ferroviaria S. Paulo-Paraná. E' uma estrada toda construída em observancia ás mais rigorosas condições técnicas, permitindo o trafego de vehiculos a motor em qualquer tempe e com grande peso, desenvolvendo-se em uma extensão de 65 quilômetros.

No município de Campina Grande, foi construída uma seção de 15 quilômetros da estrada de Praia Grande ao Rio Pardo, que reais serviços vem prestando á zona por ela atravessada.

Em um grande numero de estradas, foram construídas numerosas obras de arte, dentre as quais sete (7) pontes na rodovia Sto. Antonio da Platina a Bandeirantes, treis (3) na de Joaquim Tavora e Sto. Antonio da Platina, quatro (4) na de Jataí a São Jeronimo treis (3) na de Jacarézinho a Ribeirão Claro, treis (3) na de Carlopolis a Ribeirão Claro, duas (2) na de Ribeirão Claro e Emidão uma (1) na de S. José da Boa Vista a Sengés, uma (1) na de Rio Branco a Cerro Azul e seis (6) pontilhões na de Curitiba a Morretes. Nas estradas secundarias, foram construídas balsas, nos lugares que não comportam pontes.

Dos revestimentos a macadam e pedregulho que estão sendo procedidos, destacam-se como mais importantes os das estradas Morretes a Paranaguá (30 ks.) e Ponta Grossa a Guarapuava, onde já está concluída a seção da Serra da Esperança. Prossegue gradativamente o revestimento a paralelepipedo da estrada de Curitiba a Antonina, no alto da Serra.

Ha poucos dias, foi iniciada a macadamização completa da estrada Jacarézinho-Ribeirão Claro, na extensão de 35 quilômetros, estando orçada em Rs. 1.000:000\$000 a despesa com esse grande melhoramento.

Em julho findo, foi iniciada a locação da estrada Cerro Azul-Pedra Preta, cuja construção será atacada muito breve. Construída essa estrada, que terá 26 quilômetros de percurso, a produção de Cerro Azul poderá se escoar facilmente pela estrada da Ribeira, em demanda de Curitiba ou de S. Paulo. Cerro Azul terá então uma comunicação fácil com os grandes centros populosos e independente da estrada Rio Branco-Cerro Azul, que por seu máu traçado, tem sido um entrave ao progresso daquele município.

Ainda este ano, tenciona o Governo dar inicio a 3 grandes empreendimentos, com os quais muito lucrará o Paraná e que contribuirão notavelmente para o seu progresso economico.

São eles, a grande ponte de concreto armado em União da Vitoria, sobre o Rio Iguaçu; a reconstrução e retificação da estrada de rodagem de Guarapuava a Fós do Iguaú e a construção da estrada de rodagem de Palmeira a Iraí.

Da ponte sobre o Rio Iguaçu, já estão concluídos os estudos e orçamento, importando este em Rs. 800:000\$000, em numeros redondos.

O início da reconstrução da estrada de Fóz do Iguaçu depende do auxilio prometido pelo Governo Federal, que muito se interessa por essa via de caracter strategico e nacional.

A estrada Palmeira-Irati virá encurtar de muito a distancia entre Curitiba e o sul do Estado. Terminada esta e concluida a grande ponte sobre o Iguaçu, teremos aproximado União da Vitória, Palmas e Clevelandia da Capital, hoje separadas por grandes percursos inutilmente feitos.

Procurando dotar a região cafeeira do maior numero de melhoramentos e beneficia-la em correspondencia com a renda que o café dá ao erario estadual, intensificam-se, cada vez mais, as obras publicas em toda a zona norte do Estado.

Alem das mencionadas, estão ali em construção e em início as grandes pontes sobre o Rio das Cinzas e Laranjinha, na estrada Cambará-Jataí. Uma nova estrada concluiu-se ligando Sertanopolis á nova estação de Ipiroran, na estrada de ferro S. Paulo-Paraná. Duas turmas de exploração trabalham ativamente nos estudos e locação da ligação S. Jeronimo-Cacté-Pirai e bem adiantados estão os da estrada Cornelio Procopio-Congoinhas.

Entre as edificações em andamento ou prêtes a serem atacadas, na região cafeeira, com projéto e orçamentos já aprovados, contam-se a Escola Normal de Jacarézinho, orçada em Rs. 620:000\$000; os grupos escolares de Wenceslau Braz, Pinhalão, Sertanopolis, Londrina, Nova Dantzig e Rolandia, postos fiscais e casas de turmas. Outras construções não puderam ser atacadas, por falta de pessoal habilitado, pois, em virtude do grande numero de obras que o Estado realiza na região, ha absoluta escassês de pedreiros, carpinteiros e outros operarios especializados.

Na região central e sul do Estado, não menos ativamente se trabalha em obras de iniciativa oficial. Afóra as já enumeradas estão em construção o grupo escolar do bairro "Officinas" em Ponta Grossa, e dentro de poucos dias serão atacados os dois grandes grupos escolares de Irati e Rio Negro, cujos projéto e orçamentos já estão aprovados,

aguardando-se apenas que as respectivas prefeituras ponham os terrenos á disposição do Estado.

No Leprosario S. Roque, estão se construindo 2 pavimentos tipo Carville e outro para a administração ficou concluido ha pouco, todos com auxilio do Governo Federal.

**VIAÇÃO FÉRREA** — Durante o ano prosseguiram normalmente os trabalhos da Companhia Ferroviaria S. Paulo-Paraná, de concessão estadual. Os trabalhos atingiram o km. 236 + 600, onde se acha situada a estação de Rolandia, a 26 kms. adiante de Londrina (210 + 081).

O tráfego de passageiros e de cargas até essa estação, se faz com toda a regularidade. A Companhia concessionaria vem cumprindo com as suas obrigações contratuais e como está a sua linha avançada em relação ás exigencias do seu contrato, fez uma pausa em Rolandia, para, em brève, atacar a construção do trêcho final da sua concessão: Rolandia-Arapongas-Apucarana (Km. 320).

A pedido da Companhia, formualdo no ano findo, foram diminuidos os frêtes de um grande numero de mercadorias, o que veio favorecer o movimento comercial da região.

Por escritura publica, lavrada em 17-1-1936, foi transferido á União o acervo da Estrada de Ferro Oeste do Paraná ou Estrada de Ferro de Guarapuava, na importancia de Rs. 15.909:150\$000. A escritura foi feita sob condições, sendo as mais importantes: a) — a obrigação da União, concluir a construção ferroviaria até Guarapuava; b) — o direito do Estado de rehavet toda a estrada construida mediante indenização á União da quantia que dispendeu até a data da reversão; c) o compromisso do Estado de pagar os empreiteiros que construíram os trechos existentes e quaisquer outros credores. Até a presente data os créditos reconhecidos de empreiteiros e outros credores da Guarapuava, montam a Rs. 3.947\$392\$600.

Pensa o Governo pagar esse compromisso, assumido por disposições expressas do decreto n.º 967, de 23 de abril de 1934, em apolices da emissão de 20.000 contos, suplementar á de Consolidação e Uniformização da Divida.

Reconhecidos como estão estes créditos, a Procuradoria da Fazenda os vem aceitando em pagamento da Divida Ativa, de módo que ao

mesmo tempo que facilita a cobrança desta dívida, diminúe o "quantum" a pagar em apólices.

Imediatamente após a transferencia do acérvo da Estrada de Ferro de Guarapuava para o Governo Federal, a Rêde de Viação Paraná-S. Catarina tomou pósse da linha e dos bens, nomeando uma Comissão para a construção da linha férrea.

Os trabalhos de reconstrução dos trêchos existentes, reforço de pontos e outros, foram atacados e atualmente empregam sua atividade na E. F. de Guarapuava 200 homens, afóra engenheiros e pessoal de escritório.

A intensificação do serviço está dependendo do esperado emprestimo de 50.000 contos de réis em negociações, para a Rêde de Viação Paraná-S. Catarina ou de verba especial no orçamento federal.

Terminou a 28 de julho último, o praso de 30 anos, durante o qual o Estado estava obrigado por contrato, a pagar á Estrada de Férro Nórte do Paraná (antiga Estrada de Férro da Rocinha) a garantia de juros sobre o capital empregado.

Não podendo a Companhia sustentar o tráfeço daquela via férrea sem o auxilio da garantia de juros, mas não sendo permitido ao Estado se apossar do seu acérvo, mesmo em caso de rescisão do contrato, senão mediante pesados pagamentos, estuda o Governo, neste momento, uma fórmula de solucionar a questão, defendendo os magnos interesses do Estado, do melhor módo possível.

#### PORTO DE PARANAGUA'

Dentre as óbras de vulto e de grande repercussão na vida economica do Estado, realizadas nestes ultimos anos, destaca-se em primeiro plano, a construção do Porto de Paranaguá, com um magnifico cáis acostavel de 500 metros e 2 amplos e elegantes armazens de 2.000 m2 de área cada um.

Iniciada a sua construção em 1933, foram as óbras entregues definitivamente concluidas ao Estado, em março de 1935, pela firma construtora Christiani & Nielsen. A 17 de março do mesmo ano, teve lugar a inauguração do trafego provisorio do cáis, com a atracação do navio-

escola da marinha de guerra nacional, "Almirante Saldanha". As operações de carga e descarga foram pela 1.ª vez efetuadas no dia 19 do citado mês, com a atracação do navio brasileiro "Comandante Alcídio".

Iniciada assim, embora com caracter provisório, a exploração comercial do Porto de Paranaguá, foram pelo decreto n.º 370, de 18 do mesmo mês, criada a Administração do Porto e tomadas outras providências atinentes aos serviços portuarios.

Nesse regime provisório, prosseguiu a exploração do Porto pelo Estado até que, solicitada a autorização para a exploração regular e a aprovação das tarifas definitivas, pelo decreto federal n.º 419, de 8 de novembro, foi o Governo do Paraná autorizado a iniciar o tráfego definitivo do Cais do Porto, o que teve lugar no dia 22 de janeiro deste ano.

As tarifas portuarias e de armazens, elaboradas pelo Governo do Estado, foram aprovadas pela Portaria n.º 900, de 18 de novembro ultimo, do Snr. Ministro da Viação.

Durante o ano de 1935, o numero de navios e lanchas que atracaram ao cais, foi de 437, movimentando 54.471 toneladas de carga e produzindo uma renda bruta de Rs. 542:701\$800.

O movimento do porto, no corrente ano, progrediu tanto em volume como em receita, sendo das mais promissoras as perspectivas que se entreabrem ao unico porto paranaense aparelhado.

Sentindo a necessidade de mais um grande armazem na 1.ª linha do cais, acabo de contratar com a firma Christiani & Nielsen, a construção do armazem n.º 3, por Rs. 760:000\$000 — o qual é, em tudo, igual aos dois primeiros.

#### AGUA E ESGOTOS

O Governo do Estado tem a plena responsabilidade do abastecimento de agua e dos serviços de esgotos dos municipios da Capital e Ponta Grossa, em virtude de contratos com os mesmos lavrados. Aos demais municipios assiste com pareceres e orientação tecnica, quando solicitados expressamente. Assim, Lapa, Castro, Jacarézinho, S. Antonio da Platina e outros teem-se socorrido do departamento estadual especializado, sempre que dos seus conhecimentos e experiencia necessitam.

Os serviços de água e esgotos, como todos os serviços públicos estaduais, sofreram restrições de ordem financeira em 1935, dentro do plano geral de economia traçado para o restabelecimento do equilíbrio financeiro.

Esse o motivo porque não foi possível dar o desenvolvimento que estão a reclamar o abastecimento de água e os esgotos de Curitiba e Ponta Grossa.

Entretanto, não foi de modo algum sacrificada a manutenção regular, e satisfatória dos serviços que tão de perto dizem com o bem estar e a saúde das populações urbanas. Nenhuma reclamação de importância se registou no ano passado.

As linhas adutoras, as represas, os reservatórios e a rede distribuidora de água, tiveram uma conservação constante e sofreram sempre melhoramentos com reformas, substituições e ampliações exigidas pelas necessidades do serviço público. A adutora de Curitiba que, em 1933, sofrera interrupções durante 54 horas, em 1934 teve diminuída a suspensão de alimentação dos reservatórios para 23 horas e em 1935 apenas deixou de funcionar durante 14 horas, por motivo de acidentes.

#### REFORÇO DO ABASTECIMENTO DE CURITIBA

Buscando aumentar o volume líquido aduzido a Curitiba, construiu-se uma nova barragem para acumular a jusante as águas inaproveitadas dos rios Carvalho e Caiçava, ao lado da antiga estação elevatória. Remodelou-se esta, edificando-se uma nova casa de máquinas e instalou-se uma nova e potente máquina a vapor para acionar a bomba de recalque. Por este meio aumentou-se consideravelmente o volume suplementar de água ora injetado na adutora, em altura conveniente para vir a Curitiba, por gravidade. Com isto ficou muito reduzido o efeito das estiagens e a nossa Capital tem sido abastecida normalmente.

Em junho do ano próximo passado foram as obras inauguradas e desde então não temos sofrido tanta falta de água, como em certas épocas anteriores. O emprego dos hidrometros, em larga escala, como vimos fazendo, coibindo os abusos e os desperdícios, contribuiu para aumentar o volume de água disponível nos reservatórios e na rede distribuidora.



Contudo, a água aduzida mal supre as necessidades do consumo sempre crescente de Curitiba, consumo esse que, maior ainda seria, se fosse ampliada a rede de distribuição, que atualmente se estende a uma parte apenas, da zona urbana.

O problema é, pois, o do reforço do abastecimento da água. Com o aproveitamento das águas perdidas do Carvalho e do Caiguava, e recalçadas pela bomba a que me referi, nada mais há a fazer no tocante à captação dos mananciais da Serra do Mar. Todos estão integralmente aproveitados e ali não há mais reservas de água em nível superior a Curitiba.

Mistério é procurar água em outros pontos. O problema encontra sua solução no aproveitamento das águas do Rio Iguaçu, que passa perto desta Capital, solução essa que foi a sugerida pelo saudoso mestre da engenharia sanitária brasileira, Dr. Saturnino de Brito, quando em 1921 comissionado pelo então Presidente do Estado, estudou o problema da água para Curitiba.

O programa da captação, tratamento e elevação de água do Iguaçu não foi atacado ainda por falta de meios pecuniários. Diante porém da melhoria das finanças estaduais e da premência da falta de água, já determinei as providências e estudos preliminares para iniciar, no mais breve prazo possível, esse tão necessário e tão grandioso empreendimento, que virá resolver, por muitos decênios, o angustioso problema da insuficiência do precioso líquido à população curitibana, da qual apenas 48.900 habitantes ou 45%, gozam do conforto da água encanada.

#### RÉDE DE ESGOTOS DE CURITIBA

A rede de esgotos de Curitiba, funcionando já há 30 anos, ressentem-se também de defeitos técnicos, além do desgaste natural dos materiais. Na zona baixa da cidade os coletores nem sempre trabalham normalmente. Daí a necessidade urgente da construção de um coletor geral para esgotar a parte central, outro para a zona da Água Verde e um terceiro para a do Bacacheri.

No ano findo, não foi ainda possível dar início a esse programa de melhoramentos, porém no ano em curso vai ser atacada a construção do 1.º coletor geral, estando já as obras respectivas contratadas por Rs.

954:000\$000, com a acreditada firma Companhia Construtora Nacional S. A. (Wayss & Freytag).

Com a construção desse coletor geral, e enquanto não fôr levada a efeito a instalação da estação depuradora, será o efluente lançado "in natura" no Rio Belem, pouco além do Matadouro Municipal, zona deshabitada quasi por completo. Desse módo ficarão abandonados os atuais filtros depuradores, construídos tambem ha 30 anos e que não satisfazem ás suas finalidades, achando-se alem disso situados em zonas densamente habitada, cuja população dóravante ficará livre do máu cheiro que dali exála.

Concomitantemente, vão sendo feitas retificações, substituições e ampliações na rêde geral, porém sempre dentro do perimetro atual, evitando-se prolongamentos, enquanto a parte interna do perimetro não esteja completamente servida.

Menór ainda que a rêde de agua, é a de esgotos em Curitiba, pois sómente 5.925 prédios estão ligados aos coletores. Apenas 40% dos curitibanos gosam das vantagens de esgotos ligados á rêde geral.

#### RENDA DO SERVIÇO

A renda da taxa de agua e esgotos cresce continuamente, a ponto de já se poder pensar em realização de obras sanitarias, maióres, com o produto da propria taxa.

Esse crescimento resulta, em sua maior parte, das medidas punitivas póstas em pratica, na sua arrecadação.

Com grande êxito foi pósta em vigôr a penalidade da suspensão do fornecimento de agua áqueles que se tornarem notóriamente recalitrantes no não pagamento da taxa. Nem se compreende que, por um serviço industrial que o Estado executa, não lhe coubesse o direito de interromper a prestação desse serviço a quem reiteradamente não retribúe.

Como consecuencia das providencias adotadas, a renda da taxa de agua e esgotos, que em 1933 fôra de 718:619\$500, em 1935 subiu a Rs. 1.046:389\$800, ou seja um aumento de 46% em 2 anos apenas.

## SERVIÇO DE AGUA E ESGOTOS DE PONTA GROSSA

Por solicitação da Prefeitura de Ponta Grossa, foram os serviços de agua e esgotos daquela cidade entregues á administração estadual, sob condições constantes do contrato de 13 de agosto de 1934.

O Estado tomou pösse definitiva dos serviços a 1.º de janeiro de 1935, organizando-os pela fórmula estabelecida no decreto n.º 2.542, de 5 de dezembro de 1934.

E' sensível e inagavel a melhoria dos serviços em consequencia da orientação tecnica que o Estado lhes imprimiu.

Já foi procedido o serviço de inspeção e cadastro de todas as instalações, que não eram conhecidas, pois nem uma planta geral das rêdes existia. Levantada e concluída já está a planta geral da cidade e o nivelamento completo do quadro urbano.

Com a realização desses trabalhos fôram descobertos defeitos graves nas rêdes distribuidoras e de esgotos, os quais vão sendo corrigidos, assim como substituídas, retificadas e ampliadas aquelas.

Executados os serviços preliminares e contando com dados tecnicos exátos, antes desconhecidos, póde agora o Governo do Estado, elaborar o projéto das obras e melhoramentos mais urgentes e mais uteis a Ponta Grossa.

Para o corrente ano está sendo executado o seguinte programa:

- a) — construção de uma barragem no Rio Verde, com estação elevatória para captar aguas abaixo da represa atual e recalculas á altura conveniente na linha adutora;
- b) — conclusão da cobertura do Arroio Corrientes, com a consequente modificação no coletor geral de esgôto da zona léste;
- c) — ampliação do coletor geral;
- d) — construção de uma nóva galeria de esgotos para a zona oeste;
- e) — idem, idem para a zona sul;
- f) — projéto de um sistema de filtros depuradores;
- g) — colocação de registros de manóbras e hidrantes;
- h) — estudo e projéto de um novo reservatorio distribuidor;

- i) — colcação de mais 500 hidrometros, alem dos 972 instalados em 1935 e que muito concorreram para a economia do consumo.

## TERRAS E COLONIZAÇÃO

Entre as funções relevantes que desempenha o Departamento de Terras e Colonização, no complexo administrativo estadual, destaca-se a defesa do patrimonio territorial do Estado. Tornara-se já uma industria lucrativa e tranquilamente exercida a apropriação indébita das terras pertencentes ao patrimonio do Estado, seja por processos violentos de invasão, seja mansamente, por meio de papéis arditosamente aranjados, com apparencia de legalidade, favorecidos, ás vezes, pela complacencia de altas autoridades administrativas.

Este ultimo artifício vulgarizou-se sob a denominação de "grilo" e griladas foram grandes extensões territoriais do Paraná.

Felizmente, de um certo tempo a esta parte, foi posto um paradeiro a esses assaltos dissimulados. Já no ano de 1934, fiz reverter ao dominio do Estado, por efeito de decretos-leis a formidavel extensão de sete bilhões quatrocentos e oitenta e um milhões de metros quadrados (7.481.000.000 m<sup>2</sup>), irregularmente desmembrada do seu patrimonio, em virtude de contratos e despachos. Entre os terrenos revertidos em 1935 ou cuja transferencia para o dominio particular foi, em tempo, impedida, cotam-se: "Campina de Santa Maria" com 694.507.980 m<sup>2</sup> em Guarapuava; "Cavalheiro" com 149.785.580 m<sup>2</sup> em Morretes; "Caminho Velho", com 13.065.994 m<sup>2</sup> em Morretes; "Rio Poruquara e Rio das Varas", com 33.430.000 m<sup>2</sup> em Guaraquessaba e "Lagoa Grande", com ... 7.647.000 m<sup>2</sup> em Ponta Grossa.

Constatadas usurpações de terras publicas estaduais ou "grilos" foram e estão sendo tomadas providencias judiciais, para anular os seguintes processos de medição: "Araçatuba de Cima" com 46.037.440 m<sup>2</sup>, em S. José dos Pinhais; "Conceição" com 869.873.161 m<sup>2</sup>, dos quais 538.560.000, em Clevelandia e o restante, em Chapecó (Sta. Catarina); "Laranjeiras" com 903.080.000 m<sup>2</sup>, em Guarapuava; "Rodelo Bonito", em Bocaúva; "Campinas Belas", em Reserva; "Ubá", em Guarapuava e outros.

Para a um tempo regularizar o dominio territorial publico e privado e defender permanente e eficientemente o patrimonio do Estado, se-

ria medida acertada e de grande efeito, uma lei que determinasse o exame tecnico, pelo Departamento de Terras e Colonização, de todas as divisões e demarcações judiciais processadas nas diferentes comarcas e termos. O juiz, leigo em materia topografica, disporia de elementos para controlar e julgar o trabalho do agrimensor louvado, cuja idoneidade moral e profissional nem sempre é insuspeita, e, as partes, os confrontantes e o Estado, teriam a segurança de um serviço tecnico perfeito e na execução do qual não haveria dolo nem erro que pudesse causar lesões ao seu patrimonio ou de terceiros.

O Departamento de Terras e Colonização, pela sua feição técnica e pelo copioso cabedal de plantas e cadastros que possui, poderá fiscalizar e dar parecer sobre todos os processos judiciais sobre divisões e demarcações de terras rurais.

**COLONIZAÇÃO** — Objetivando sempre o povoamento das glébas com nacionais, vem o Governo amparando e auxiliando o sertanejo patriótico para que se torne proprietario rural e abandone a vida errante, que sem lhe proporcionar bem estar é um dos fatores principais da devastação progressiva das nossas florestas.

Todas as facilidades, desde o infimo preço até os largos prazos com sucessivas prorrogações para o pagamento, são concedidas pelo Governo aos nacionais, agricultores ou criadores, que queiram adquirir terras devolutas.

A politica de fixação do trabalhador rural ao sólo, transformando-o em elemento ordeiro e util á coletividade, proprietario em vez de agregado, vem produzindo seus frutos. Como exemplo, podem ser citados o famoso "Faxinal de S. Sebastião" e a não menos temida "Serra da Pitanga", antes perigózos redutos de tropelias e banditismos, hoje transformados em pacificas regiões de trabalho e produção; onde antigamente se homislavam hórds vagabundas, derrubando matas, queimando e devastando terras alheias e notadamente as pertencentes ao Estado, para, no ano seguinte as abandonarem e investirem contra outras, na caça á mata virgem, hoje admiramos quinhões demarcados, respeitados, cultivados com um principio de método racional. Cada um procura poupar a sua gléba e beneficia-la, e sendo proprietario, se esforça pelo respeito á propriedade e pela garantia da ordem. Talvez seja esse programa — tornar cada brasileiro do sertão um proprietario

rural — um dos melhores elementos de combate ás idéias e campanhas subversivas á ordem social e política da nossa pátria.

Os resultados dessa diretriz seriam mais amplos e efficientes, se pudesse o Governo contar com uma repartição bem aparelhada, com pessoal e recursos pecuniarios suficientes, para organizar e orientar a colonização official das nossas ricas e incomensuraveis glébas publicas, pois que o actual Departamento que superintende os serviços de terras e colonização, não dispõe senão de um exiguo quadro de funcionarios e escassas verbas para a multiplicidade de encargos que lhe são aféto.

**CODIGO FLORESTAL** — Não tem, por sua vez, o Governo, descuidado da defesa das nossas florestas, que vão aos poucos desaparecendo á golpes de foice e machado, em consequencia das queimas de róças e por effeito das intensas explorações para a produção de madeiras. Onde se viam outróra densas e interminaveis florestas, deparam-se hoje com lómbas e planuras inteiramente núas de espécimens vegetais. As capoeiras, as tigueras, os carrascais e as campinas vão se alastrando por todo o territorio, ressecando o sólo, transformando em tristes desértos, regiões que antes ostentavam flora variada e rica e onde a fauna éra representada por belos animais selvagens que vão rareando rapidamente.

Lógo após a publicação do Codigo Florestal Federal (decreto n.º . . 23.793, de 23 de janeiro de 1934) mandei adoptá-lo no Estado, completando a fiscalização com autoridades estadoais, conforme decreto n.º 2569, de 11 de dezembro do mesmo anno. Entretanto, convenci-me de que as medidas repressivas que o Codigo enumera, não surtirão effeito pratico sem uma prévia preparação do lavrador, do lenhador e do extratór de madeira. Mais vale educar o caboclo do que multá-lo. Assim urge uma intensa campanha pela defesa das nossas florestas e pelo reflorestamento das regiões criminosa e inconcientemente devastadas.

**REGULAMENTO** — Consoante a nórna traçada, de elaborar os regulamentos parciais de cada Departamento, para reuni-los, depois, em um regulamento geral da Secretaría toda, foi ultimado o do Departamento de Terras e Colonização, que em seguida entrou em vigor, aprovado pelo decreto n.º 39, de 9 de janeiro de 1935.

**CARTA GEOGRAFICA** — Entre os trabalhos de maior relevancia, realizados no ambito da repartição de terras, cumpre salientar a nóva

carta geográfica do Estado, em elaboração bem adiantada e que virá preencher uma lacuna sensível, principalmente no campo da administração pública. Antes de seis meses, espero poder mandar imprimir o mapa do Paraná, atualizado com dados recentes e mais perfeitos que os da última edição saída em 1922.

Ao mesmo tempo, estão sendo levantadas as cartas topográficas e cadastrais dos municípios de Clevelandia, Palmas e Jataí, trabalho esse de grande valia confiado á competência e ao devotamento do Engenheiro Civil Francisco Gutierrez Beltrão, ex-Secretario de Estado e ex-Comissario de Terras. Essas cartas construídas com esmero e maxima exactidão possível, servirão de padrão para os demais municípios.

**CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TERRITORIAL** — Dando desempenho á incumbencia que assumira por contrato de 11 de maio de 1933, aquele engenheiro patriota entregou ao Governo a resenha e o projecto de consolidação de toda a legislação territorial, acompanhado de um longo comentario critico sobre os defeitos, os males e as boas disposições das nossas leis de terras, cujos efeitos bem os conhece sob todos os aspectos.

Aproveitando o valioso trabalho, nomeei uma comissão composta do eminente desembargador Clotario Portugal e do proprio autor, Engenheiro Civil Francisco Gutierrez Beltrão, para, com base na obra apresentada, elaborar o projecto de consolidação e uniformização das leis de terras do Estado, de modo a constituir umCodigo de Terras, onde se condensem todas as disposições atinentes á materia.

Desnecessario é encarecer a utilidade e a relevancia de um codigo dessa natureza, principalmente em se atendendo á idoneidade moral e profissional dos seus elaboradores.

### FUNCIONALISMO PÚBLICO

Ao meu governo não tem faltado a cooperação dedicada, inteligente e leal do funcionalismo publico civil e militar. O "record" alcançado na receita é em grande parte, obra do esforço e do patriotismo dos funcionarios fiscaes, que nestes 2 anos tudo fizeram para aumentar as rendas estadoais. Como estes, tambem se portaram os demais, cada qual contribuindo como podia para a obra ingente da restauração do Paraná.



De minha parte, procuro corresponder a tão valiosa colaboração, cercando de garantias a laboriosa classe dos servidores do Estado, aliviando-lhe os penosos encargos, melhorando-lhe as condições de vida e de trabalho.

Ao assumir a administração do Estado, encontrei o funcionalismo com um atraso de 9 meses e sobre os seus vencimentos pesava um imposto que alcançava até 10 % do que ganhava. Em pouco tempo, efetuei o pagamento dos meses em atraso e extingui o imposto que lhe reduzia os vencimentos.

Os seguros de vida, que eram pagos com enorme atraso e em pequenas parcelas, passaram a ser efetuados imediata e integralmente, logo após o falecimento do segurado.

Os fundos da Caixa de Seguro dos Funcionários que antes ficavam retidos no tesouro, sem qualquer juro, são agora depositados na Caixa Economica, onde vencem juro de 4% ao ano, juros estes que são accedidos ao capital da Caixa.

Pouco depois, em julho de 1934, expedi um decreto, permitindo as consignações em folha para pequenos adiantamentos, empréstimos para construção de cada propria, fiança de alugueis e outros fins.

Em fins de 1934, permiti que o pagamento do debito dos funcionarios, contraído pela Caixa de Construção, para aquisição de moradia propria, fosse feito em apolices da nova Emissão de Consolidação e Uniformização, que então eram adquiridas com 50% de abatimento.

No decorrer do ano findo, sancionei a lei n.º 27, votada por essa illustre Assembléa, em virtude da qual foram os funcionarios isentos do pagamento de impostos e taxas que recaem sobre as suas casas, enquanto estas estiverem oneradas por efeito de empréstimos contraídos para adquiri-las ou construí-las.

Por meio de providencias administrativas, tenho facilitado o pagamento em prestações descontadas dos vencimentos, das despesas decorrentes de instalações sanitarias domiciliarias e hem assim os descontos em favor da Associação dos Funcionarios Publicos, órgão representativo da classe e que reúne em seu seio a quasi totalidade dos servidores do Estado.



Todo o apoio tenho dispensado á Associação referida, graças ao qual pôde hoje aquela entidade, que atravessa um periodo de grande prosperidade, prestar, como vem fazendo, relevantes serviços á nóbre classe dos funcionarios.

Pelo decreto n.º 56, de 11 de janeiro de 1935, foram os funcionarios da Procuradoria da Fazenda e os da Inspectoria Geral das Rendas aquinhoados com remuneradoras percentagens, com as quais tiveram seus vencimentos elevados em cerca de 60% e melhoradas sensivelmente as suas condições financeiras.

Em 1.º de abril de 1935, expedi o decreto n.º 450, nomeando uma comissão de deputados, magistrados e funcionarios administrativos para proceder o estudo do reajustamento dos vencimentos do funcionalismo estadual e apresentar ao Governo as sugestões que julgasse convenientes. Essa comissão, mais tarde alterada em virtude do decreto n.º 605, de 26 do mesmo mês, não apresentou ainda os resultados do seu estudo, de módo que não poude o Governo tomar qualquer providencia em favôr do funcionalismo.

Inumeros são os decreto e átos do meu governo regulando aposentadorias, licenças, férias, tendo todos o escôpo de beneficiar o funcionario publico.

Não me descurei tambem do confôrto material do funcionario quando em trabalho. Numerosas foram as repartições que sofreram reformas tendentes a melhorar as condições de hygiene e asseio. Grande parte do funcionalismo hoje labúta em um ambiente de comodidade e confôrto, que não só lhe é saudavel, como ainda o estímulo ao trabalho.

Estas citações valem para demonstrar as simpatias do meu governo para com o funcionalismo e a minha constante preocupação de melhorar a sua situação.

E' chegado, porém, o momento em que providencias isoladas e parciais não mais satisfazem e indispensavel se torna um reajustamento geral com melhoria de vencimentos para uma classe que, ha longos anos, vem se mantendo com ordenados incompativeis com o nivel de vida atual.

Reconhecendo que o custo da vida encareceu súbita e notavelmente, a União não tardou em elevar os vencimentos dos militares e logo

depois de todo o funcionalismo civil federal. O Rio Grande do Sul e Santa Catarina, igualmente propuzeram e se acham em vias de aprovação final, o aumento dos vencimentos dos seus servidores. Em S. Paulo, já se trata, na Assembléa Legislativa, de igual medida.

Não é demais, portanto que, no Paraná, também se cogite desde já, do estudo da questão com a firme intenção de encontrar uma solução digna e justa, que atendendo as aspirações da classe, pôssa ser exequível dentro dos recursos orçamentarios, sem prejuizo do equilibrio das finanças.

Como base para discussão da materia, enviarei, oportunamente, a essa respeitavel Assembléa, o memorial que me foi entregue pela Associação dos Funcionarios Publicos do Paraná, certo de que dareis ao magno assunto a solução que merece.

#### CONCLUSÃO

Eis, Senhores Deputados, como se tem manifestado a ação do Governo, quer garantindo a mais absoluta ordem em todo o territorio paranaense, quer procurando fomentar tôdas as fontes de riqueza do Estado, visando um futuro que, tendo por alicerce uma politica economico-financeira, moldada em principios sadios, venha constituir o maior padrão de glória de nossa Terra.

Para alcançar esse objetivo, tenho trabalhado incessantemente, como vós mesmos sois testemunhas, alheio á lisonja ou aos ataques determinados por paixões inconfessaveis, na certeza de que, assim agindo, não faltei até agora, como não faltarei jamais, ao cumprimento do honroso e árduo mandato que me foi confiado pelo altivo povo paranaense.

Restaurando o crédito público; rasgando estradas de rodagem, para facilidade de transporte dos produtos aos centros consumidores; esforçando-me por melhorar a pecuaria, afim de que as nossas vastas pastagens sejam povoadas por gado de qualidade, o qual, aclimatado em nossos campos, ofereça maiores beneficios aos nossos criadores; dando á agricultura o que mistér se faz ao seu desenvolvimento; encarando com especial carinho as questões que dizem respeito ao café e ao plantio do algodão, da mamona, etc., sem relegar para plano inferior a plantação do trigo, que ainda será a coluna mestra da nossa riqueza; dotan-

do o Estado do cáis que éra indispensavel á sua expansão comercial e que óra se acha construido em Paranaguá; difundindo o ensino por meio de métodos modernos, com a finalidade de combater o analfabetismo; olhando com o maximo zelo pela saúde do povo, e pela estabilidade do funcionalismo; tomando medidas outras tendentes á satisfação das necessidades determinadas pela rapida evolução do Estado, creio ter dado cabal desempenho ao cargo que ocupo e em cujas funções tudo tenho feito e tudo farei pelo bem da coletividade.

Do exposto, fica evidenciada a maneira por que venho trabalhando em pról do Paraná para que possamos apresenta-lo, muito em brève, como uma parcela de grande projeção entre as demais Unidades que formam a nossa imensa e opulenta Patria.

Como e conhecimento que óra tendes, Senhores Deputados, de todas os assuntos tratados no decurso de 1935, nütro a convicção de que, animados como sois do desejo de bem servir ao nosso Paraná, tudo fareis no sentido de fornecer ao Governo os meios precisos de prseguir na trajetória que vem sendo ditada pelos esforços dos paranaenses e paramistas, de construir um Paraná maior, honrando as suas tradições e preparando uma éra de franca e perene prosperidade.

Podeis ter a segurança de que, com a mais viva satisfação, prestarei quaisquer informações que forem julgadas convenientes ao bom andamento dos negocios públicos, os quais muito dependem de vosso saber e de vosso patriotismo.

E, assim, unidos Governo e Assembléa, pelo mesmo desejo de ordem, de paz e de trabalho, o Paraná marchará, como sempre, impávido e altivo, confiante na dedicação de seus filhos, desfraldando a bandeira de combate aos que tentam subverter a ordem, desrespeitar a lei e desorientar o trabalho, para colocar-se ao lado de todos os bons brasileiros, como uma barreira intransponivel aos maus elementos fomentadores de crédos forasteiros e dissolventes.

Trabalhemos, pois, pelo Paraná e pelo Brasil, certos da nossa vitória.

Curitiba, 1.º de setembro de 1936.

*Manoel Ribas*

Governador do Estado do Paraná

